

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**De “Velho Xapecó” a “Polo formador de polos”:**  
A construção discursiva da “Capital do Oeste”. [1970 - 1980]

FERNANDO ANTONIO VITORIA

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**De “Velho Xapecó” a “Polo formador de polos”:**

A construção discursiva da “Capital do Oeste”. [1970 – 1980].

FERNANDO ANTONIO VITORIA

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sob orientação da Profa. Dra. Roselane Neckel.

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2011.

Para refletir:

Os trabalhos de Haussmann estavam no seu auge; bairros inteiros foram destruídos, quando numa tarde do ano de 1862 Maxime Du Camp se encontrava na Pont Neuf. Esperava pelas suas lentes perto da loja de um oculista. “O autor, à beira da velhice, experimentou um daqueles momentos, em que o homem, refletindo sobre a vida passada, vê em tudo estampada a sua própria melancolia. A redução da sua força visual, que a consulta do oculista tinha acusado, fez com que se lembrasse da lei inevitável da caducidade de todas as coisas humanas... Ele, que viajara muito no Oriente, e nos desertos, cuja areia é a poeira dos mortos, pensou de repente que também esta cidade cheia de vida à volta dele, deveria um dia morrer como morreram tantas capitais.

Walter Benjamin

## Agradecimentos

Findada esta etapa de pesquisa e, após absorvidas e transcritas algumas das infindáveis nuances do saber, é chegado o momento de olhar, não somente para trás, mas também para o lado, pois muitos ainda estão aqui prestando seu apoio da forma e modo que lhes faz-se possíveis, e agradecer.

Citar nomes denota grande risco; o risco do esquecimento. Então, fá-lo-ei no geral a todos aqueles que sabem ter sido parte concisa deste trabalho e, em especial, àqueles aos quais a referência se torna inevitável. Alguns nomes se confundem com este projeto, portanto, sua citação não se trata de lembrança, mas de naturalidade.

À eterna mestre Juçara Nair Wolff, pela ideia inicial desta discussão e pelo apoio nos vários momentos em que foi requisitada ou que se pôs à disposição. És parte deste projeto e deste ser.

Aos professores do Curso de Graduação em História da Unochapecó, pelas primeiras lições que desencadearam esse gosto pelo saber histórico sempre aumentado.

Ao Dr. Eurides Francisco de Ré, pela tranquilidade e confiança passados quando eles mais se fizeram necessários.

A minha orientadora, Roselane Neckel, pela presteza e eficiência nas observações ao longo deste projeto.

Em especial, à minha família. Sempre crente neste sonho que agora é fato, jamais limitaram minhas aspirações por mais privações que isso acarretasse.

Em suma, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a execução desta extenuante, mas realizadora empreitada. Hoje, somos todos um pouco mestres!

## Resumo

**De “Velho Xapecó” a “Polo formador de polos”:** A construção discursiva da “Capital do Oeste”. [1970 – 1980].

Este trabalho analisa o processo que constitui Chapecó como cidade polo regional a partir do planejamento governamental e da intervenção nos espaços físicos e nos hábitos dos homens urbanos. O período tomado por referência é a década de 70, quando temos a elaboração do Projeto Catarinense de Desenvolvimento – PCD – trazendo a divisão do estado catarinense em microrregiões e, dentro dessas, as cidades eleitas para se tornarem polo. A CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – é tomada, em alguns momentos, como pano de fundo para um melhor entendimento deste processo que visa construir novas concepções de cidade e de homem urbano. De igual modo, atentamos para a tendência tecnocrata de traço marcante nas práticas políticas e intelectuais do período. Recusando a ideia de influência a priori na explicação destes fenômenos, procuramos ver como os discursos governamentais e jornalísticos, segundo a posição defendida por Michel Foucault, vão construindo os fatores dos quais pretendem fazer uso. Como construirão essa Chapecó polo, desenvolvida e modelo; habitada por um homem moderno, civilizado e afeito as noções de higiene; este homem que também é construído a partir da difusão daquilo que convenciamos chamar de urbanização das condutas.

Palavras-chave: Planejamento, discurso e modernidade.

## Abstract

**From “Old Xapecó” to “Polo former of polo ”:** The discursive construction of “Capital of the West.” [1970-1980].

This study examines the process that is Chapecó as a regional center city from government planning and intervention in physical spaces and the urban men’s habits. The period taken by reference is the 70’s when we have the elaboration of the Development Project of Santa Catarina - (Projeto Catarinense de Desenvolvimento – PCD) - bringing the division of the state of Santa Catarina in micro-regions and within these cities elected to become polo. CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento ) - Catarinense Company Water and Sanitation - is taken, at times, as background for a better

understanding of this process which aims to build new concepts of city and urban man. Similarly, we look at the striking feature of technocratic traces in political practices and intellectuals of the period. Rejecting the idea of a priori influence in explaining these phenomena, we see how the government and the media speeches, according to the position advocated by Michel Foucault, are building the factors of which they intend to use. How to build this Chapecó polo, developed city and as a reference, inhabited by modern, civilized man and accustomed and with notions of hygiene, this man who is also constructed from the diffusion of what we conventionally call the urbanization of the conducts.

Keywords: Planning, discourse, and modernity.

## Sumário

<b>Resumo.....</b>	<b>8</b>
<b>Lista de tabelas.....</b>	<b>9</b>
<b>Lista de figuras.....</b>	<b>10</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo 1- re-estruturação dos espaços e hábitos: as políticas publicas de intervenção.....</b>	<b>21</b>
1.1- Planejando o progresso; a experiência dos projetos de desenvolvimento.....	28
1.2- Projeto catarinense de desenvolvimento: a integração e a política das microrregiões.....	39
1.3- A Secretaria dos Negócios do Oeste e a construção de Chapecó como cidade polo.....	45
1.4- Chapecó e a crença na cidade planejada.....	57
1.5- Projeto Chapecoense de Desenvolvimento: o planejamento local.....	63
<b>Capítulo 2- o DAES e a CASAN; os olhos do governo para a problemática do Saneamento.....</b>	<b>68</b>
2.1 - Projeto Catarinense de Desenvolvimento: a CASAN como solução para o problema do saneamento.....	69
2.2 – Tendência tecnocrata: a CASAN em números.....	72
2.3 – O papel da CASAN dentro da política das cidades polo; a situação chapecoense.....	89
2.4 – Comunidade urbana de recuperação acelerada – CURA -;	

solução para os problemas do progresso.....	96
<b>Capítulo 3 – Chapecó: a construção discursiva da cidade polo e do novo homem urbano.....</b>	<b>104</b>
3.1 – A urbanização das condutas.....	104
3.2 – Aceitação e resistência: as duas faces da mudança.....	115
3.3 - Governo municipal e povo chapecoense, um grande time.....	119
3.4 – Nem tudo eram flores na cidade das rosas.....	130
<b>Considerações finais.....</b>	<b>145</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>150</b>
<b>Referencia bibliográficas.....</b>	<b>152</b>

## Lista de tabelas

Tabela 1 – Crescimento populacional chapecoense nas décadas de 1970 e 1980 com variação rural/urbano.....	59
Tabela 2 – Relatório de ações da Secretaria do Oeste – Mensagem do Governador Antonio Carlos Konder Reis à Assembléia Legislativa (1976).....	61
Tabela 3 – Taxas de crescimento da população em Santa Catarina (1960-1991).....	70
Tabela 4 – Crescimento da urbanização em santa Catarina (1960-1991).....	71
Tabela 5 – Evolução do ativo do Fundo de Água e Esgoto de Santa Catarina – FAESC (1972-1977).....	75
Tabela 6 – Fontes efetivas de recursos do FAESC (1971-1973).....	76
Tabela 7 – Municípios catarinenses contemplados com aplicações em obras de abastecimento de água (1972).....	78
Tabela 8 – Números de convênios firmados entre as prefeituras e a CASAN (1971-1978).....	81
Tabela 9 – Evolução do número de funcionários da CASAN (1971-1977).....	83
Tabela 10 – Evolução do número de ligações prediais de água (1973-1978).....	85
Tabela 11 – Evolução do capital social da empresa CASAN (1971-1977).....	87
Tabela 12 – Evolução da população abastecida pela CASAN (1973-1978).....	89

## Lista de Figuras

Figura 1 – Estado de Santa Catarina – Microrregiões Econômicas – (1970).....	47
Figura 2 – Chamada do Plano Ordinário de Pavimentação – POP – Jornal Correio do Sul (1977).....	103
Figura 3 – Chapecó – Obras de saneamento – Tubulações (1978).....	105
Figura 4 – Chapecó – Canalização de córrego (1978).....	105
Figura 5 – Povo chapecoense: um grande time – Chamada do Jornal Correio do Sul (1978).....	121
Figura 6 – Chapecó: Discursos de crescimento (1978).....	126
Figura 7 – Vista aérea do centro da cidade de Chapecó (1969).....	130
Figura 8 – Barracos no Bairro São Pedro (1978).....	132
Figura 9 – Problemas de infraestrutura no Bairro Vista Alegre (1980).....	135
Figura 10 – Agricultores do Bairro Universitário (1979).....	137
Figura 11 – Capa do Jornal Diário da Manhã: Crescimento chapecoense (1980).....	144

## Introdução

Este trabalho pretende analisar o processo que constitui Chapecó como cidade polo regional a partir do planejamento governamental e da difusão de políticas públicas de intervenção nos espaços físicos e nos hábitos dos homens urbanos. O período tomado por referência é a década de 70, quando temos a elaboração do Projeto Catarinense de Desenvolvimento – PCD – trazendo a divisão do estado catarinense em microrregiões e dentro dessas as cidades eleitas para se tornarem polo. Todavia, o fato de posturas que contribuíram para que Chapecó atingisse esse posto estarem presentes ao longo de toda sua história nos leva, em determinados momentos, a extrapolar o período definido para abordagem. Assim, trabalhar nesta perspectiva, é pensar na perspectiva de REIS que enfatiza que o historiador tem como tarefa principal em seu ofício – produção do conhecimento histórico – “vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo”<sup>1</sup>.

Nos últimos anos temos presenciado uma preocupação bastante intensa, por parte da historiografia, para com a denominada região Oeste de Santa Catarina. Vários foram os trabalhos que surgiram, sobretudo a partir da década de 90, procurando dar visibilidade a esse espaço e às relações sociais, econômicas, culturais e políticas nele engendradas<sup>2</sup>.

Muitos dos caminhos utilizados para construir essas histórias perpassam por questões ligadas à política local e aos movimentos sociais que aí surgiram. Tais temáticas foram abordadas tanto por historiadores como por profissionais de outras áreas que, preocupados com novas questões e problemáticas relacionados à história catarinense, vêm desvendando novos objetos, na/da região contestada<sup>3</sup>. Nossa

---

1 REIS, José Carlos. Escola dos Annales: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 24.

2 Nesse sentido ver obras como: ALBA, Rosa Salette. Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002; BELLANI, Eli Maria. Madeiras balsas e balseiros no Rio Uruguai: O processo de colonização do Velho Município de Chapecó 1917-1950. Florianópolis: UFSC, 1991; HASS, Mônica. O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Argos, 2003; RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

3 O termo Região do Contestado é bastante conhecido e utilizado para designar o território que fora objeto de inúmeras disputas pela sua posse. Estas disputas iniciam-se ainda entre Portugal e Espanha no período colonial, posteriormente a disputa é assumida por Brasil e Argentina e em sua última fase os estados brasileiros de Paraná e Santa Catarina discutem sobre a quem caberia o controle exploração da área. Em 1916 é dado ganho de causa a Santa

pesquisa sobre a construção discursiva de Chapecó adentra nesse campo e propõe, desta forma, contribuir para a re-escrita e a releitura da/sobre a região Oeste dentro da dinâmica estadual e nacional no período referido.

Ações governamentais visando intervir junto à população na tentativa de solucionar problemas que se conferiam como entraves ao desenvolvimento, seja ele político, econômico ou social, faz-se perceber em vários momentos<sup>4</sup>. No Brasil, podemos mencionar desde as práticas de intervenção no espaço urbano ocorridas no final do século XIX e início do século XX<sup>5</sup>, perpassando pelas políticas de interiorização da

---

Catarina, um ano depois é fundada a cidade de Chapecó através da lei nº. 1147 de 25 de Agosto de 1917.

<sup>4</sup> Historicamente inúmeras foram as atuações de ‘administradores públicos’, sobretudo do período moderno, que voltando seus olhos para os tumultuados e desordenados espaços urbanos, procuraram projetar e aplicar ações que promovesse modificações no traçado da cidade implantando serviços associados às novas demandas sociais. Demandas essas, que surgiam em face da “pressão demográfica e a pressão econômica que impulsionam o jogo dos valores urbanos. Neste sentido, a preocupação voltava-se, quase sempre, para seu aspecto sujo e indisciplinado apontado nos discursos como responsável pela promoção da desordem e da proliferação de doenças epidêmicas. As intervenções no espaço urbano, baseado em conhecimentos científicos, convergiam com os apelos de parte da sociedade e com a intenção do poder público em garantir o “livre acesso ao ar, à água e à luz”. Esses valores, associados aos ideais de modernidade, buscavam, sobretudo, promover a erradicação de hábitos julgados nocivos à nova ordem que estava se estabelecendo, garantindo formas/estratégias, talvez eficientes, de manter o controle social. Ao longo do século XIX, a cidade de Paris foi palco de inúmeras intervenções urbanísticas que tinham a intenção de garantir o avanço do processo civilizador a partir de um planejamento regulador do espaço. A intervenção e a remodelação das ruas, a preocupação com o sistema de iluminação pública, a organização das praças, a limpeza dos logradouros, a demolição de cortiços e a instalação do sistema de água e saneamento público, proporcionariam a mudança de hábitos e constituiriam uma nova cultura, voltada a consolidar a economia liberal em plena expansão na Europa. Em meio a tantas intervenções e transformações no espaço público da cidade, a preocupação com o sistema de saneamento salta aos nossos olhos. Favorecendo diretamente a expansão do processo produtivo, a implantação do sistema de água e esgoto e a sua utilização nos espaços públicos e privados permitiriam um novo panorama da cidade, de suas funções e de um novo modo de vida.

<sup>5</sup> A esse respeito, ver obras como: PESAVENTO, Sandra J. O imaginário da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 1999. P 165-169. RAGO, Margarete. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. 3.ed. Paz e Terra, 1997. CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: 3.ed. 2. re. Companhia das Letras, 1996. BRUNO, Ernani Silva. História e tradição da cidade de São Paulo: Metrôpole do café 1872 - 1918 - São Paulo de agora 1918 - 1953. 3.v. José Olympio, 1953. FERRAZ, Célia de Souza, PESAVENTO, Sandra Jatayu. Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1997. O sistema de implantação do saneamento básico que ocorre no Brasil, com maior intensidade, a partir de fins do século XIX, e sua relação com o processo disciplinar da sociedade possui vasta discussão. A obra de Margareth Rago; Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinada (RAGO, 1997) relata o caos social que pairava sobre a sociedade paulista no período inicial da industrialização, fins do século XIX. Segundo a autora: “imperavam as dissensões sociais, os conflitos políticos, os surtos

Era Vargas<sup>6</sup>, até os processos mais recentes de integração e difusão de noções de higiene e saúde<sup>7</sup>. Essas práticas, de certo modo, podem ser vistas como integrantes de uma política que, embora desdobrada de formas diferentes em cada um dos momentos históricos de modo a solucionar aquilo que se conferia como demanda imediata ao poder público, conservava quase sempre um vínculo discursivo comum e alguns pontos recorrentes.

Destacamos para nossa análise a ideia de planejamento e o saneamento, fatores que em diferentes momentos e, com diferentes objetivos, foram integrados à base discursiva como sendo primordiais ao tão almejado desenvolvimento nacional. Ou melhor, fatores que em um determinado momento, foram construídos pelo discurso que deles pretendia fazer uso. Segundo Foucault<sup>8</sup> “*não devemos tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como*

---

epidêmicos, a criminalidade ampliada, os hábitos dissolutos, a promiscuidade das habitações sujas e fétidas, a proliferação dos gatunos, vadios e cafens. A ameaça da intranquilidade social, da contaminação física e moral, da destruição da nação, da degeneração racial. Resultados nefastos e sombrios da chegada dos imigrantes”. A classe urbana responsável pela mão-de-obra neste período era vista como sendo: “selvagem, ignorante, incivilizados, rudes, feios e grevistas”. Desta forma era uma necessidade para a burguesia emergente desenvolver políticas de adequação dos mesmos aos ideais dos estados modernos. A industrialização crescente precisava de cidadãos obedientes, dóceis, submissos e, principalmente, economicamente ativos. A higienização da cidade, a limpeza dos córregos, a desinfecção das vilas eram formas acionadas pelo poder público para garantir o controle e o disciplinamento da cidade, bem como, a sua moralização. Daí a implantação em larga escala de empresas de moralização no cenário social brasileiro dos primórdios da industrialização. Para êxito de tal empreitada, tornava-se necessário desenvolver mecanismos de controle que ultrapassassem os portões das fabricas e atingissem o trabalhador nos seus espaços mais particulares. Tais políticas, no entanto, irão enfrentar uma resistência bastante forte principalmente após as divulgações dos ideais anarquistas e de suas contestações a toda e qualquer forma de limitação imposta pelos jogos de poder. No Rio de Janeiro, como nos traz José Murilo de Carvalho, em sua obra *Os Bestializados*, (CARVALHO. 1989) a preocupação do governo com a saúde pública pode ser evidenciada em episódios como o processo remodelador que desencadeou a revolta da vacina.

<sup>6</sup> Aqui refiro-me a busca pela construção de uma identidade nacional através da criação de símbolos nacionais, da interiorização dos mecanismos representativos do poder do Estado e de práticas algumas vezes extremamente impositivas como a proibição de línguas estrangeiras e de publicações e centros de integração que promovessem culturas que não a brasileira. Foram alvos dessas medidas principalmente comunidades germânicas do Sul do Brasil, especialmente após a eclosão da Segunda Grande Guerra. Ver: CAMPOS, Cynthia Machado. [A política da língua na Era Vargas](#). Proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

<sup>7</sup> É representada por essa nova fase das práticas de intervenção, pautadas em novos preceitos e com justificativas, as vezes próximas a de outros períodos as vezes totalmente inovadoras, como veremos no desenrolar deste trabalho

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. [A arqueologia do saber](#). 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 55.

*práticas que formam os objetos de que falam.*” Nossa perspectiva não é a de buscar um discurso das práticas de intervenção pública, um discurso do desenvolvimento, ou do saneamento nos moldes tradicionais. Não poderíamos pensar, segundo Foucault<sup>9</sup>, em uma unidade discursiva garantida pelos enunciados que ao longo do tempo falam de um “mesmo” objeto, primeiramente por que este objeto não é o mesmo em diferentes momentos e, tampouco o é para diferentes campos de saber, e também porque mesmo os discursos que falam de um objeto único são responsáveis pela sua construção e o modificaram até sua transformação total. Segundo essa suposição, a unidade discursiva não se daria mediante a identificação de discursos sobre um mesmo objeto buscando sua semelhança, e sim, estabelecida a partir da identificação das dispersões acerca deste. Seria essa correlação de forças de sua emergência, a dinâmica que envolve o seu aparecimento, que lhe conferiria unidade. Nas palavras de Foucault:

Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege sua repartição, como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição<sup>10</sup>.

No tocante ao discurso, digamos sempre seguindo os preceitos de Foucault, que nossa postura procura não entender os objetos como garantidores da unidade discursiva; não busca nas palavras ou nas coisas o significante dos objetos; não entende a formação das modalidades enunciativas como resultantes do papel de uma figura transcendental – no caso da medicina, o médico -, ou a um conjunto coeso de saberes; não compreende a formação dos conceitos nem pela ligação a uma origem, nem pelo repasse ao longo do tempo de comprovações de ideias. Todos seriam fruto e emanção do próprio discurso e de relações intrínsecas a ele. Forjados, não pelas unidades, pelas coerências, mas sim pelas dispersões, pelas aglutinações, por fatores de ordem relacional e não originária.

Tomando-se as práticas públicas de intervenção nos espaços e sua construção através dos discursos governamentais e jornalísticos,

---

<sup>9</sup> idem.

<sup>10</sup> ibidem, p. 39.

buscamos averiguar na década de 70, como esse processo se desencadeia na cidade de Chapecó. Recusando uma ideia de influência a priori procuramos ver como os discursos vão construir esses fatores dos quais pretendem fazer uso. Como construirão essa Chapecó polo, desenvolvida e modelo; habitada por um homem moderno, civilizado e afeito às noções de higiene; este homem que também é construído a partir da difusão daquilo que chamarei de: urbanização das condutas<sup>11</sup>.

Esse processo de adequação do homem urbano às novas regras de convívio nos propicia uma interessante abordagem deste complexo mecanismo chamado discurso e das suposições de Foucault ao tomarmos conceitos como civilidade e modernidade para análise. Segundo Norbert Elias<sup>12</sup>, “civilização” é uma condição construída e estabelecida pela sociedade ocidental à medida que esta toma conhecimento de si e de suas mudanças de posturas quando comparada com outras sociedades. Por esta lógica, a ideia de disseminar suas práticas de vida parecia ser um caminho natural. Ao nos reportarmos a esse homem urbano procuraremos ver como, discursivamente, é construída essa nova conduta a ser adotada, tanto pelo habitante da cidade em transformação, como pelo antigo homem do campo agora morador da urbe.

De certo modo, podemos dizer que haverão dois tipos de homens urbanos inclusos neste processo de re-estruturação em Chapecó. Um é representado pelo homem que sempre morou na cidade, mas que agora a via modificar-se rapidamente e, com as mudanças, via também o surgimento de novas necessidades e regras de convívio. O outro pode ser caracterizado pelos moradores do campo que, empurrados para a cidade principalmente pela mecanização da agricultura e pelo atrativo que a cidade de Chapecó parecia fazer questão de difundir desde sua eleição como cidade polo e a instalação das agroindústrias, precisavam

---

<sup>11</sup> O termo “urbanização das condutas” foi forjado como forma de melhor explicitar este processo de adequação do homem chapecoense da década de 70 aos preceitos de convívio urbano impostos por esse momento e esse meio. Quando rejeitamos as explicações existentes e buscamos uma análise que primasse pela desconfiança em relação aos preceitos de influência e causalidade, nos demos conta de que havia um diferente desenrolar de fatos e discursos envolvendo este processo e que, a nosso ver, tinha como objetivo principal urbanizar este homem, urbanizar suas práticas, suas posturas, urbanizar sua conduta. Esta proposta desenvolve-se ao longo de todo o trabalho atrelada a várias questões que mantem com ela relações ora de aproximação, ora de distanciamento.

<sup>12</sup> ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. [1v].; ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. [2v].

adquirir hábitos condizentes com o novo espaço. Isso confere uma situação bastante distinta da maior parte das abordagens acerca da modernidade e da construção dos homens modernos com as quais nos deparamos. Os clássicos trabalhos de Walter Benjamin<sup>13</sup>, por exemplo, ou mesmo boa parte dos textos que versam sobre as práticas intervencionistas no Brasil das primeiras décadas do século XX<sup>14</sup>, não podem ser tomados como grande referência. Ao passo que nesses momentos víamos uma postura de adequação, por vezes forçada, fazendo uso de mecanismos de exclusão a tudo o que não se coadunasse com seus preceitos de modernidade, este novo momento que trazemos para a reflexão, parece possuir bases mais sensíveis no trato com seu objeto de atuação – o homem urbano -. No lugar da repulsa, o convite ao convívio e ao aprendizado, à mudança; em vez dos órgãos de visitação e punição, as campanhas de participação popular; em substituição à segregação – espaço de rico e espaço de pobre – uma cidade feita por todos e para todos; e, por fim, no espaço das ciências da saúde, as ciências econômicas.

Essa série de transformações que nos transporta, de fins do século XIX e início do Século XX para a década de 70, se desenrola com traços marcantes ao longo dos anos. Procuramos dar visibilidade às políticas públicas ligadas a cada um desses momentos elaborando uma sucinta trajetória dessas práticas a desenvolver-se nas primeiras páginas do capítulo inicial deste trabalho. Sempre com o cuidado de nos mantermos pautados pelas suposições de Foucault sobre o discurso e o perigo da continuidade, da influência e da tomada dos objetos como mantenedores de uma unidade discursiva, uma vez que, embora seja necessário atentar para as semelhanças existentes em alguns aspectos, o processo de construção de Chapecó como cidade polo possui regras muito particulares. Por isso, quando falarmos em homem moderno, ou em homem civilizado neste trabalho, não queremos nos referir a definições pré-estabelecidas. Queremos nos reportar ao homem desse momento, incluso em uma proposta bem maior, mas com sua situação bem específica de realidade local submetido, igualmente, a condicionamentos próprios deste espaço.

Tomando-se tais premissas como base, nossa proposta é averiguar o discurso em sua condição de emergência. Tratá-lo como

---

<sup>13</sup> A esse respeito ver: BENJAMIN, Walter. A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

<sup>14</sup> Essa discussão está presente nas notas anteriores.

acontecimento, como prática. Segundo a suposição de Foucault:

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente<sup>15</sup>.

Terá, assim, ligação tanto com a escrita ou a pronúncia que lhe deu forma, quanto com o espaço de memória que irá habitar, ou com tipo de registro que dele se fizer. Será único e ao mesmo tempo passível de repetição, transformação; terá ligação com a situação que o fez emergir e suscitará outras momentâneas e/ou futuras. Desse modo, sempre que possível, procuraremos levar em conta as proposições discursivas como fenômenos que se valem por si só. Carregando, já pelo fato de sua aparição, simbologia e significância. Independente da origem ou da intenção que o leva a ocorrer, um discurso, primeiramente, precisa ser entendido como portador de representação intrínseca. A partir daí podemos traçar, não com menor importância, os possíveis interesses que os forjam e os fazem emergir de um determinado modo e não de outro. Em vários momentos vamos nos deparar com situações em que parece haver uma disputa em torno do poder da palavra dentro deste projeto de construção na e da sociedade chapecoense. Estabelecendo-se um campo de disputas que, por várias vezes, demonstram esconder motivações de cunho muito particulares.

Para atingir os propósitos delineados inicialmente nesse trabalho, com base nos fundamentos mencionados acima, as fontes tomadas para a análise constituem-se pelo seguinte conjunto: mensagens dos governadores à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Planos governamentais representados pelo – POE, PLAMEG I e II e PCD -; Jornais Chapecoenses de circulação local, regional ou estadual<sup>16</sup>, observando-se tanto as mensagens do poder público veiculadas nesses

---

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel, op. cit. 2008, p. 31.

<sup>16</sup> Jornal Diário da Manhã; Jornal Correio do Povo; Jornal Correio do Sul; Jornal Folha D' Oeste; Jornal Oestão. Convém mencionar que embora nossa proposta não tome como fator de análise primordial o discurso no tocante a seus fatores motivadores, suas intenções ocultas e sim ele por sua própria aparição, esse tipo de problematização não será negligenciado, sendo abordado sempre que possível como agente intimamente ligado e parte integrante do amplo processo que rege o discurso, sua produção e construção de objetos.

periódicos, como dizeres dos próprios responsáveis pela sua elaboração e também textos atribuídos a pessoas em geral. Todo este material nos serve de base para a pesquisa da constituição histórica do espaço e dos hábitos do homem urbano chapecoense. Muitos dos questionamentos aqui propostos para análise se construíram ainda enquanto acadêmico do curso de História da Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ -. Nesse período, indagações acerca de como o “Velho Chapecó<sup>17</sup>” havia se tornado a Capital do Oeste, de como havia se processado essa transformação de um grande vazio demográfico em uma cidade polo se tornaram constantes.

O trabalho divide-se em três partes contendo, basicamente, a seguinte configuração textual. No primeiro capítulo, partindo-se de uma verificação da mudança de postura por parte do governo frente a possibilidade de adequação do povo através de práticas de educação, elencamos e averiguamos algumas situações dentro desse quadro de construção de Chapecó. Procurando sempre manter uma relação entre as premissas locais e a situação em nível nacional e estadual do período, mapeamos situações de intervenção, ou táticas do governo, ao longo do século XX, que vemos terem relações com o processo que iria se desenrolar com maior vigor na década de 1970. Discutimos a primeira das investidas nesse sentido que é representada pela viagem do Governador Adolfo Konder em 1929. Perpassamos pela análise dos planos governamentais desde a primeira experiência com o POE -Plano de Obras e Equipamentos – de 1955, prosseguindo com o PLAMEG I e PLAMEG II– Plano de Metas do Governo – de 1961 e 1966, respectivamente e, dentro do primeiro, a implantação da Secretaria dos Negócios do Oeste sediada em Chapecó, até a implantação do PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento – que trazia a ideia de integração estadual mediante a implantação das Microrregiões e da eleição das cidades polos. Atenção especial é dada à constituição, dentro deste quadro, do apelo direcionado à ciência e às respostas aos problemas sociais que dela se fazia espera. Definida como “tecnocracia”, essa tendência apresenta dois momentos de estruturação ligados, o primeiro à questão da saúde e o segundo a questão econômica. Dentro dessa dinâmica procuramos construir um perfil da cidade de Chapecó nesta década. Atentando para a forma como os

---

17

Velho Chapecó era a forma como se reportavam ao município de Chapecó no período compreendido entre sua criação em 1917 e o primeiro desmembramento ocorrido na década de 1950. Deste momento em diante a grande extensão característica do município vai sendo paulatinamente diminuída.

discursos governamentais e jornalísticos tentam construir a cidade como ponto de referência regional. Algumas questões chave são tomadas como base para a análise; a crença na cidade planejada; o discurso do desenvolvimento da cidade polo sem estagnação dos municípios vizinhos; a cidade polo como solução para o problema das demandas locais; o planejamento como solução máxima das mazelas populacionais e grande garantidor do bem estar do cidadão; os problemas infraestruturais de Chapecó, principalmente no setor de água e saneamento. Concluiremos com a abordagem do Projeto Chapecoense de Desenvolvimento – PCD –, sua inserção dentro da política de alinhamento das propostas federal e estadual e seus desdobramentos locais.

No segundo capítulo nos reportamos ao posicionamento do Governo estadual frente às demandas ligadas ao saneamento básico e à água, buscando descrever o processo de criação da CASAN e as políticas de alinhamento dos órgãos de caráter federal, estadual e local. Procuramos tecer um perfil da situação chapecoense neste período e os projetos de solução. Com base em dados em sua maioria estatísticos, fruto de uma postura de apelo científico, tentamos estabelecer o processo de constituição da CASAN como empreendimento de solução para o problema da água e do saneamento no Estado. Tratamos também dos anseios da sociedade chapecoense frente a essa situação e os reais objetivos alcançados por essa empresa. Neste momento de governos fortemente atrelados ao planejamento e a perspectivas tecnocratas, buscamos aparições de propostas e contradições, bem como, disputas que envolvem esse importante órgão de poder que é a CASAN. Também como fator deste processo de re-estruturação do espaço urbano chapecoense, será abordado o projeto: Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada (CURA). Empreendimento de grande significância para o entendimento deste projeto de desenvolvimento da época e das implicações por ele geradas.

Como capítulo final trazemos para o debate as práticas de intervenção em sua postura dirigida a modificação de hábitos e práticas. Tomamos a cidade como espaço de memória, representação, de significados para além de questões físicas. E que por isso, demandam em seu processo de re-estruturação, posturas discursivas de cunho imaterial. Procuramos evidenciar como o discurso pretende criar uma nova concepção de cidade e de homem urbano; a cidade como espaço de educação e de adequação deste habitante. Respaldados pelas discussões de Foucault acerca da governamentalidade buscamos identificar as

“táticas” governamentais utilizadas nesse processo uma vez tomado o povo como objeto de cuidados e, por isso, de intervenções por parte do poder público. Dentro disso elencamos algumas posturas recorrentes como a difusão da ideia de pertencimento; o homem tomado como parte integrante e responsável por este processo; o crescimento urbano como sinônimo de progresso e o progresso como garantidor de melhorias e bem estar a todos e a higiene como um valor moral. A busca por descrições da cidade que demonstrem outras posições de entendimento que não aquelas comumente veiculadas nos jornais e nos dizeres do poder público onde o progresso e seus benefícios são postos como coisas indeléveis e naturais, confere o último ponto a ser observado e discutido nesta dissertação.

## **CAPÍTULO I**

### **Reestruturação dos espaços e hábitos: as políticas públicas de intervenção.**

Ao tomarmos para análise o processo de construção discursiva de Chapecó como cidade polo regional através de políticas públicas de intervenção nos espaços e nos hábitos do homem urbano, de imediato, percebemos interessantes particularidades e perigosas semelhanças em relação a outros espaços utilizados como referência. As peculiaridades, dentro de uma proposta de pesquisa, são de mais fácil trato, creio que estamos mais bem municiados para sua abordagem. O risco maior, conforme mencionado me parece residir naquilo que, muitas vezes, queremos ver como semelhanças. Quando buscamos as transformações ocorridas na sociedade chapecoense nas décadas de 60 e 70, percebemos que muitas delas, conservam grande aporte de semelhança com situações abordadas em obras, que em nível nacional, se reportam ao início do século XX. Um período que apresenta grande quantidade de estudos acerca de processos de intervenção.

Nesse momento, a atmosfera política nacional parece ter sido contagiada por uma onda de modernização. Realizar mudanças de ordem estrutural e cultural nos espaços físicos e ideológicos capazes de alinhar o emergente Brasil à nova ordem civilizatória mundial parecia ser a maior meta dos administradores. Grandes centros europeus, já havia algum tempo, realizavam transformações no espaço urbano como medida de solucionar os frequentes surtos epidemiológicos e, também, visando constituir uma população, não só saudável, como ciente da necessidade de se praticar a higiene pessoal. Com uma produção industrial em franca expansão, garantir mão-de-obra saudável era uma necessidade vital para governos e empresas. O Brasil que começava a construir seu projeto de desenvolvimento industrial e a galgar reconhecimento internacional sabia que a implantação de medidas de saneamento e de higienização da população conferiam uma prioridade.

A preocupação com a ordem e o disciplinamento das cidades promove significativas mudanças no espaço urbano a partir do final do século XIX. As ações administrativas procuram agir, primordialmente, sobre a população pobre que passa a sofrer com os despejos das áreas nobres da cidade, ou com o processo profilático intenso para coibir as

epidemias. Blume<sup>18</sup> destaca, entre as inúmeras ações promovidas pelo poder político brasileiro, o empenho em transferir a responsabilidade da organização e implementação das medidas sanitárias inicialmente ao governo dos estados e, posteriormente, às câmaras municipais. Desta forma, a competência pela fiscalização da política sanitária, das obras de saneamento básico, das vacinas e da assistência pública, repousava nos ombros do poder local, tornando o mapeamento dos problemas mais rápido e preciso e as medidas de solução, mais eficazes. Essa postura de descentralização das responsabilidades será um ponto recorrente na história das políticas públicas de intervenção nos espaços. Cada vez mais teremos estados e municípios assumindo a responsabilidade no desenvolvimento dessas medidas.

Nesse primeiro momento, vemos que a grande preocupação que motiva as práticas de remodelação urbana está ligada, geralmente, à questão industrial, possui caráter ou respaldasse por um discurso sanitarista – saúde – e, tem como espaço de implementação os grandes centros como Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Várias são as obras, conforme já mencionado, que abordam estas questões na historiografia nacional. Entretanto, como nos denuncia Reinaldo Lohn<sup>19</sup>, há uma carência na historiografia brasileira, quando se trata de analisar estes processos de re-estruturação urbana no Pós Guerra.

A historiografia brasileira tem se detido com muita eficiência nas políticas de reordenamento de espaços e condutas nas cidades nas duas primeiras décadas do século XX, as quais se contrapuseram ao passado colonial brasileiro, revestindo as antigas estruturas urbanas com obras de infraestrutura sanitária e viária nas áreas centrais. Contudo, as reformas, o crescimento imobiliário e a expansão em grande escala dos investimentos capitalistas, ocorridos em especial a partir dos anos 50, não despertam o mesmo interesse<sup>20</sup>.

Diante dessas evidências, facilmente nos sentiríamos tentados a

---

<sup>18</sup> BLUME, Luiz Henrique dos Santos. O porto maldito. In: Revista pesquisa em História – cidades. São Paulo: PUC. Novembro de 1999.

<sup>19</sup> LOHN, Lindolfo Reinaldo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). [online] Disponível na internet via [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100013). Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2009. p. 03

<sup>20</sup> idem.

estabelecer entre o processo chapecoense e estes acontecimentos, das primeiras décadas do século XX, relações de causalidade automáticas, tomando-os como base referencial direta. Ora, o período em questão, é justamente o da instalação das agroindústrias nesta região. Grandes empresas como a SADIA, que inaugura sua base de abate de aves em Chapecó no ano de 1973, e sua crescente demanda por mão de obra, aceleraram o processo de migração do campo para a cidade e, conseqüentemente, os problemas derivados deste deslocamento abrupto. Solucionar os problemas ligados a essa questão - re-estruturar o espaço urbano melhorando a circulação, implantar uma rede de saneamento básico, garantir água de boa qualidade - pode ser entendido como um processo visando garantir uma força de trabalho capaz de dar suporte a industrialização crescente nos moldes que, comumente, encontramos em narrativas acerca da industrialização brasileira. Todas essas possibilidades saltam aos nossos olhos e, enumerá-las, seria tarefa fácil.

Nossa proposta, entretanto, não é essa! Fazê-lo de uma forma simples, significaria entender o processo chapecoense como uma extensão das situações ocorridas em outros locais e, principalmente, em outros períodos. Estaríamos incorrendo na perigosa tendência, já citada, da busca pelas semelhanças; traçando uma linha estrutural que liga um acontecimento entendido como original e seus desdobramentos naturais ao longo de períodos distintos e sociedades específicas. Segundo Foucault,<sup>21</sup> isso seria prática de uma história tradicional que estabelece uma série e, a partir dela, passa a estabelecer: “*relações (de causalidade simples, de determinação circular, de antagonismos, de expressão) entre fatos e acontecimentos datados*”<sup>22</sup>.” Esta análise das continuidades, das influências, das permanências objetivando uma construção histórica de longa duração, não será abordada aqui. Nossa busca é por aquilo que Foucault<sup>23</sup> identifica como objeto e método da nova história. São as descontinuidades, aquilo que no antigo modelo se conferia como entrave e precisava ser apagado, negligenciado, que aqui será alvo de análise. É esta ruptura que nos interessa; seu processo de emergência; as relações que a fizeram surgir, que possibilitaram sua efervescência. É a elaboração das séries e das relações passíveis de estabelecer séries de séries, que nos propomos a avaliar. É como na sociedade chapecoense da década de 70, podemos perceber a constituição de certas práticas, certos discursos, certas dinâmicas e que relações podemos estabelecer

---

<sup>21</sup> FOUCAULT, Michel, op. cit. 2008, p. 08.

<sup>22</sup> idem.

<sup>23</sup> idem.

com os processos que nos serviram de base teórica.

O interesse por elaborar uma cronologia das práticas de intervenção nos espaços públicos, não visa encontrar uma origem e estabelecer relações de influência pura e direta, - nos dizeres de Foucault: “*isso seria demasiadamente mágico para poder ser bem analisado*”<sup>24</sup> - mas sim, nos fornecer um corpo de situações redutíveis à análise, à comparação. Uma gama de práticas que podem constituir um arcabouço investigativo. Pontos de partida para compreendermos que relações poderão ser verificadas, comprovadas, ou descartadas. Os processos de constituição e de adequação. Claro que a não aceitação de uma ideia de simples importação e influência não significa que tudo precisa ser constituído como novo, limpo, puro. Significa apenas, que as relações, para serem estabelecidas, precisam ser comprovadas, trabalhadas, avaliadas em sua especificidade de acontecimento para daí, surgirem ou não, situações de substituição, alteração e entrecruzamentos. Do mesmo modo que Foucault<sup>25</sup> não descarta a possibilidade de construção dos períodos de longa duração, entendendo apenas que esses devem ser fruto da construção das séries de séries e suas relações, aqui também não se tem a intenção de construir a história de uma Chapecó “*sitiada*”. Os contextos aos quais ela está submetida precisam ser respeitados e observados. Mesmo porque, dentro da dinâmica Estadual e Federal deste período, ela ocupa lugar de destaque no tocante aos projetos públicos de intervenção e aos discursos que os norteiam.

Mais uma razão para não estabelecermos relações diretas e simples entre práticas intervencionistas urbanas e necessidade ou entendimento da população como força de trabalho necessária à indústria emergente, nos é dado por Florianópolis. É fato que Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, por exemplo, demonstram na virada e primeiras décadas do século XX, uma industrialização crescente e que poderia fomentar tais práticas<sup>26</sup>. Entretanto, quando nos reportamos a Florianópolis, percebemos que essa lógica se mostra insuficiente como modelo explicativo. Aqui, como nos traz Araújo<sup>27</sup>, apesar de podermos identificar um amplo processo de re-estruturação e intervenção urbana

---

<sup>24</sup> idem.

<sup>25</sup> idem.

<sup>26</sup> Ver esclarecimentos sobre este processo de classificação em: SOUZA, Maria Adélia. O II PND e a política urbana brasileira; uma contradição evidente. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999.

<sup>27</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. A Invenção do Litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira República. PUC, São Paulo, 1989.

de caráter físico e moral, não podemos estabelecer ligação com um postulado industrial. Neste período, em Florianópolis, seria impossível sequer falar em um processo de industrialização efetivo nos moldes das capitais acima citadas. O que reitera nossa postura de análise defendida no início, pautando-se pela condenação das ligações de influência diretas e automáticas.

Trabalhando-se a partir da posição de Foucault de que é preciso buscar as rupturas dentro de uma aparente continuidade, podemos evidenciar posturas novas influenciando práticas e intuítos ao longo do século em questão. Por volta de 1920, o nascimento de uma nova abordagem quanto à questão étnico-racial, acaba por remodelar a noção de brasilidade e as políticas públicas de intervenção no espaço, ou pelo menos, seu local de implementação e a sua demanda motivacional. Como salientam Maria Bernardete Ramos Flores e Élio Cantalício Serpa<sup>28</sup>, a concepção de determinismo, seja ele geográfico ou biológico perde força, e a tese de que sofríamos de uma “fraqueza biológica” - como defendiam estudiosos como Nina Rodrigues -, abre espaço para a difusão de teorias ligadas à Antropologia Cultural. Esta nova esteira teórica acaba conferindo uma nova forma de se pensar o homem, a ideia de identidade nacional e suas políticas de construção.

Nesta perspectiva, à nação brasileira, era possível um processo de perfectibilidade, pela via da regeneração, o que significava curar um país doente, mobilizando recursos que tirassem os brasileiros do atraso, da miséria e da falta de civilidade. Nesse sentido, a preocupação com a saúde pública e com a educação, voltadas para o interior do Brasil, passou a ser o mote mobilizador das chamadas práticas higienistas e civilizadoras, tendo à frente o intelectual Monteiro Lobato, com sua coletânea de ensaios intitulada *Urupês*, na qual ganha destaque o personagem Jeca Tatu<sup>29</sup>.

Ora, se esse homem podia ser regenerado, nada mais natural do que se desenvolverem práticas capazes de fazê-lo de modo a garantir sua

---

<sup>28</sup> FLORES, Maria Bernardete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Chapecó: Argos, 2005.

<sup>29</sup> *ibidem*, p. 35.

integração àquilo que a nação entendia como posturas modernas. Se até pouco tempo atrás as políticas de intervenção pautavam-se pela exclusão tanto físico quanto ideológica, agora a tônica será a da integração. Não se trata mais de remanejar esses indivíduos do centro das cidades empurrando-os para as margens. Não se trata mais de definir o que é espaço de pobres e o que é espaço de ricos. Não se trata mais de segregar grupos por suas práticas desalinhadas daquilo que se tinha como vislumbre do homem desenvolvido. Agora o buscado era a integração de todos os brasileiros sob a égide da pátria mãe. Percebemos uma nova forma de concepção do homem e das possibilidades de seu engajamento social. Esta postura marca uma cisão importante na organização das políticas de intervenção. Sua análise nos propicia elementos para a compreensão de como se constituíram estes elementos ao longo da historiografia nacional até o período de análise do nosso objeto específico. Vejamos então evidências desta nova dinâmica em terras catarinenses.

Tendo como base essa nova abordagem, intelectuais ligados à semana da arte moderna de 1922, lançam uma série de manifestos. Cassiano Ricardo, em sua obra: *a Marcha para o Oeste*<sup>30</sup>, defende a necessidade da organização de bandeiras que adentrassem aos pontos onde a população vivia isolada e sem sentir-se parte integrante na nação brasileira.

Este pode ser visto como o primeiro momento em que o oeste passa a ocupar lugar nos projetos de intervenção governamental. Embora, nesse momento, a preocupação estivesse nitidamente ligada a questões de ordem identitária, representa a primeira investida no processo de integração desta porção territorial e humana ao restante do Estado catarinense. Muitas cidades dessa região, especialmente as do extremo oeste, sentiam-se desligadas do poder estadual, concentrado na longínqua capital. A proximidade e influência de países fronteiriços, como a Argentina, também conferia fator de preocupação ao governo. Não eram raros os moradores que, embora vivendo em território brasileiro, falavam língua estrangeira e até possuíam filhos estudando no país vizinho.

A bandeira organizada pelo governador Adolfo Konder em 1929, pode ser vista como resultante desta nova realidade. Empreendida sob o pretexto de percorrer a região oeste do estado, tradicional palco de disputas, inteirando-se de suas necessidades com o intuito de integrá-la

---

<sup>30</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 [2 v].

definitivamente ao território catarinense, tinha na realidade, interesses outros. Dentre eles, a construção de uma cultura oficial baseada em uma identidade nacional única. Identidade essa que se construiria a partir da interiorização das políticas públicas de educação e saneamento.

Essa nova forma de se pensar o homem e sua relação social com apelo integralista fortalecer-se-á na década de 30. Com o advento da República Nova o surgimento da categoria “Povo”<sup>31</sup>, torna-se peça importante na elaboração das teorias dos intelectuais do período. Ao apresentarem esse povo como criança, como alguém que precisava ser direcionado, tutelado, acabavam desenhando seu papel de intervenção enquanto elite pensante. Como era de esperar, seus ditames e teorias passam a convergir com as posturas que o governo acaba por tomar no tocante a seu discurso de desenvolvimento e integração nacional nas décadas que seguem<sup>32</sup>.

### **1.1 - Planejando o progresso; a experiência dos projetos de desenvolvimento.**

Ao identificarmos o planejamento como sério expoente das práticas de intervenção urbana, convém considerar que a década de 1950 representa um marco importantíssimo nessa tendência. Pode-se dizer que é aí que vemos o surgimento de uma postura que vai ser o grande espelho do processo de desenvolvimento nacional pelo menos nas três décadas seguintes. É neste momento que são delimitados e difundidos, de forma mais clara, as primeiras experiências de planejamento, que instauram aquilo que muitos definem como uma cultura desenvolvimentista<sup>33</sup>. O desenvolvimento, nesta década, de centros acadêmicos onde as ciências sociais passaram a ser amplamente discutidas tem grande influência sobre esta tendência. Segundo Mariza Veloso e Angélica Madeira, destacam-se neste período duas instituições, a Universidade de São Paulo – USP – e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB -, no Rio de Janeiro. A primeira, contando com

---

<sup>31</sup> A esse respeito ver: VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

<sup>32</sup> Esta perspectiva de educação e integração social governamental será melhor trabalhada quando abordarmos a questão Chapecoense na década de 1970, nosso objeto de análise principal. As práticas intervencionistas que visam a integração parecem se mostrar aí de forma latente.

<sup>33</sup> MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política populista no Brasil (1954/1964). In: História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Tomo III. Sociedade e política. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p 266.

nomes como Florestam Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, e Paul Singer, por exemplo, pautava-se por uma postura política de análise dando ênfase ao estudo da dependência nacional. Seus fatores internos e externos. Já a segunda, formada por intelectuais como Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré, adotará outra postura e será responsável pela construção da base teórica de sustentação do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek. Versando sobre preceitos ideais e, acreditando na força desses, formulará uma nova modalidade de nacionalismo de cunho desenvolvimentista. Pregando a possibilidade de inserção do país nas esferas do capitalismo internacional e alicerçado no planejamento.

Peter Hall<sup>34</sup> abordando a questão do planejamento e dos projetos urbanistas, indica duas importantes mudanças no modo de se pensar essas políticas fruto, segundo ele, do crescimento populacional do pós-guerra. Antes disso, não era prática entre os planejadores, deterem-se em pesquisas e estudos prolongados sobre fatores inerentes ao espaço em que se pretendia intervir. Isso era contrário ao entendimento e a visão que se constituiu acerca deste profissional na época. Ele – o planejador - era tido como alguém cujo o conhecimento já se bastava. Aliás, era esse conhecimento que dava crédito aos seus projetos. Uma eventual necessidade de estudar, colocaria sob questionamento sua capacidade. Outra mudança, está ligada ao fato de não se tomar mais o desenvolvimento como um vilão. Entendimento comum entre os planejadores até então, era o de ver o crescimento populacional como algo que devia ser combatido, e o desenvolvimento econômico - seu motivador -, freado. Tidos como responsáveis pela quase totalidade dos problemas que depois deviam ser geridos e sanados - desenvolvimento e crescimento - eram inimigos dos planejadores. Essa reconciliação representa marco importantíssimo em se tratando do estudo das práticas de intervenção urbana. Marca uma total reviravolta e a entrada em cena de novos personagens; o econômico e o tecnocrático.

Sobre esta tendência, Ricardo Silva<sup>35</sup>, em sua obra: *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*, nos fornece importante explanação ao abordar a organização do modelo político de caráter cientificista no país. A partir da comparação de obras de intelectuais dos períodos, o autor estabelece dois momentos em que a ideologia do estado autoritário se utiliza do conhecimento científico como fator de justificativa e fundamentação. O primeiro momento é representado pelo movimento de

---

<sup>34</sup> HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 385.

<sup>35</sup> SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.

apelo integralista das décadas de 1920 e 1930. Difundindo um discurso de crise e pregando a necessidade de organizar a nação, ideólogos como Oliveira Viana, buscam argumentos em uma sociologia científica para justificar a implantação de governos autoritários. Esse povo apolítico e individualista, como prega esse autor, precisava de um Estado que o direcionasse. E este Estado, só lograria êxito em tal tarefa, se apoiado em bases técnicas.

Assim, as leis sociológicas são leis naturais e não podem ser violadas impunemente. Ao Estado, representado pelas elites governamentais, caberia o reconhecimento de que o poder que tem de modificar ou suprimir qualquer elemento da ordem social só poderá ser exercido eficientemente dentro de certas condições – obedecendo as leis da ciência; do contrário o fracasso é certo<sup>36</sup>.

Esse apelo à ciência, tendo como prerrogativa sua infalibilidade, marca a institucionalização da tecnocracia no seio político brasileiro. Deveriam ser os técnicos os responsáveis pela elaboração de estudos sobre a realidade nacional e, a partir dos resultados promulgados por esses, é que os parlamentares teceriam seus planos de ação. O que veremos se processar é uma paulatina sobreposição do poder técnico ao poder político. Nas palavras de Viana: “*por toda a parte a competência técnica vai substituindo a competência parlamentar*”<sup>37</sup>. Isso, segundo Silva, dava-se porque:

Além de propiciar o instrumental analítico para que os governos orientem sua ação, a Sociologia também auxilia na função de legitimação das políticas estatais, pois aquilo que os governantes fazem pode ser justificado/racionalizado em termos de uma necessidade sociológica inelutável, e não como mero arbítrio desses governantes. Na verdade, quanto mais completa e perfeita fosse a aplicação do método na derivação do das políticas estatais, tanto menor seria o

---

<sup>36</sup> OLIVEIRA VIANNA, F. J., 1974, v. 1. in: SILVA, Ricardo. A ideologia do Estado Autoritário no Brasil. Chapecó: Argos, 2004. p. 142.

<sup>37</sup> idem.

espaço de quem governa<sup>38</sup>.

Desta forma a tecnocracia, com base na sociologia científica, está a frente da ideologia do Estado Novo, marcando o primeiro momento de seu fortalecimento neste sentido. O segundo momento em que a tendência tecnocrática entra em cena como base fundamental da organização ideológica do estado autoritário, ainda segundo Silva, ocorre nas décadas de 1950 e 1960. Conservando o discurso de necessidade de enfrentar uma ameaça à nação, representada agora pela inflação e estagnação econômica, passa-se a pregar a intervenção sob a prerrogativa do “desenvolvimento econômico com estabilidade monetária”. Note-se que há um deslocamento do fator problemático; antes de ordem política comportamental; agora econômico. Obviamente, o meio de solução também é alterado; agora não mais a sociologia e sim as ciências econômicas. Sim, embora mude-se o foco, a ciência continua sendo a base fundamental para a elaboração dos planos capazes de solucionar os problemas em curso.

Uma das reformulações fundamentais na recriação da ideologia do Estado autoritário reside justamente neste deslocamento do campo conceitual e semântico da sociologia para a economia. É a ciência econômica que passa fornecer, de modo predominante, os termos e os conceitos da nova estrutura argumentativa da ideologia do Estado autoritário. O que as elites estatais devem fazer e como o farão já não é justificado em termos de adequação às leis sociológicas, mas como dedução das leis do comportamento econômico<sup>39</sup>.

Os principais teóricos dessa tendência eram adeptos do “modernismo econômico”, termo do economista D.N McCloskey, que defendia, de modo extremo, a ideia de que a economia possuía caráter de ciência universal e, que somente o que se podia contabilizar, era digno de crédito e validade. Dentre seus dez mandamentos, o sexto, tido como a máxima de Kelvin, prega: “*Quando não podes expressá-lo com*

---

<sup>38</sup>

idem.

<sup>39</sup>

SILVA, Ricardo, 2004, op. cit., p 232.

*números, teu conhecimento é pobre e insatisfatório.*<sup>40</sup>”. Deste modo, difunde-se uma crença para além da capacidade, constitui-se uma espécie de necessidade do conhecimento técnico como meio para a salvação nacional. Importante expor aqui a diferenciação apresentada por Silva, nesta obra, quanto à caracterização da tecnocracia. A utilização do conhecimento técnico dentro de uma estrutura governamental, por si só, não é responsável por este fenômeno. O que define um regime tecnocrático, segundo ele, é a utilização do conhecimento quantitativo para se explicar questões não apreensíveis por essa ciência.

O conhecimento técnico transforma-se em ideologia tecnocrática quando esse tipo de conhecimento ultrapassa, espuriamente, seu campo de aplicação. Dito de outra maneira, quando se aplicam as regras da razão para descrever e interpretar as relações que os seres humanos estabelecem entre si<sup>41</sup>.

Como vemos, ideologia de Estado e ideologia tecnocrática são distintas. O Estado busca um controle sobre a sociedade e a tecnocracia busca controlar as ações deste Estado. Assim sendo, a tecnocracia estabelece-se como um elemento autônomo dentro da estrutura do Estado. Ela não retira poder deste e de suas instituições e sim do conhecimento que justifica sua ação. A bem da verdade, o que acontece é o contrário, é o Estado quem sustenta seu poder valendo-se das prerrogativas tecnocráticas.

A tecnocracia, por seu turno, designa a estrutura de poder sob o comando dos tecnocratas. Mas o que acima de tudo especifica o fenômeno da tecnocracia é o modo pelo qual o tecnocrata justifica e busca legitimar o poder que detém. Ele o faz pela afirmação de seu domínio do saber técnico e científico. Ciência e técnica são, assim, convertidas em recursos de poder; e é a dominação fundamental do monopólio da

---

<sup>40</sup> McCLOSKEY, D.N. A retórica na economia. Apud: SILVA, Ricardo. A ideologia do Estado Autoritário no Brasil. Chapecó: Argos, 2004. p. 235.

<sup>41</sup> ibidem, p. 248-249.

ciência e da técnica que constitui o fenômeno da tecnocracia. Assim, ao contrário dos burocratas, os tecnocratas são concebidos como “um corpo estranho dentro da organização que os emprega [...] porque a capacitação técnico-científica, ou seja o fator de poder que pessoalmente controlam, não lhes foi outorgado pela organização”<sup>42</sup>.

Nessa linha, tratando acerca do processo de modernização de Florianópolis dentro da política do Brasil desenvolvimentista, Reinaldo Lohn aponta para a nova tônica dos processos de intervenção urbana neste momento. Segundo o autor, há um deslocamento da esfera sanitária e cívica que imperava no início do século, para o eixo econômico. Uma vez que este passa a ser o ponto de sustentação sobre o qual se desenrola toda a base argumentativa para as mudanças e justificativa para as intervenções.

Os projetos das novas cidades conteriam atributos e valores sociais e humanos que promovessem melhorias nas condições de vida da população pobre, através de conjuntos habitacionais, oferta de serviços públicos e promoção do pleno emprego, garantido pela indústria. Ainda e sempre, uma ordem burguesa e disciplinadora, mas realizada através de meios diferentes daqueles empregados até então. Às vacinas e à polícia sanitária deveria somar-se o plano urbano e o concreto armado. As cidades refletiriam o engajamento do Brasil nos novos tempos de modernização e o otimismo que empolgavam as camadas médias, através dos sonhos de consumo de bens que exprimissem progresso e de novidades tecnológicas que reinventavam o cotidiano, como modernos automóveis e aparelhos eletrodomésticos de todos os tipos<sup>43</sup>.

Constituíam-se assim, ainda segundo o autor, uma identificação

---

<sup>42</sup>

ibidem, p. 245.

<sup>43</sup>

LOHN, Lindolfo Reinaldo, op. cit., p. 08.

do progresso com a noção de bem estar, de acesso a melhorias passíveis a todos e a cidade, com as mudanças em curso, seria o espaço onde tudo isso se concretizaria. O futuro passa a ser atrelado ao desenvolvimento, e esse, à felicidade.

O futuro deveria ser necessariamente feliz, o que era demonstrado pela satisfação que outras cidades "mais adiantadas" proporcionavam às suas populações. Ou seja, participar de todo esse processo, além de uma necessidade de crescimento, deveria ser um prazer. As dificuldades fariam parte de uma época a ser logo esquecida e deixada para trás em nome de um mundo novo, cheio de possibilidades que estariam logo à frente<sup>44</sup>.

Certa tendência em se esperar que o Estado promovesse o progresso *“entendido como a ampliação de suas oportunidades para desfrutar do padrão de vida moderno oferecido pelo acesso a determinados bens”*, segundo Décio Saes<sup>45</sup>, era comum entre setores da classe média desde os anos 30. Nas décadas de 50 e 60, como nos mostra Maria José Trevisan<sup>46</sup>, a burguesia industrial reforça esta postura ao buscar um consenso social em torno de seu processo de industrialização. Para ela, isso: *“tinha em vista pressionar o Estado para que ele dirigisse suas ações naquele sentido, assumindo, entre outras coisas, o compromisso de gerar condições de infraestrutura necessárias à instalação de empresas estrangeiras e nacionais no Brasil”*<sup>47</sup>.

O principal marco do avanço da ciência econômica dentro dos projetos de governo pode ser representado pelo do Plano de Metas (1956-1960) elaborado no governo Juscelino Kubitschek em 1956.

---

<sup>44</sup> ibidem, p. 05.

<sup>45</sup> SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). Apud: FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil Republicano III: sociedade e política (1930-1964). In: FIGUEIREDO, Anna Cristina C. M. Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada. Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964). São Paulo: HUCITEC, 1998. p 42.

<sup>46</sup> TREVISAN, Maria José. 50 anos em 5: a FIESP e o desenvolvimentismo. Apud: FIGUEIREDO, Anna Cristina C. M. Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada. Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964). São paulo: HUCITEC, 1998. p 42.

<sup>47</sup> idem.

Consistia em um esforço de planejamento estatal contendo trinta e uma metas, distribuídas em seis grandes grupos<sup>48</sup>. À sua frente, no papel de diretor, estava Roberto Campos; grande postulador e teórico defensor da ciência econômica, acumulando as funções de presidente e superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). Sobre esse, Silva argumenta:

O Plano de Metas apoiava-se nos estudos desenvolvidos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), em cujos trabalhos Campos tivera atuação destacada. A CMBEU realizaria, no período de julho de 1951 a julho de 1952, pormenorizado estudo sobre as condições econômicas do país, recomendando a concretização de dezenas de projetos (sobretudo nas áreas de transporte e energia)<sup>49</sup>.

A constatação é irrefutável: se a ciência econômica para exercer seu papel precisa de dados, instala-se a necessidade de constituir-los. É só a partir deles, que os técnicos vão poder elaborar seus projetos, justificar suas visões e sugerir as mudanças. Deste modo, uma série de comissões de estudos são formadas por técnicos brasileiros e norte-americanos nas décadas de 40 e 50, entre elas: a Missão Cooke (1942), a Missão Abbink (1948) e a CMBEU (1951-1952). Com a função de: *“realizar um diagnóstico da economia brasileira e fornecer as diretrizes para a política econômica, acabaram por fornecer um acúmulo de experiências técnicas que rapidamente fora transformada em recurso de poder pelos técnicos”*<sup>50</sup>.

Para Moraes<sup>51</sup>, antes mesmo da elaboração do Plano de Metas, os estudos da CMBEU já davam fruto ao Programa de “Reaparelhamento Econômico” visando a eliminação dos “pontos de estrangulamento” inibidores da iniciativa privada. Dentre as ações do programa, temos a fundação do BNDE em junho de 1952 e a difusão, a partir daí, de toda uma noção política respaldada em práticas e instituições marcantes nas décadas seguintes.

---

<sup>48</sup> MARANHÃO, Ricardo. op. cit., p. 21.

<sup>49</sup> SILVA, Ricardo, 2004. op. cit., p. 255.

<sup>50</sup> SOLA, Lourdes. Political and ideological constraints to economic management in Brazil, 1945-1963. Apud: SILVA, Ricardo. A ideologia do Estado Autoritário no Brasil. Chapecó: Argos, 2004. p. 254-255.

<sup>51</sup> MORAES, Reginaldo. Planejamento: democracia ou ditadura?. Apud: SILVA, Ricardo. A ideologia do Estado Autoritário no Brasil. Chapecó: Argos, 2004. p. 255.

Dentro do Plano de Metas, um dos pontos para o qual se começava a atentar de forma mais incisiva, era o da problemática das disparidades sociais e regionais. O país, embora carente de infraestrutura como um todo, apresentava localidades em situação ainda mais grave. Enormes porções do território nacional ansiavam por auxílio governamental em quesitos fundamentais, conferindo um quadro desafiador ao poder público. Sanar estas questões representava o primeiro passo para deixar para trás a amarga alcunha de país de terceiro mundo. Nossa menção a este item deve-se ao fato de que nessa situação encontravam-se grandes porções do território catarinense e, entre elas, a região oeste. Por isso, essa política será figura constante nos projetos de planejamento, sendo importante sua análise para a compreensão de fatores como a formação das microrregiões e, especialmente, dos polos regionais.

Segundo Mattos<sup>52</sup>, entendido como solução para a dicotomia - necessidade de assistência e escassez de recursos - o planejamento faz suas primeiras incursões em Santa Catarina na década de 50<sup>53</sup>. A primeira experiência nesse âmbito é representada pelo Plano de Obras e Equipamentos – POE, encaminhado à Assembleia Legislativa em março de 1955. Embora, segundo o autor, esse não possa ser visto como um plano global, uma vez que sua realidade era apenas a de um orçamento paralelo submetido a tratamento especial. Trata-se da primeira tentativa de se direcionar investimentos para um projeto plurianual com metas pré-estabelecidas que serão amplamente alargados nas décadas seguintes.

O ano de 1961 é marcado pelo início das experiências de planejamento dentro da dinâmica que acabou por caracterizá-los em sua totalidade ou essência. Com a implantação do Plano de Metas do Governo Estadual – PLAMEG, para o quinquênio 1961/1965, temos a implantação do primeiro Gabinete de Planejamento e, com ele, o fortalecimento, em esfera estadual, das posturas tecnocratas já levantadas.

Fortalecidos pela política militar instaurada no Brasil com o golpe de 1964, o projeto desenvolvimentista pautado no planejamento,

---

<sup>52</sup> MATTOS, Fernando Marcondes de. Santa Catarina: Nova Dimensão. Ed. UFSC, 1973.

<sup>53</sup> Convém mencionar que o trabalho de Mattos, é elaborado em pleno momento de efervescência das práticas a que ele se propõe analisar. Deste modo, ele vive o momento que tenta explicar, além de ser, comumente, apresentado como um teórico das elites. Isso talvez explique sua condescendência com as posturas vigentes aparente na maior parte do seu texto.

acaba se tornando a grande base discursiva governamental. Esse passa a ser entendido como imprescindível ao desenvolvimento que se buscava a todo custo e, na maioria das vezes, mediante obtenção de empréstimos exteriores. Com essa política, os militares acabam por contagiar boa parte da sociedade que se via absorva em uma onda de crescimento vertiginoso. O chamado “milagre econômico”. Os governadores Brasil a fora não poupavam elogios à realidade econômica a que estavam inseridos e que lhes parecia passível de grande sucesso. Em mensagem à Assembleia Legislativa o Governador Colombo Machado Salles dizia em 1971:

A partir de 1964 o que se vê é um país em ação. Energia, transportes, telecomunicações de Norte a Sul, um sistema acionando fábricas e encolhendo distâncias. Um homem, o Presidente Médici, lança e faz o jogo da verdade. E assume o compromisso de promover os meios de duplicar em dez anos os níveis médios de bem estar e produtividade do Brasil. Pelo crescimento econômico e a integração social; pela conquista dos espaços vazios e o ingresso na era atômica; pela participação dos trabalhadores na riqueza nacional, e a expansão dos níveis de emprego; pela redução de inflação e a redução dos desequilíbrios regionais e setoriais; pelo prosseguimento das reformas sociais e políticas e a industrialização, pelo enriquecimento através do comércio exterior e a democratização nas oportunidades, no emprego e na escola; pelo fortalecimento e expansão do Poder Nacional e a reorganização industrial; pela decisão, energia e esforço dos brasileiros, o Brasil avança. O Brasil avança para ingressar com liberdade, no mundo desenvolvido – objetivo – síntese do Programa de Metas e Bases para a Ação do Presidente Médici, e objetivo por isso também de cada um dos cidadãos deste país<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Mensagem do Governador Colombo Machado Salles à Assembleia Legislativa do Estado: Projeto Catarinense de Desenvolvimento de 1971. p. 21. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Na fala do governador, reafirmava-se a ideia de planejamento como indelével ao desenvolvimento, reiterando que esse seria capaz dar resposta a todas as demandas nacionais. O país, mais do que nunca, passa a ser mostrado como uma grande e única nação que precisa ser atendido pela ação governamental em suas mais longínquas porções seja ela, Federal, Estadual ou Municipal. Para tanto, cada vez mais é buscado um alinhamento entre o projeto Nacional e os projetos Estaduais e Municipais de desenvolvimento.

Importante atentar para essa tendência de se depositar sobre o planejamento a condição para o desenvolvimento. Segundo Pocock, existe uma forte circularidade de ideias, conceitos e, por vezes práticas, dentro do discurso político. Isso se deve, segundo ele, não a importação ou exportação de ideias, mas a uma dinâmica natural. É como se a repetição de realidades de forma muito semelhante levasse as pessoas a inquietações semelhantes e, deste modo, a proferirem discursos que se aproximam no tocante ao conteúdo, mesmo quando se contrapõem. Nesse sentido, destacamos a importância de se estudar, não autores, mas palavras-chaves<sup>55</sup>.

O Planejamento Catarinense para o período de 1961/1965 representado pelo PLAMEG manteve-se nas mesmas bases uma vez que o governo Celso Ramos conseguiu fazer sua sucessão na figura de Ivo Silveira. Assim, teve continuidade a experiência de planejamento, agora representada pelo PLAMEG II, com projetos para o quinquênio 1966/1970<sup>56</sup>.

Embora a ideia de planejamento esteja presente desde a década de 50 em Santa Catarina, é na década de 70, que podemos ver com mais força uma característica marcante dentro deste processo. Trata-se da busca por uma convergência discursiva e, mesmo organizacional, entre as propostas na três escalas do poder governamental – União, Estados e Municípios -. Esses projetos, quase sempre, apresentavam-se como visando: “*à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do Estado*”<sup>57</sup>. Comumente apareciam apoiando-se na tríade: execução de obras de infraestrutura, minimização das disparidades regionais e promoção do bem estar coletivo.

---

<sup>55</sup> POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

<sup>56</sup> A esse respeito consultar: SCHMITZ, Sérgio. *Planejamento Estadual: A experiência catarinense com o plano de metas do governo – PLAMEG 1961/1965*. UFSC, 1985.

<sup>57</sup> MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento*. Campo Grande: UFMS, 1998. p 198.

Sob a perspectiva citada, uma vez eleito, o governador Colombo Machado Salles tratou logo de organizar seu projeto econômico; uma premissa para os governos da época. Todavia, sua forma de condução na elaboração desta proposta, mostrou-se inovadora. Segundo Sérgio Schmitz<sup>58</sup>, para elaborar o Projeto Catarinense de Desenvolvimento – PCD -, a equipe responsável por essa execução foi incumbida de ouvir os líderes comunitários das várias associações de municípios que, neste ano de 1970, foram reunidas em doze microrregiões. Estavam assim divididas as regiões para: *melhor explorar suas potencialidades e mais rapidamente sanar suas limitações*<sup>59</sup>. Esses eram os dizeres do governo para justificar sua criação. Mas aqui, estabelece-se um ponto que, no mínimo, causa estranheza. Dentro de uma política, dita de inserção, ficava difícil conciliar a palavra divisão. Se a lógica era a da unificação, me parece soar mal essa definição. Mas esse, por natureza, não era um período de governos de palavras. As décadas do planejamento serão marcadas pelo domínio da política alicerçada nos dados, nos gráficos, nos estudos de casos, nas porcentagens e probabilidades. Em uma experiência que hoje parece ser resgatada pelo nosso governo Federal, principalmente no tocante à educação, tudo parecia ser passível de redução a números, a quadros comparativos ou à tabelas. Ou como preferia se intitular na época, este era um governo de ações. Em prol do governo nesse momento, estava o crescimento do PIB catarinense que, fixando-se na casa dos 12% ao ano, estava bem acima da média nacional. Fator que permitia a antecipação de recursos por parte do governo para a execução das obras previstas no PCD, como podemos ver nesta mensagem do Governador Colombo Salles à Assembleia.

O crescimento do PIB nacional vem sendo da ordem de 9% ao ano, nos quatro últimos anos, e o de Santa Catarina se situou ao redor de 12% nos três últimos anos. O que já fizemos e estamos fazendo permite que programemos um endividamento – forma de antecipar os recursos para executar os programas e projetos prioritários – e eliminemos os fatores limitantes à plena atualização das nossas potencialidades. Os investimentos de infra-estrutura já realizados ou

---

<sup>58</sup> SCHMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual: A experiência catarinense com o plano de metas do governo – PLAMEG 1961/1965. UFSC, 1985.

<sup>59</sup> Mensagem do Governador, op. cit., p. 59.

em curso com as complementações decorrentes da execução do Projeto Catarinense de Desenvolvimento dão o apoio necessário à rápida expansão da economia. É fora de dúvida que Santa Catarina está realizando os pré-requisitos para o ingresso na fase de desenvolvimento auto-sustentado. Os últimos fatores limitantes serão eliminados com a execução do Projeto Catarinense de Desenvolvimento<sup>60</sup>.

## **1.2 – Projeto Catarinense de Desenvolvimento: a integração e a política das microrregiões.**

*“Há o Projeto Brasileiro de Desenvolvimento... tem que haver um Projeto Catarinense”*. Uma vez organizado o PCD, era com essa frase, que o governador Colombo Machado Salles iniciava sua mensagem à Assembleia Legislativa em março do ano 1971. Na mesma, pode-se ler:

Direi que a experiência que aqui se viveu é inseparável da que o País perfilou ao mesmo tempo. A transformação catarinense está inclusa na brasileira. O êxito que aqui é indissociável, pois a conjuntura global é uma só, abrangente da totalidade nacional. A convivência com essa totalidade, mais profunda e mais íntima, é que gera efeitos mais expressivos. A adoção, ao nível de Estado, das diretrizes que informam a sociedade brasileira, se constituiu no objetivo aqui colimado. Quando se deduziram os objetivos catarinenses atuais teve-se a preocupação de compatibilizá-los com aqueles que a nação elegera e a República definia como metas a seguir<sup>61</sup>.

Importante perceber que Santa Catarina, não só apresenta um projeto de desenvolvimento nos moldes do projeto nacional, como faz questão de ressaltar essa postura. Como não podia deixar de ser, o planejamento ocupa lugar de destaque nesta proposta. Na introdução do referido texto delineava-se:

---

<sup>60</sup> ibidem, p. 57.

<sup>61</sup> ibidem, p. 07.

Senhor presidente da Assembleia Legislativa, Senhores Deputados Estaduais, Cumpro o *dever* constitucional de apresentar a esta Augusta Assembléia Legislativa a mensagem do Poder executivo, na qual se desenvolvem as linhas de ação que preconizam o *progresso* harmônico e *planejado* para o Estado de Santa Catarina<sup>62</sup>.

No início da década de 70, Santa Catarina, era um Estado que começava a apresentar um crescimento urbano significativo. Mesmo regiões, antes prioritariamente rurais, apresentavam um deslocamento populacional para as cidades. Essa nova dinâmica social exigia, igualmente, novas formas de intervenção por parte dos governos. Uma crescente camada urbana politizada demandava tecnologia e isso, pelo menos no discurso político, era sinal de desenvolvimento. Desenvolvimento que deveria ser promovido pelo poder público e, que para tanto, apresentava seu projeto apregoado à seguinte premissa:

A Tônica da Reforma é o *planejamento* que se adota como técnica de *aceleração* do processo de *desenvolvimento*. Desenvolvimento que é impositivo pelas circunstâncias de *expansão demográfica*, da *urbanização* e da formação de proletariado urbano, crescentemente escolarizado, cujas exigências válidas se multiplicam, tanto em decorrência da elevação do grau de politização como de acesso e uso dos meios de comunicação<sup>63</sup>.

Reservadas as especificidades, no tocante à estrutura geral, o Projeto Catarinense de Desenvolvimento era muito próximo da Proposta Nacional. Também pudera, ainda em sua parte introdutória lia-se: “*Do programa de Metas e Bases, norteadores das ações do Govêrno do Presidente Emílio Garrastazú Médici, se deduzem, por consequência lógica, os objetivos a serem alcançados neste Estado*”<sup>64</sup>.

Diante desta postura, não era de se estranhar que dos treze pontos do projeto nacional que segue, a maior parte vai se verificar

---

62 idem. Grifos meus.

63 idem. Grifos meus.

64 idem.

também na proposta estadual. O primeiro, é a manifestação do desejo de que o desenvolvimento conduza à plenitude da liberdade, nos seus diferentes aspectos, da economia à política. O segundo, diz respeito à integração social e proclama a necessidade de eliminação ou redução da disparidade de renda. O terceiro e quarto, tratam da expansão da fronteira econômica, visando integrar os espaços vazios da Amazônia e do Centro-oeste ao domínio efetivo da ação nacional. O quinto, da conta da garantia da soberania e do reconhecimento mundial mediante o domínio da tecnologia atômica. O sexto, sétimo e oitavo, visam o crescimento do PIB e da renda Per Capita. O nono, atenta para a necessidade do aumento na oferta de empregos. O décimo, reitera a importância do equilíbrio na distribuição das riquezas produzidas. Como décimo primeiro ponto, temos o combate à inflação. O décimo segundo, novamente se atem ao problema da unificação nacional, ressaltando a importância de se corrigirem as disparidades regionais. E, como ultima meta, temos as reformas econômicas, sociais e políticas.

Com o intuito de atender as demandas apresentadas e de se adequar às propostas nacionais, a síntese do Projeto Catarinense de Desenvolvimento estava compreendida na palavra modernização. Para tanto era necessário:

- Promover mudanças institucionais, ajustando a estrutura do Poder às conveniências sociais;
- Armar a administração de um elenco de projetos disciplinados que possibilitem a ampliação quantitativa das rendas e a sua adequação repartição;
- Fortalecer os desempenhos privados nas suas várias manifestações (agricultura, indústria, serviços);
- Realizar a integração estadual, pela seleção e fortalecimento de um polo urbano dinâmico aceito pela coletividade, e por ela valorizado.

Afirmava ainda o plano que do ponto de vista da infraestrutura, Santa Catarina demandava:

- Eliminação do ponto de estrangulamento representado pela deficiência dos transportes e das comunicações;

- Consolidação e expansão do parque energético, com adequação tarifária, dentro de uma política de complementaridade dos sistemas;
- Difusão do saneamento básico (água tratada e esgoto sanitário)

Assim, o Projeto Catarinense de Desenvolvimento apresentava os seguintes pontos prioritários:

1. Modernização administrativa;
2. Integração estadual;
3. Revolução nos transportes – comunicações e consolidação do sistema energético;
4. Aceleração da expansão industrial e respectiva modernização (aumento do nível de emprego), incluindo a indústria turística;
5. Aumento da produtividade da agropecuária;
6. Modernização do setor terciário;
7. Construção de sólido sistema financeiro e de assistência técnica aos três setores da economia;
8. Fortalecimento e expansão do sistema de treinamento dos recursos humanos em todos os níveis de seu desempenho;
9. Manutenção do espírito de ordem e disciplina públicas;
10. Atendimento às implicações dos objetivos nacionais atuais;
  - 10.1 – Revolução na educação e aceleração do programa de saúde e saneamento;

10.2 – Revolução na agricultura-abastecimento;

10.3 – Aceleração do desenvolvimento científico – tecnológico;

10.4 – Fortalecimento do poder de competição da indústria nacional.

Observando tal projeto, percebe-se, como já havíamos apontado, a similaridade das necessidades catarinenses com aquilo que o projeto nacional reiterava como pontos prioritários de atuação. O projeto que vislumbrava desenvolvimento e integração nacional tinha, necessariamente, uma dívida com algumas áreas catarinenses; principalmente a serrana e a oeste, onde ainda se faziam necessárias intervenções primárias no quesito infraestrutura, especialmente a questão do saneamento básico se conferia como ponto crucial. Visto com fator de entrave ao desenvolvimento estadual era imprescindível uma solução cabível e expressiva deste problema. Uma vez delineadas as 12 microrregiões<sup>65</sup> as perspectivas se direcionam para a análise destes espaços de modo a melhor equacionar os investimentos e as intervenções governamentais. Mas esse desenvolvimento regional buscado, enfrentava outro limitador. Contando com poucas cidades de grande porte na década de 70, e com uma realidade de microrregiões muitas vezes formadas por um emaranhado de pequenos municípios que indispunham de recursos próprios capazes de financiar projetos onerosos de solução aos problemas em curso, a intervenção estadual tornava-se vital para a viabilidade na execução das referidas obras.

---

<sup>65</sup> As 12 microrregiões criadas no ano de 1970 apresentavam-se da seguinte forma: GRANFPOLIS – Associação dos Municípios da Grande Florianópolis; AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí; AMMVI – Associação dos Municípios do Médio vale do Itajaí; AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí; FIDESC – Fundação Intermunicipal para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina; AMPLA – Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense; AMARP – Associação dos Municípios do Alto do Rio do Peixe; AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense; AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste Catarinense; AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana; AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna; AMSESC – Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina. Convém relatar que, em alguns estudos posteriores, principalmente na década de 1980, é comum encontrarmos mais algumas subdivisões dentro destas microrregiões, como é o caso da AMEOSC para se referir ao municípios do Extremo Oeste Catarinense, da AMUNESC quando se reportando aos municípios da Região Nordeste do Estado, ou ainda a AMAUC, para os municípios do Alto Uruguai Catarinense, perfazendo um total de 15 microrregiões.

A solução cabível parecia ser a eleição de cidades que servissem de pontos de referência. Aquelas que, dentro desse espaço, desfrutassem de melhor condição estrutural para servir de mediadoras entre os anseios dos pequenos municípios e os projetos de interesse do estado. Crentes de que esse era o meio mais eficiente para fazer com que a ação governamental alcançasse a todos, o poder público volta-se para a eleição dos potenciais pontos que se tornariam polos regionais.

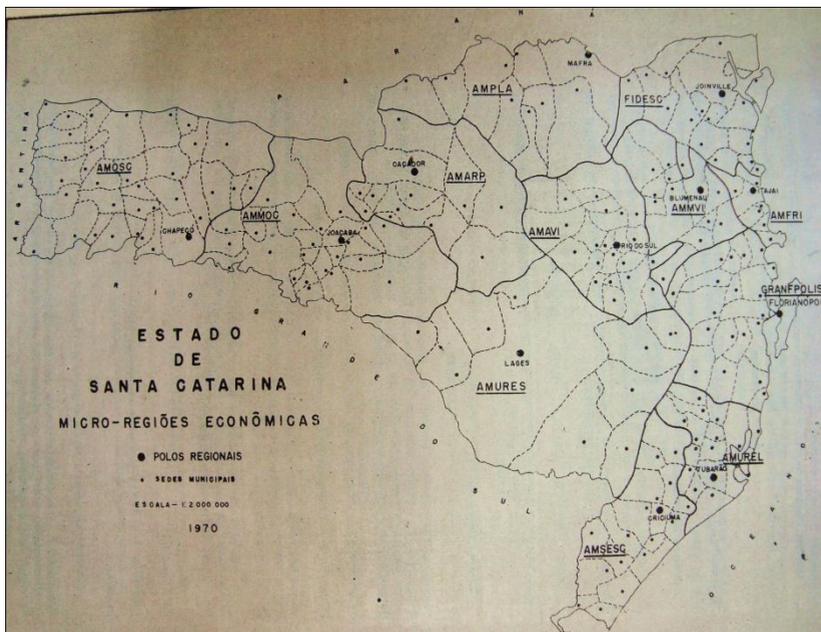
A estratégia para o desenvolvimento de Santa Catarina deverá fundar-se na dinamização dos centros urbanos já relativamente desenvolvidos que concentram parcelas de renda apropriáveis a um reimpulsamento econômico, com intensas repercussões sociais. A intenção dos governadores foi apresentada às diferentes micro-regiões e segundo exprimiram as suas convicções, tornam possível este texto-compromisso.

As ações do Projeto alcançam a totalidade do Estado, mas partem, na sua difusão, dos centros polarizantes micro-regionais. Elegerem-se 29 destes centros, além das quatro estâncias balneárias. O contingente humano imediatamente atingido é equivalente a 62% da população do Estado, num total de 1. 820. 000 pessoas, com a seguinte distribuição<sup>66</sup>:

---

<sup>66</sup>

Mensagem do Governador, op. cit., p.36. (Grafia Original)



Mensagem do Governador Colombo Machado Salles à Assembleia Legislativa do Estado: Projeto Catarinense de Desenvolvimento, 1971. p. 38. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

### 1.3 – A Secretaria dos Negócios do Oeste e a construção de Chapecó como cidade polo.

Paulo Borges Rizzo<sup>67</sup>, ao discorrer sobre o planejamento urbano brasileiro pós 64, atenta para a tendência presente no II PND (Projeto Nacional de Desenvolvimento) que pretendia conter o crescimento populacional demasiado nos grandes centros do sudeste.

Esta estratégia consistia em investir nas cidades médias com possibilidade de serem “polos irradiadores” de desenvolvimento regional e, explicitamente para os estados do sul, propunha “a ordenação do processo de desenvolvimento do sistema urbano da região sul, mediante a expansão

<sup>67</sup> RIZZO, Paulo Marcos Borges. Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia: caso de Florianópolis – 1950 a 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 1993. 119f.

ordenada das metrópoles regionais e o fortalecimento dos núcleos urbanos de médio porte<sup>68</sup>.

É dentro desta dinâmica que começam a ecoar os discursos do governo estadual, que logo acabam sendo reproduzidos nos jornais de circulação da época, conferindo a Chapecó títulos como: “Polo Formador de Polos” e “Capital do Oeste”. Presente no Projeto Catarinense de Desenvolvimento estava delimitado como um dos principais objetivos: *“Realizar a integração estadual, pela seleção e fortalecimento de um polo urbano dinâmico aceito pela coletividade, e por ela valorizado”*<sup>69</sup>.

A integração estadual depende:

- 1º – da existência de um polo, em torno do qual se concretize a integração;
- 2º – capacidade deste polo de sensibilizar o investidor e atrair, por outras razões válidas, o cidadão do interior;
- 3º – das facilidades de comunicação (vias de transporte e telecomunicações) para se atingir o polo;
- 4º – da abundância qualitativa de serviços no polo, capazes de responderem às carências das outras regiões;
- 5º – da segurança de que a expansão do polo não se faz em detrimento das demais regiões<sup>70</sup>.

Convém destacar aqui alguns pontos presentes nessa definição de demandas necessárias à integração catarinense mediante a eleição de cidades polo. Parece-me não haver, nessa proposta, coerência entre a posição discursiva e as medidas anunciadas. Ora, se o intento era desenvolver todas as porções como um todo, concentrar em um ponto a infraestrutura, mesmo que mais próximo do que poderia representar a capital, só serviria para fazer este crescer em detrimento dos demais. Tanto é visível essa análise, que o último ponto da proposta já se antecipa na tentativa de descaracterizar esta questão. Mas mesmo dizendo, não ser interesse que o desenvolvimento deste polo se faça sob

---

<sup>68</sup> ibidem, p. 56.

<sup>69</sup> Mensagem do Governador, 1971. Op. cit., p. 36. (Grafia original)

<sup>70</sup> idem.

risco de aniquilar os demais, não trás qualquer menção de como fazê-lo de forma prática. Mais incoerência ainda, vejo no item 2. Atrair investimentos, sim, é algo que pode ser entendido como benéfico, mas atrair o cidadão do interior como pode se justificar? O primeiro, questionamento a abrir-se é o de quem seria esse cidadão do interior? Seria o habitante de cidades satélites desse polo, ou seriam - hipótese que me parece mais válida – o morador do campo? De qualquer forma, isso parece equivocados. Tomemos o exemplo da região Oeste. De vocação extremamente rural, aparecia comumente nos discursos governamentais definida como o celeiro do estado. Deslocar esse cidadão para o meio urbano parece-me não ser uma atitude sábia. Todavia, foi o que a política dos polos promoveu. O discurso de implantação desta prática, já nasce confuso e contraditório. O desfecho foi o que se esperava. Chapecó vai sofrer um crescimento miraculoso, mas ao custo da estagnação dos municípios vizinhos e da migração do campo para a cidade em um ritmo acentuado, principalmente na década de 70, e com ele, os problemas sociais enfrentados sempre que esse tipo de acontecimento se faz perceber. Mas deixemos estes questionamentos em repouso temporário para que analisemos com mais evidências no decorrer desta abordagem. Voltemo-nos agora para o entendimento dos fatores que levaram Chapecó<sup>71</sup> a ocupar referido posto – cidade polo - nesses discursos.

Cidade do oeste de Santa Catarina, criada após o final das disputas entre os estados de Santa Catarina e Paraná pela posse da

---

<sup>71</sup> A origem do nome Xapecó segundo a obra de Torres Pereira, Chapecó vista por um forasteiro, é indígena. Seu significado apresenta mais de uma leitura possível. Uma seria resultante da junção dos vocábulos indígenas EXÁ, APÉ e CÓ, respectivamente significando: ver, avistar: o caminho da roça (de onde se avista o caminho da roça). A outra possibilidade traz “XÁ”, como Rei, “Pé” como caminho e “CÓ” como roça (estrada real da roça) e por último há ainda a definição que deriva o nome da cidade de HAPECÓ, que em caingangue pronuncia-se com o H aspirado aproximando-se do som de S e X, significando caminho ou passagem em alusão ao trajeto das tropas que iam do Rio Grande do Sul para os campos de Palmas e São Paulo. A de mais aceitação, porém, é a primeira. Note-se que a exemplo das cidades vizinha - Xaxim, Xanxerê -, também Xapecó possuía grafia com “X”. Isso se manteve até 1948, quando o deputado Cid Loures Ribas enviou um projeto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina propondo e defendendo que a palavra CHAPECÓ não derivava de nome indígena. Não se sabe de que forma, mas o projeto foi aprovado dando-se a mudança de grafia da escrita de XAPECÓ para CHAPECÓ. Possivelmente este fato esteja ligado a uma ideia de progresso presente na cidade neste momento. Obviamente a escrita “CH” mostrava-se mais coerente com a visão de modernidade, presente na década de 40\*, do que a de origem indígena tão negligenciada por muitos ainda hoje. \*A esse respeito consultar: PETROLI, Francimar Ilha da Silva. Um desejo de cidade, um desejo de modernidade (Chapecó, 1931-1945). Florianópolis, 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

região através da lei nº. 1147 de 25 de Agosto de 1917<sup>72</sup>, possui em seu processo de desenvolvimento fatores de ordem geográfica e econômica que em muito influenciaram para que hoje se tornasse polo regional. Primeiramente, sua fundação estava dentro de um projeto governamental que visava povoar o oeste Catarinense, região até 1916 em litígio. Este processo de colonização foi marcado pela atuação das Companhias Colonizadoras. Empresas que recebiam do governo a incumbência de lotearem e venderem porções de terra aos colonos que as próprias deveriam atrair. As principais levas foram de italianos e alemães provenientes de colônias do Rio Grande do Sul. Em troca da concessão, as empresas deveriam garantir a infraestrutura necessária ao êxito deste projeto, como a abertura de estradas, por exemplo. Segundo Arlene Renk:

A colonização efetiva ocorreu após a criação dos municípios de Cruzeiro e Chapecó, em 1917, com a conjugação de vários fatores que concorreram ao empreendimento. De um lado, o governo do estado de Santa Catarina estava interessado em ocupar o “vazio”, incorporando a área ao próprio estado e criando condições favoráveis para isso. O “lucro” dessa medida poderia ser direto ou indireto. O lucro direto seria aquele decorrente da remuneração paga pelas terras, não sendo questionado se o montante pago era ou não justo. O rendimento indireto estava nos encargos assumidos pelas empresas colonizadoras em abrirem estradas, mantê-las, mesmo que para isso fossem remuneradas com terras, mas desobrigando o tesouro em ressarcir despesas efetuadas. Some-se a isso a possibilidade de arrecadação de impostos, a curto e longo prazos, e os dividendos políticos que poderiam ser auferidos se os empreendimentos obtivessem êxito<sup>73</sup>.

Outro fator importante na história chapecoense para o entendimento de sua construção e transformação em polo regional é

---

<sup>72</sup> Ver esclarecimentos em: BELLANI, Elí Maria. Madeiras balsas e balseiros no Rio Uruguai: O processo de colonização do Velho Município de Chapecó 1917-1950. Florianópolis: UFSC, 1991.

<sup>73</sup> RENK, Arlene. Sociodicéia às avessas. Chapecó: Grifos, 2000. p. 90.

representado pela fundação da Secretaria dos Negócios do Oeste. Mesmo com sua fundação, ainda na década de 60, fazendo parte de um projeto que a via como ponto de referência para a ocupação das terras da porção oeste do estado e a sua integração, ainda nos idos de 1970, esta região convivia com sérios problemas no tocante à assistência. A distância em relação à capital conferia um problema de difícil solução quando se tratava de fazer com que os anseios chegassem aos ouvidos do poder estadual. Em uma atitude que demonstra um prelúdio daquilo que seria a tônica da política estadual na década de 70, é criada pelo governador Celso Ramos em 1963, a Secretaria do Oeste. Com sede em Chapecó esta, que representava uma experiência inovadora, estaria incumbida de estabelecer o tão almejado elo entre o governo e a população da região. A historiadora Juçara Nair Wolff, citando o geógrafo Victor Peluso Júnior<sup>74</sup>, assim descreve o processo que rege a implantação da Secretaria do Oeste:

Chapecó começou a ser visualizada no cenário estadual, destacando-se como um polo de importância regional que mantinha influências em todas as cidades do oeste catarinense. Contava, assim, com instalação de serviços públicos de utilidade coletiva, como abertura de estradas, implantação de escolas, postos de saúde, rede elétrica, implantação da Secretaria de Negócios do Oeste. Seu objetivo era integrar a região oeste com o centro político-administrativo das decisões do estado<sup>75</sup>.

De fato, a implantação da Secretaria de Desenvolvimento Regional acaba por aproximar os anseios do governo e das elites locais por melhorias, no tocante à infra-estrutura, do projeto nacional de desenvolvimento que possuía mesmo interesse. Como se percebe na avaliação desta, em jornal local após 15 anos de seu funcionamento:

O alheamento a que estava relegada a região

---

<sup>74</sup> PELUSO JÚNIOR, Victor. Evolução da cidade de Chapecó: do povoado ao centro regional. In: \_\_\_\_\_. Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina. Florianópolis: EdUFSC; Secretaria de Estado da cultura e do Esporte, 1990. p. 284.

<sup>75</sup> WOLFF, Juçara Nair. Escritos sobre a cidade: "As mil portas" da modernização de chapecó (1960/1970). In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista . Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade. Chapecó (SC): ARGOS, 2008. 284p. (Debates )

Oeste, pelas dificuldades de comunicação com a Capital e os principais centros urbanos e industriais do Estado e do País, criava ensejo a que se criasse uma unidade política nova. Falávia-se no Estado do Iguazu.

A idéia separatista recebeu adeptos de todos os recantos do Oeste e não era difícil, na época, expor as razões do movimento, uma vez que as reivindicações do Oeste não sensibilizavam as autoridades constituídas, tanto no âmbito estadual como federal.

A clarividência do Dr. Celso Ramos fez com que os quinhentos mil catarinenses desta região fossem integrados efetivamente aos demais catarinenses, criando uma Secretaria de Estado com atribuições específicas de atendimento total nessa região, e, para isso, destinou verbas e lhe deu integral apoio.

Instalada que foi a 1º, de dezembro de 1963, foi convidado o Engenheiro Serafim Enoss Bertaso para dirigir-lhe as gestões iniciais, cargo que ocupou até 5 de setembro de 1969, quando assumiu o industrial Plínio Arlindo De Nes, que permaneceu como secretário até 15 de março de 1975. naquela data assumiu a pasta o Senhor Helio Wasun, permanecendo no cargo até 13 de junho do mesmo, tendo falecido repentinamente e, por ato do Governador Dr. Antonio Carlos Konder Reis, passou a responder interinamente o Coronel Decio José do Lago até 12 de dezembro de 1975, quando foi escolhido para o cargo de Secretário do Oeste o Dr. João Valvite Paganella.

Responderam ainda interinamente por esta pasta o Dr. Joaquim Marques de Azevedo Netto, Senhor Hamilton Hildebrandt e Dr. Milton Lunardi. Tanto o criador da Secretaria do Oeste, Sr. Celso Ramos, como os governadores que o sucederam, Dr. Ivo Silveira, Dr. Colombo Machado Salles e Dr. Antonio Carlos Konder Reis, veem na Secretaria do Oeste um órgão governamental capaz de solucionar os problemas de toda a região Oeste afetos ao poder público estadual e, por isso, tem dado apoio e incentivo, facilitando a ação sempre crescente para promover o desenvolvimento de 37

municípios<sup>76</sup>.

Importante perceber como a preocupação com a região oeste no que diz respeito à sua ocupação e, efetiva incorporação ao território catarinense, mostra-se de forma constante ao longo de vários anos. Ora, não bastava ter procedido a ocupação das terras devolutas mediante a concessão às empresas colonizadoras, tampouco, parece ter sido de grande êxito, neste quesito, a viagem de 1929 que, embora tenha significado a tomada de posse simbólica das terras incorporadas legalmente, não representou, do ponto de vista prático, nenhuma alteração. Era preciso garantir que essa população fosse assistida. A implantação da Secretaria do Oeste, mais do que qualquer coisa, pode ser vista como fruto de uma ameaça representada pelo “abandono” a que a região estava exposta. Região esta, com histórico de movimentos de resistência - como o conflito do Contestado -, com forte influência do Estado vizinho - Rio Grande do Sul - e com limites chegando à Argentina. Possivelmente, questões como essas devam ter pesado quando da decisão de se criar, em Chapecó, uma modalidade de governo inovadora para a época.

Mas, a leitura que melhor exprime a visão dos que entendiam a Implantação da Secretaria dos Negócios do Oeste como de grande relevância para a região, nos é dada pela mensagem veiculada no jornal Folha D'Oeste em início de 1979.

Criada em 1963 pela lei nº 3873, para uma efêmera e rápida passagem pela vida das populações do Oeste da administração do Estado, a Secretaria dos Negócios Do Oeste passou a fazer parte indissociável da paisagem dessa curiosa, pitoresca e rica Região de Santa Catarina. Órgão “sui generis” da administração estadual, na prática um misto de Secretaria e autarquia, único descentralizado em todo o País, a Secretaria do oeste, forjou construiu, testemunhou e viveu a fase decisiva da arrancada para o desenvolvimento que caracterizou a marcha ascensional das comunidades oestinas nas décadas de 60 e 70. Creio que a sua presença mais marcante está caracterizada acima de tudo pela sua heróica e teimosa sobrevivência.

---

<sup>76</sup>

Jornal Folha D' Oeste, 19/08/78. p. 02. Acervo CEOM. (Grafia original)

Criada por Celso Ramos para ação no seu período de Governo; mantida mais um período por Ivo Silveira; pendurada num paragrafo do Projeto Catarinense de Colombo Salles; transformada em Codoeste pela lei nº 5089 de Konder Reis, a Secretaria emergiu sem qualquer contestação nos albores do Governo Jorge Bornhausen! Afinal, que curiosa magia está a mantê-la?

Estou certo que, apesar de alguns lances de inspiração daqueles que a tem dirigido e, prova mais eloquente disso foi testemunho do Governador Konder Reis no III SADAЕ, a Secretaria do Oeste tem sobrevivido por duas razões fundamentais:

a – a visão do estadista que, na chefia do Governo pode avaliar sua importância;

b – as profundas raízes que plantou no generoso solo oestino, capazes de impulsionar sua visão rumo aos céus, por tanto em busca do infinito ou do eterno. Com efeito, ela marca a presença constante do Governo do estado na região; serve de duto permanente para a busca de realização das aspirações regionais; representa sempre a presença mais próxima para o mais distante; constrói muito, com zelo, diligência, dedicação e menor custo; centraliza a orientação e o comando político; intervem no bom sentido, no momento difícil; contemporiza quando convém; agiliza ou incendeia quando é preciso; esquiva-se quando transformada em alvo; realiza, em fim o bom combate.

Muitos ainda hoje a vêm como um óbice, um obstáculo e até um estorvo; outros dela se utilizam com habilidade para facilitar o desenvolvimento dos programas e projetos que interessam ao Oeste. Todavia, o fundamental é que a própria Pasta, pelas mais variadas formas acaba por inspirar, definir ou mesmo de forma mais remota participar das diretrizes, programas e metas que caracterizam o desenvolvimento da Região. A sua ação pode ser mais forte ou mais branda, ao sabor dos ventos dominantes mas é sem sombra de dúvidas – PERMANENTE. Já são

deveras incontáveis as marcas dessa ação no âmago das escolas, na visão das estradas; no piso das quadras, campos e prédios dedicados ao desporto; nos corredores dos hospitais e das unidades sanitárias; nas marcas dos produtos das novas indústrias; nas obras de segurança e da busca do sossego da população; nos locais destinados à aplicação da justiça e da recuperação dos criminosos; no carinho para com a criança e no aprimoramento do adulto; no horizonte dos aeroportos; na estrutura das pontes que substituíram a totalidade das barcas; nos contadores de energia e até na abertura das torneiras; na formação de novas gerações, desde o pré-primário até o curso superior e, fundamentalmente dos elos da integração com o resto do Estado.

Só este último seria o suficiente para justificar uma existência de 15 anos, idade ainda de debutante. Queiram Deus e os homens possa a Secretaria do Oeste comemorar as bodas<sup>77</sup>.

Essa narrativa, por vezes poética, nos mostra aquilo que boa parte da sociedade, não só chapecoense, mas do Oeste como um todo – pelo menos os que liam jornal ou por outros ouviam falar dele –, podia encontrar acerca da Secretaria e sua importância para a região ao folhear um periódico da época. Essa experiência administrativa inovadora, pode ser entendida como coerente com a situação vivida por aqueles que há tempos e, sabidamente, sentiam-se isolados e carentes da presença e do auxílio governamental. Para a solução de problemas peculiares, medidas igualmente diferenciadas. Quando o relato nos fala dos motivos de tamanha duração de uma experiência que fora criada com tempo certo de duração, não estou convencido de que realmente essa fosse a ideia do Governo Celso Ramos. Obviamente, ele não poderia prever se os governos futuros - no caso de não serem de continuidade - manteriam uma obra de sua autoria. Mas a “sua visão de estadista”, como se refere o texto, sabia da importância de uma intervenção nos moldes que representou a Secretaria do Oeste e, que sendo assim, dificilmente seria destituída. À época de sua implantação, a política estadual das cidades polos ainda não estava desenhada de forma aberta. Estas vão se mostrar

---

<sup>77</sup>

ibidem, 20/02/79 - nº 284 – Ano VII. p. 02. Acervo CEOM. (Grafia original)

de forma mais clara apenas na década de 70, com o projeto de Colombo Salles. Mas de qualquer forma foi responsável, em partes, pelo sucesso das mesmas. Conforme dito anteriormente, trouxe grandes obras para a região toda. Embora quem, indiscutivelmente, mais tenha se beneficiado com ela fora a própria cidade de Chapecó. Em revista da época pode-se ler: “Assim vem a Secretaria realizando a grande obra de redenção do Oeste, transformando o velho Chapecó em um Chapecó novo e economicamente forte. Um Chapecó sadio e escolarizado, um Chapecó com estradas e energia elétrica. Um Chapecó verdadeiramente novo<sup>78</sup>”.

Talvez a visão de municípios vizinhos não fosse tão positiva como podemos observar na crônica anterior. Possivelmente esses muitos que ainda em 1979 a viam como um estorvo fossem pessoas que corroborassem com minhas indagações a respeito da incoerência em se fazer uma política de integração e desenvolvimento regional, mediante o desenvolvimento de cidades polo. Talvez fossem moradores de cidades próximas que viam Chapecó crescendo dia a dia enquanto seus municípios definhavam. Talvez fossem pessoas do interior atraídas para a cidade polo e que passaram a enfrentar os problemas e as políticas urbanas de condicionamento<sup>79</sup>. Talvez fossem os pequenos criadores de suínos engolidos pela política de produção integrada das agroindústrias que representavam o desenvolvimento. Ou talvez fossem apenas críticos opositoristas do progresso, aqueles que o sistema comumente gosta de assim definir e excluir do discurso oficial. Mas, independente da motivação, fato é que em fins da década de 60 os feitos da secretaria pareciam ainda não convencer a todos. Em matéria de 1969 o jornal Folha do Oeste trazia em seu editoria com a chamada “As tristezas de Santa Catarina”, as seguintes colocações:

    Ou nossos governos não conhecem Santa Catarina, ou Santa Catarina nasceu fadada a contentar-se com migalhas e a receber, em seu comando, homens despreparados para essa tarefa. Poderá ocorrer, também, que em certos setores, haja pressão de grupos, oligarquia pura,

---

<sup>78</sup> Revista Ceileiro Catarinense, n. 16, p. 22, set. 1979. In: WOLFF, Juçara Nair. Escritos sobre a cidade: “As mil portas” da modernização de Chapecó (1960/1970). In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista. Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade. Chapecó (SC): ARGOS, 2008. 284p. (Debates )

<sup>79</sup> Com políticas públicas de condicionamento quero me reportar ao processo de adequação do habitante cidadão chapecoense à nova condição de vivência desenvolvida neste momento. Aquilo que chamo de urbanização das condutas e que será melhor tratado no capítulo terceiro.

garroteando a liberdade governativa de nossos homens.

Um dos únicos estados brasileiros, que na nova fase brasileira, dorme o sono tranquilo, mercê daquilo que do céu cair, é Santa Catarina. Em nosso Estado tem de tudo e não tem nada. Somos líderes em industrialização de tecidos, lideramos em carvão mineral, em turismo, na produção agrícola e pecuária, estamos exportando energia elétrica, temos tudo de bom, mas temos muito de atrasados em muitos setores.

Um dos governos estaduais que pouco recebe em matéria de rodovias é o de Santa Catarina. É um estado vazio de comunicações e estradas.

E o nosso governo que arrota planejamento, que anuncia estabelecer prioridades em suas realizações, acaba, de afirmar, alto e bom som, como que orgulhosamente, que o estádio de futebol (majestoso) para a capital do Estado (onde nunca houve e dificilmente haverá futebol), será construído, urgentemente. Anunciou, também, que a segunda ponte ligando o continente à Ilhassanta, será outra obra urgente. E acrescenta que quer ver essas duas obras concluídas o quanto antes.

Enquanto isso, o restante do Estado com problemas de mais de 50 anos de idade, permanecem boquiabertos, a “comer moscas”, como se esse governo nada devêsse ao interior.

É preciso e urgente que os homens de Santa Catarina acordem e saibam cobrar, profundamente, essas dívidas que o Governo contrai para com o interior. E se as coisas continuarem assim, quando tivermos eleições, os catarinenses devem saber escolher seus governantes, desligados dos compromissos oligárquicos ilhenses encontrando homens que governem o Estado tendo à frente dos olhos o mapa inteiro de Santa Catarina<sup>80</sup>.

As colocações trazidas nessa matéria, embora com um direcionamento voltado à posição de Santa Catarina como desfavorecida

---

<sup>80</sup>

ibidem, 1969. s/d, s/p. Acervo CEOM. (Grafia original)

frente ao governo nacional, tem na verdade, um intento crítico de âmbito estadual. Em seu desenrolar, logo percebemos que se trata de uma desaprovação ferrenha daquilo que o autor define como: “política de interesses voltada para as demandas da capital”. É nítido o descontentamento com as obras anunciadas para a sede administrativa quando, segundo ele, outros problemas maiores necessitariam ser observados. Precisamos lembrar de que as vésperas de 1970, a situação do Oeste era bastante preocupante. Nesse momento, obras importantes nos pontos de questionamento do texto, ainda não haviam sido feitas. Caso da BR 282, por exemplo. Podemos mencionar isso, por que é visível que as reivindicações do texto levam em conta a situação do oeste catarinense. É dessa realidade que ele se municia para criticar a política governamental do Estado. Mas o mais importante disso tudo, a meu ver, repousa no fato de ser esse um questionamento de forma extremamente contundente pelo teor das palavras e pelo desenrolar das acusações. Demonstrando que, embora facilmente se viam discursos de apoio ao governo, também encontravam-se aqueles que estavam desgostosos com os rumos políticos do Estado<sup>81</sup>.

#### **1.4 – Chapecó e a crença na cidade planejada.**

Como já colocado, a fundação de Chapecó<sup>82</sup> era parte de um projeto de ocupação maior que visava a colonização e integração de toda a porção de terras incorporadas após o ganho de causa, por parte de Santa Catarina, da questão que envolvia os limites entre essa e o Estado vizinho do Paraná. Essa razão conferiu à cidade a peculiaridade de possuir um projeto de fundação pré-estabelecido, fazendo com que Chapecó, nos anos que se seguissem à sua fundação, carregasse o status de cidade planejada. Desta forma, esperava-se que ela funcionasse como uma cidade modelo. Comumente, imaginava-se que esse planejamento garantiria que ali não se vivenciariam os problemas comuns em cidades

---

<sup>81</sup> Mais uma vez deixemos estes apontamentos, agora um pouco mais encorpados, em suspenso. Eles serão paulatinamente convidados à discussão e conferirão a base analítica deste trabalho, principalmente no terceiro capítulo.

<sup>82</sup> Merece destaque, para o entendimento dos fatores de organização e desenvolvimento de Chapecó, a constante mudança de sede do município. Uma vez criado em 25 de Agosto de 1917, teve como sede inicial o Passo Bormann, atual Distrito de Chapecó. Em 1919 a sede foi transferida para a Vila de Xanxerê, antiga colônia militar e atual cidade com mesmo nome. Em 1923 retornou à sede primitiva em Passo Bormann e em 1929 novamente voltou a ser sede do município a vila de Xanxerê. Somente em 02 de maio de 1931 foi definitivamente estabelecida em Passo dos Índios, atual cidade de Chapecó.

formadas sem qualquer tipo de organização preliminar. Sobre isso Juçara Nair Wolff argumenta:

O centro urbano de Chapecó foi organizado de forma a proporcionar infra-estrutura aos colonos imigrantes e se constituía como uma forma de organizar a cidade de Chapecó. A ordenação em forma de tabuleiro proporcionou ruas organizadas, largas, bem traçadas, melhorando seu aspecto e formulando a constituição dos bairros de Chapecó<sup>83</sup>.

Todavia, o planejamento se resumia ao dimensionamento das ruas e distribuição das construções. Chapecó, como tantas outras, era uma cidade carente de infraestrutura. Água potável, estradas e acessos e saneamento; todos esses quesitos apresentavam-se como problema à espera de soluções. Situação essa que se agrava a partir da década de 70 quando Chapecó vivencia um surto de crescimento populacional, derivado principalmente, da implantação das agroindústrias locais. Essa população era oriunda, em sua maioria, do campo. Geralmente nativos - conhecidos como “caboclos<sup>84</sup>” - que migravam para a cidade empurrados pela política desenvolvimentista governamental do período, que trazia famílias de descendência europeia para a região desapropriando todos aqueles que não possuíam registros das propriedades ou que não conseguissem adquirir-las e legalizá-las. Era a política de ocupação moderna na qual os antigos habitantes da região, os chamados “posseiros”, não estavam incluídos.

A tabela que segue mostra como este deslocamento foi substancial nas décadas de 70 e 80:

<b>Ano</b>	<b>População</b>	<b>Urbana</b>	<b>%</b>	<b>Rural</b>	<b>%</b>
1970	49.865	20.275	41	29.590	59
1980	83.768	55.269	66	24.499	34

Fonte IBGE e AMOSC 2001 e 2002.

Como podemos ver na tabela acima, a década de 70 foi marcada

<sup>83</sup> WOLFF, Juçara Nair, 2008. op. cit., p. 177.

<sup>84</sup> A esse respeito consultar: RENK, Arlene, Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no Sul do Brasil. [online] Disponível na internet via: [www.fortunecity.com/meltingpot/peacock/1000/gt09/98gt0933.rtf](http://www.fortunecity.com/meltingpot/peacock/1000/gt09/98gt0933.rtf). Arquivo capturado em 12 de agosto de 2010.

por dois fenômenos de grande monta na história da ocupação territorial chapecoense. Primeiramente, podemos ver que neste período há um crescimento vertiginoso da população. Em um espaço de 10 anos, a população quase que duplicou. Algo bem acima da média estadual. Mais significativo ainda, é que este crescimento se deu exclusivamente no meio urbano. Dos quase trinta e cinco mil habitantes que passam a integrar o contingente populacional urbano de Chapecó, aproximadamente cinco mil, possivelmente, eram oriundos do meio rural e os demais atraídos de outras cidades. Impossível precisar se esses habitantes do interior realmente mudaram-se para a cidade ou para outras regiões a partir desta tabela. Como também é impossível garantir que estes novos habitantes fossem de cidades próximas. Mas ao que tudo indica, foi o que se deu. Conforme questionávamos anteriormente, dentro daquilo que o Projeto Catarinense de Desenvolvimento definia como política para o sucesso da integração estadual, estava a criação e desenvolvimento de cidades polos. O êxito em atrair o cidadão do interior - não importando aqui se esse era o do campo ou das cidades vizinhas - parece ser nítido com base no que vemos. Como também foram nítidas as consequências desse processo.

A exemplo das várias cidades que sofreram aumento rápido em seu contingente populacional, Chapecó passa a conviver com problemas gritantes no tocante à infraestrutura. Como um dos primeiros sintomas dessa problemática, talvez pela sua ligação direta com a sobrevivência e a saúde, temos as questões ligadas à demanda por água e saneamento.

O problema de abastecimento de água em Chapecó vinha de longa data. Era muito anterior ao crescimento ocorrido na década de 70, por isso não podemos atribuí-lo a esse fenômeno. O que ele fez, foi tornar insustentável uma situação já crítica. O governo local, ainda na década de 60, já atentava para essa problemática. E o governo do Estado, através da Secretaria do Oeste, reconhece o pioneirismo do poder público municipal em solucioná-lo. Como podemos evidenciar na Mensagem proferida pelo Governador Ivo Silveira em Março 1966 à Assembleia Legislativa:

Quando a Secretaria iniciou suas atividades, apenas a Prefeitura de Chapecó tinha já concluído os estudos para a construção da rede de abastecimento d'água da cidade.

Foi dado atendimento a esse serviço já iniciado pela Prefeitura, que já não mais dispunha de recursos para o seu prosseguimento. Com os

convênios firmados até a presente data, asseguramos ao município a possibilidade de ver concluída a primeira parte daquela obra, em dezembro de 1965<sup>85</sup>.

Ocorre que esta política parece ter sido efêmera frente ao crescimento apresentado na década seguinte. No início da década de 70, Chapecó contava com abastecimento, em sua maioria, ainda feito a partir de fontes de água e como não dispunha de rede de esgoto, os dejetos eram também despejados em buracos feitos no solo. Com o aumento progressivo das construções urbanas e, conseqüentemente da densidade demográfica, a qualidade da água ficou muito comprometida. Na tentativa de amenizar o problema, eram frequentes as ações coletivas entre vizinhos para a perfuração de poços artesianos. Todavia, nem estes conseguiam garantir uma melhora significativa na qualidade da água. Fazia-se necessário uma intervenção que atingisse o problema em seus dois polos. Ou seja, melhorasse a qualidade da água e criasse uma rede de esgotos capaz de dar vazão aos dejetos sem que esses entrassem em contato com os veios de água potável.

Os problemas ligados ao saneamento não eram uma particularidade chapecoense. A maioria dos municípios do oeste enfrentava situação semelhante. Mas o crescimento populacional acima da média fazia com esses problemas se mostrassem aí de forma mais latente. O relatório de ações da Secretaria do Oeste, presente na mensagem do Governador Antonio Carlos Konder Reis à Assembleia em 1976, demonstra as carências da região e as ações desenvolvidas no sentido de solucioná-las.

SANEAMENTO AMBIENTAL	
ATIVIDADE	QUANTIDADE
I – VISITAS	
1. Primeiras visitas	13.455
2. Primeiras visitas	4.810
II – MELHORIAS EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
1. Ligações à rede de água	602
2. Poços melhorados	492
3. Poços construídos	152

<sup>85</sup> Mensagem do Governador Ivo Silveira à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1976. p 12. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

4. Reservatórios instalados	200
5. Banheiros construídos	349
6. Lavatórios instalados	276
7. Tanques de lavar roupas instalados	299
8. Filtros instalados	70
9. Pias de cozinhas instaladas	327
<b>III – MELHORIAS EM DESTINOS DOS DEJETOS</b>	
1. Ligações à rede de esgotos	84
2. Privadas de fossa seca construídas	1499
3. Privadas de fossa de fermentação construída	74
4. Privadas WC construídas	431
5. Tanques sépticos instalados	298
6. Fossas absorventes construídas	371
7. Fossas para águas residenciais construídas	599
<b>IV MELHORIAS EM DESTINO DE LIXO</b>	
1. Recipientes para lixos instalados	442
2. Fossas para lixo construídas	451
3. Incineradores construídos	-

Mensagem do Governador Antonio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1976. p. 431. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Embora o relato seja de 1976, a exposição das obras realizadas demonstra a carência no tocante a infraestrutura quando analisamos o saneamento como um todo. Percebe-se aqui que a noção de saneamento ia muito além das questões de água e esgoto, demonstrando um tipo de preocupação que se tornaria marca deste momento. Este ponto já foi posto e será melhor abordado mais adiante. Trata-se daquilo que chamarei de urbanização das condutas. Uma política que visava tornar aptos ao convívio social urbano essa camada populacional oriunda basicamente do campo. Eram posturas simples, mas indispensáveis ao bom funcionamento da estrutura urbana<sup>86</sup>.

Ao passo que analisamos os relatos, que percebemos as medidas e práticas adotadas pelos governos estadual e municipal no que se refere à Chapecó, mais evidente se tornam as limitações do planejamento de que ela fora fruto. Talvez por razões de ordem conjuntural que constituiu

<sup>86</sup> Retomaremos essa discussão mais adiante. Por hora, voltemos à observação da situação chapecoense no tocante a suas demandas infraestruturais em um patamar físico.

uma situação de crescimento para além dos possíveis vislumbres. Não podemos negligenciar que nos idos de sua fundação, dificilmente o mais otimista dos idealizadores de seu projeto imaginasse o crescimento que a cidade teria em tão poucos anos. Claro que ninguém no início do século poderia antever os rumos que a nação tomaria e o direcionamento político pautado na intervenção a partir da eleição de cidades polos. Mas, independente dos fatores que tenham contribuído para essa situação, definitivamente, na década de 1970 Chapecó não se mostrava como uma cidade planejada.

Desenvolver um projeto capaz de atender às novas demandas criadas, no curto espaço de tempo que elas exigiam, parecia ser a tarefa mais audaciosa para os governantes da época. Era preciso agir rápido e de forma convincente. Tanto a população local, quanto o restante do estado, precisavam perceber que Chapecó preparava-se para ser o principal polo de desenvolvimento do Oeste e que seus líderes não mediriam esforços para que isso se concretizasse. Essa construção discursiva presente em vários momentos, tanto nos dizeres oficiais do governo, como por vezes nos meios de comunicação, parece ter sido a grande proposta com que se objetivava levar a cabo as intervenções físicas e comportamentais no espaço e na sociedade chapecoense.

### **1.5 - Projeto Chapecoense de Desenvolvimento: o planejamento local.**

Ciente das necessidades, em 1973 o então prefeito Altair Wagner, apresenta o Projeto Chapecoense de Desenvolvimento e, dentro desse, o Projeto de Modernização Administrativa que fazia parte de uma proposta regional de desenvolvimento contando com várias áreas mapeadas como prioritárias e estratégicas para ações interventoras.

- 1º - Modernização administrativa;
- 2º - Saneamento básico;
- 3º - Expansão industrial;
- 4º - Telecomunicações;
- 5º - Energia;
- 6º - Transportes e obras;
- 7º - Recursos humanos e tecnologia;
- 8º - Agricultura;
- 9º - Saúde;
- 10º - Segurança e informações;

- 11º - Atividades culturais e desportivas;
- 12º - Bem-estar social;
- 13º - Edificações.

Na década de 1970 o processo de crescimento urbano era uma realidade que só tendia a aumentar, por isso a preocupação em torno dos problemas gerados era uma constante. O Projeto Chapecoense de Desenvolvimento marca o surgimento da experiência de planejamento nos moldes em voga no país e no estado. Representa também, um ponto que suscita interessante debate no tocante à organização da ocupação do terreno urbano do município. Hoje, encontra-se na sociedade muito presente a discussão acerca dos Planos Diretores. Quando analisam a história chapecoense, alguns atribuem, como primeira experiência neste sentido, a realização de um planejamento feito ainda na década de 30 pela então Empresa Colonizadora Bertaso. Usando inclusive, o próprio termo: “Plano Diretor”.

Em 1931, ano em que a vila Passo dos Índios (Chapecó) foi transformada em sede do município, foi implantado o Plano Diretor produzido pela Empresa Colonizadora Bertaso, com uma ordenação cartesiana, que possui um traçado urbano xadrez, com avenidas largas, quadras bem definidas, passando para o migrante ou visitante a visão de uma cidade planejada, organizada, que caminhava para o desenvolvimento<sup>87</sup>.

O que convém discutir não é a existência do referido projeto de estruturação do espaço urbano, ou não. Ele de fato existiu e até foi mencionado anteriormente de forma geral. O questionamento é referente a utilização do termo: “Plano Diretor”. Como já havíamos proposto e a própria citação exemplifica, o processo que se tomou como de planejamento de Chapecó, se resumiu a uma preocupação puramente estrutural e alicerçada em quesitos mínimos; como o traçado das ruas e a distribuição das residências. Muito distante da concepção abarcada pelo termo “Plano Diretor” nas décadas de 70 e 80. Só isso, já bastaria para tornar sua utilização perigosa mas, para além da questão daquilo que o

---

<sup>87</sup> HASS, Monica; ALDANA, Myrian; BADALOTTI, Rosana Maria. O Plano Diretor de Chapecó (SC) e a Possibilidade de um Pacto Social à Luz dos Princípios do Estatuto das Cidades. 208a219\_art05\_hass

termo compreendia, está a própria palavra em si. Este termo é posterior ao período tomado<sup>88</sup>, não sendo coerente, portanto, sua utilização e, embora presente em documentos com data atribuída a 1931, não há consenso quanto a sua originalidade<sup>89</sup>.

Renato Saboya<sup>90</sup> ao discorrer sobre o tema, traça a partir da comparação de textos de Flávio Villaça<sup>91</sup> e Maria Cristina da Silva Leme<sup>92</sup>, a seguinte divisão dos projetos de planejamento urbano no Brasil: 1ª fase – planos de embelezamento (1875 – 1930), neste momento os planos restringem-se a postular mudanças de caráter estético, possuem uma tendência à exclusão das áreas centrais de grupos ou construções que pudessem macular a imagem da bela cidade; 2ª fase – planos de conjunto (1930 – 1965), neste momento os planos começam a tomar a cidade como um todo. As ações não são mais limitadas a certas áreas, mas sim visam integrar as várias porções do espaço cidadão. É nesta fase que o traçado da cidade é pensado em termos de transporte de interligação; 3ª fase – planos de desenvolvimento integrado (1965 – 1971), aqui entram em cena cada vez mais fatores econômicos e técnicos. A organização da cidade cada vez mais é pensada como promotora do desenvolvimento econômico e menos da saúde. Esses planos caracterizaram-se, em razão da sua natureza elevadamente técnica, por um distanciamento entre teoria e prática, entre projeto e execução; 4ª fase – planos sem mapas (1971 – 1992). Em

---

<sup>88</sup> Nesse sentido, ver: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert. Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 387.

<sup>89</sup> Sobre esta questão consultar: PETROLI, Francimar Ilha da Silva. Um desejo de cidade, um desejo de modernidade (Chapecó, 1931-1945). Florianópolis, 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. p. 88. Nesta obra, analisando o processo de construção de um sonho de modernidade para a cidade de Chapecó no período compreendido entre 1931 e 1945, o autor atenta para a possível manipulação de documentos sobre a história chapecoense. Ao analisar um suposto plano diretor para a cidade de Chapecó, percebe-se além dos pontos já assinalados, a utilização da grafia Chapecó para se referir ao município, sendo que esta só será assim denominada a partir de 1948, conforme já havíamos apontado.

<sup>90</sup> SABOYA, Renato. Urbanismo e planejamento urbano no Brasil. [online] Disponível na internet via <http://urbanidades.arq.br/2008/11/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992/>. Arquivo capturado em 17 de Outubro de 2009.

<sup>91</sup> VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169 – 243.

<sup>92</sup> LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurelio Filgueiras (org.) Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

resposta ao fraco desempenho dos anteriores esta modalidade de planos abre mão da complexidade técnica em detrimento da simplicidade. Aos mapas rebuscados vem substituir os projetos de fácil entendimento, mais das vezes, elaborados por técnicos municipais e não por escritórios ou grupos de engenheiros e arquitetos.

Tomando-se essas premissas como referência, e a Chapecó de 1970 marcada pelo interesse de transformação em cidade referência regional por parte do governo estadual, as medidas que vinham desde a década de 60 com a experiência da Secretaria do Oeste, passaram a ser acompanhadas por discursos que enfatizavam outros objetivos a serem seguidos. No discurso do planejamento aparecem menções ao cuidado com o meio ambiente e, principalmente, ao cuidado para que as referidas ações representassem e garantissem o bem estar do cidadão. Vemos, portanto, descortinarem-se bases mais concretas do movimento que levaria à construção dos Planos Diretores assegurados na Constituição de 1988. Como exemplo desta dinâmica, temos a criação no ano de 1973, do Projeto Chapecoense de Desenvolvimento. Sobre o tema, Juçara Nair Wolff afirma:

A grande preocupação das autoridades estaduais consistia em dar visibilidade a Chapecó, como um centro de desenvolvimento político e administrativo do oeste catarinense, garantindo uma infra-estrutura mínima necessária voltada a promover o desenvolvimento. Uma das ações do poder público para dar visibilidade a essa imagem de cidade foi a criação do Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, ligado ao Plano Nacional de Desenvolvimento e ao Projeto Catarinense de Desenvolvimento<sup>93</sup>.

Na esteira das políticas desenvolvimentistas, o projeto chapecoense não destoava dos projetos estadual e nacional. Percebe-se, neste período, um alinhamento entre os discursos presentes nas esferas federal, estadual e municipal. Fruto de um modelo político que, conforme já salientado, objetivava desenvolvimento em curto prazo e a todo custo por acreditar que aí residia a solução para todos os problemas sociais, o planejamento se torna a grande força motriz para a obtenção de tais demandas.

---

<sup>93</sup>

WOLFF, Juçara Nair, 2008. op. cit., p. 184.

O PROJETO CHAPECOENSE DE DESENVOLVIMENTO não é criação nossa. É o instrumento gerado pela necessidade da modernização racional de Chapecó, indiscutivelmente pelo integrados, como elementos de prosperidade, de fato e de direito, dos municípios, componentes da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina AMOSC, calcados num esquema de prioridades, sendo parte integrante do somatório de recursos à Ação Catarinense de Desenvolvimento. Do Governo Colombo Salles, e ao Projeto Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Governo do Presidente Médici<sup>94</sup>.

Na mesma mensagem ainda poderia ler:

Existe uma ação Brasileira de Desenvolvimento, o poder dinâmico do povo barriga verde transformou o projeto de seu líder maior na Ação Catarinense deflagrada. O desenvolvimento racional e metódico contagia os povos, o efeito demonstração é um fato. Por isso deve haver uma Ação Chapecoense de Desenvolvimento, baseada em projeto viável<sup>95</sup>.

O Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, conforme observamos nos vários discursos, representava a experiência local de organização de um planejamento nos moldes que se via nas escalas estadual e federal. Trazia em suas proposições muitas ações que se tornariam figura presente no processo de reestruturação das décadas seguintes. Organizado no governo de Altair Wagner foi responsável, entre outras coisas, pela criação do CODEC (Conselho de Desenvolvimento de Chapecó<sup>96</sup>), pela implantação do primeiro Plano Diretor de Chapecó, finalizado em 1974 e, pela assinatura do convênio com a CASAN. Segundo o qual, essa assumiu a responsabilidade pela

---

<sup>94</sup> Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, 1973. p. 02. Acervo próprio.

<sup>95</sup> idem.

<sup>96</sup> Esse órgão será reorganizado na administração seguinte de Milton Sander, passando a se chamar Companhia de Desenvolvimento de Chapecó.

implantação das obras de águas e saneamento. Convém destacar que, embora inovador, o Projeto Chapecoense de Desenvolvimento não possuía muito de original. A assinatura de convênio com a CASAN era um fato comum a muitos municípios catarinenses e, a criação do Plano Diretor<sup>97</sup>, uma exigência do governo Federal que o estipulou como condição para a liberação de verbas do BNH. Apesar dessa questão, a leitura que o Projeto traz, referente à situação e às demandas do município no momento é muito rica.

A população de Chapecó representava, em 1970, 11,2% da população da Região Oeste Catarinense, composta então de 34 municípios, apresentando 50.117 habitantes.

No setor de urbanização, a cidade de Chapecó possui uma taxa de 41% contra 42% do Estado, enquanto as outras cidades do Oeste ficam bem aquém.

O tráfego de ônibus que ligam Chapecó a outras cidades do Estado e dos Estados vizinhos é outro ponto que atesta a predominância do Município como polo dinâmico da região Oeste, 32 horários.

Quanto ao problema de planejamento urbano, deve-se dar atenção especial ao crescimento desordenado na cidade bem como, deve-se capacitar à Prefeitura uma reforma administrativa completa e instrumentar a administração municipal dos recursos humanos necessários, sendo obedecido o Plano Diretor que está sendo elaborado pelo SERFHAU.

O sistema de abastecimento d'água, que atende somente 40% da população, deve ser transferido à CASAN e aumentado o atendimento a 100% da zona urbana.

Chapecó-SC, não possui esgoto sanitário.

Deve o município preparar-se para implantá-lo, pelo menos em 40% , até 1976, em convênio com órgãos competentes.

A limpeza pública deixa a desejar, para uma cidade que se cognomina de “Capital do

---

<sup>97</sup>

Este Plano não era elaborado pelos municípios, e sim, por um órgão criado em meados da década de 1960, para esse fim, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Oeste”<sup>98</sup>.

Embora boa parte das páginas do Projeto Chapecoense de Desenvolvimento se limitem a reafirmar as propostas dos governos federal e estadual, sua leitura nos permite uma visão sobre a cidade do presente e a que se desejava para o futuro. Pois, à medida que ia se descrevendo a situação do município, também se esboçavam as perspectivas que se tinha pelo menos para a próxima década. A consciência de sua posição como cidade referência é sentida em quase todas as colocações e, as medidas a serem tomadas, deveriam sempre, levar em conta essa condição. Como poderemos observar na sequência deste estudo, muitas das metas elaboradas não chegaram a se realizar da forma como foram postas, mas a consolidação de Chapecó como cidade polo, na década de 70, desenhou-se como uma realidade apontada constantemente nos discursos.

---

<sup>98</sup>

Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, 1973. p. 4-8. Acervo próprio.

## CAPÍTULO II

### O DAES e a CASAN; os olhos do governo para a problemática do Saneamento.

O então Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária (DAES) mostrava-se impotente frente às necessidades crescentes nos municípios catarinenses em primórdios da década de 70. As cidades cresciam em ritmo acelerado e com elas as demandas por infraestrutura. Santa Catarina apresentava neste momento, crescimento econômico na casa dos 12% e, populacional, da ordem de 3%. Isso representava crescimento econômico acima da média nacional, enquanto o crescimento populacional mostrava-se equilibrado. O que suscitava este aumento do contingente urbano, em sua maioria, era a migração do campo para as cidades. Nas tabelas que seguem é nítida esta situação.

<b>Censo</b>	<b>Década</b>	<b>População Total (1.000 hab.)</b>	<b>Taxa de Crescimento (%)</b>
1960	50	2.146,9	-
1970	60	2.903,4	3,06
1980	70	3.628,7	2,26
1991	80	4.538,2	2,05

Taxas de Crescimento da População em Santa Catarina 1960/1991

Fonte: IBGE

Como podemos ver na sequência, a década de 1970 marca a superação do número populacional rural pelo citadino. No ano de 1970 ainda tínhamos um estado predominantemente rural, embora o crescimento urbano tenha sido próximo a 85%. O que representava, por si só, a colocação de quase que o dobro de pessoas neste espaço em um período de dez anos. No início da década seguinte, quase 60% dos habitantes catarinenses já estavam no espaço urbano. Uma inversão da ordem de 16,5%. Mostra de que a década de 70 representou, para o poder público, o grande desafio do ponto de vista da equalização da relação crescimento/assistência.

<b>ANO</b>	<b>Pop. Rural (x 1000 hab.)</b>	<b>Pop. Urbana (x 1000 hab.)</b>	<b>Pop. Total (x 1000 hab.)</b>	<b>% de Urbanização</b>
1960	1.451,6	695,3	2.146,9	32,3
1970	1.656,4	1.247,0	2.903,4	43,0
1980	1.474,2	2.154,5	3.628,7	59,4
1991	1.332,6	3.205,6	4.538,2	70,6

Crescimento da Urbanização em Santa Catarina - 1960/1991

Fonte: IBGE

## **2.1 – Projeto Catarinense de Desenvolvimento: a CASAN como solução para o problema do Saneamento.**

Com as necessidades crescentes no tocante às questões infraestruturais de água e saneamento, o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, como resposta, já fazia menção em seu projeto número 5 daquilo que iria se conferir como solução:

Abastecimento de Água e Saneamento: Implantação e operação da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN – associando Estado e Municípios, com a finalidade de executar as obras e operar os serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários. A Companhia levantará os recursos no sistema financeiros para o saneamento (BNH<sup>99</sup> e outras Agências). O programa mínimo a ser desenvolvido pela CASAN complementarará as cidades que compõe os 29 Centros Dinâmicos<sup>100</sup>.

<sup>99</sup> O Banco Nacional de Habitação - BNH -, foi fundado em Agosto de 1964, cinco meses após o golpe militar que instaurou a ditadura no Brasil. Sua atuação representou um marco na questão habitacional nacional. Em seus 21 anos de vigor foram construídas, através de seus financiamentos, 5 milhões de moradias. Cerca de 20% de todas as construções nas cidades brasileiras no período. É também através dele que é criado o Sistema Financeiro Nacional de Habitação.

<sup>100</sup> Mensagem do Governador Colombo Machado Salles à Assembleia Legislativa do

Como demonstração da seriedade do problema e do empenho que por isso seria depositado sobre este pelo governo estadual, é constituída pelo Decreto n. SSP-30-4-71/58 em 1971 a Companhia Catarinense de Águas e Esgoto (CASAN), sendo por força da Lei n. 4.701 de 30 de dezembro do mesmo ano extinto DAES. A nova empresa assim: *“Assumiu o domínio de todos os sistemas operados pelo antigo órgão, após proceder, por Comissão Especial, o levantamento e regularização dos bens, instalações, equipamentos e materiais, para transferência e incorporação ao patrimônio da Empresa<sup>101</sup>”*.

A extinção do antigo órgão representava para a CASAN, nos dizeres de Colombo Salles à Assembleia Legislativa em 17 de Abril de 1973, a absorção de encargos financeiros da ordem de Cr\$ 1. 427.337,07, relativos a débitos remanescentes acrescidos, no decurso do exercício, dos encargos com pessoal remanejado para outros órgãos, no montante de Cr\$ 1. 126.258,24. Considerando-se que no setor, o volume dos compromissos de exercício anterior, liquidados em 1971, elevou-se a Cr\$ 2. 906.916,36 – não computados os dispêndios com antigo Departamento, ocorridos naquele ano –, evidencia-se o grau de dificuldade que o governo teve de vencer para pôr em marcha o Programa de Saneamento no Estado.

Seguiu-se a criação do Fundo de Água e Esgoto de Santa Catarina (FAESC), mediante a incorporação ao Plano Nacional de Saneamento (PLANASA)<sup>102</sup>, instituído pelo Governo Federal no sistema financeiro operado pelo Banco Nacional de Habitação, com o qual firmou convênio em setembro de 1971. Esta era a resposta do governo aos desafios que lhe eram impostos. Pelo menos é o que sua menção parece querer dizer no texto que segue.

Entre os fatores mais representantes da demografia no País, está o acentuado crescimento da população urbana, fenômeno que em Santa Catarina atingiu o índice de 85% no decênio 1960

---

Estado: Projeto Catarinense de Desenvolvimento, 1971. p. 132.

<sup>101</sup> idem.

<sup>102</sup> O PLANASA foi criado em 1969, mas sua atuação só se deu dois anos depois, quando passou a destinar recursos para os estados criarem suas próprias companhias de saneamento. Para isso, foi instituído o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), gerido pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). Para obter o financiamento, cada estado da federação deveria criar, baseado em seus recursos orçamentários, um Fundo de Financiamento para Águas e Esgotos (FAE) e uma companhia estadual de saneamento.

– 1970. O atendimento das necessidades básicas dessa população motivou a reorganização dos serviços de água e esgoto do Estado, para fazer face à demanda sempre crescente. O Governo organizou a Companhia de Águas e Saneamento (CASAN), para dar ao setor condições operacionais capazes de viabilizar o Plano Estadual de Saneamento<sup>103</sup>.

Convém destacar que tanto a criação do FAESC, quanto da CASAN, a exemplo dos Planos Diretores dos municípios, nada tinha de pioneirismo por parte do governo catarinense. Eram requisitos impostos pelo BNH para a concessão de financiamentos aos Estados. O Governo Nacional buscava alinhar seu projeto de desenvolvimento aos projetos estaduais, mas cada Estado deveria organizar e gerir seu projeto de desenvolvimento e, dentro destes, atentar para a problemática da urbanização e do saneamento.

Em menção à importância dos dois órgãos criados, o governador Colombo Salles, ressaltava o empenho da CASAN em executar os encargos do Plano Estadual de Saneamento desde a sua adesão ao PLANASA.

A criação do Fundo de Água e Esgoto (FAESC), por seu turno, propiciou a captação de recursos financeiros indispensáveis ao prosseguimento das obras e à elaboração de novos projetos. É de salientar, neste particular, o contrato de financiamento, no valor de Cr\$ 8. 260.707,00 firmado pela CASAN, visando a elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água de 134 cidades catarinenses, até o final de 1974<sup>104</sup>.

Já em 1973 a mensagem do governador Collombo Salles à Assembleia, presente na Ação Catarinense de Desenvolvimento<sup>105</sup>, demonstrava as primeiras conquistas do empreendimento CASAN. Bem como reiterava a importância do saneamento para o desenvolvimento

---

<sup>103</sup> Mensagem do Governador, 1971. Op. cit., p. 85.

<sup>104</sup> idem.

<sup>105</sup> No ano de 1972, o Projeto Catarinense de Desenvolvimento passa a ser chamado de Ação Catarinense de Desenvolvimento. Com o início das obras, não se tratava mais de um projeto, mas de uma ação deflagrada. Assim se expressava o governo.

catarinense e as pretensões futuras.

Um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento do Estado tem sido, historicamente, a deficiência da infra-estrutura de saneamento básico.

O Governo atual, preocupado em criar nova dimensão no tratamento desse difícil problema, instituiu, em 1971, uma Empresa com a finalidade de implantar e operar os sistemas de abastecimento de água e esgoto, proceder ao melhoramento dos serviços já existentes e estender redes de distribuição de água às áreas carentes.

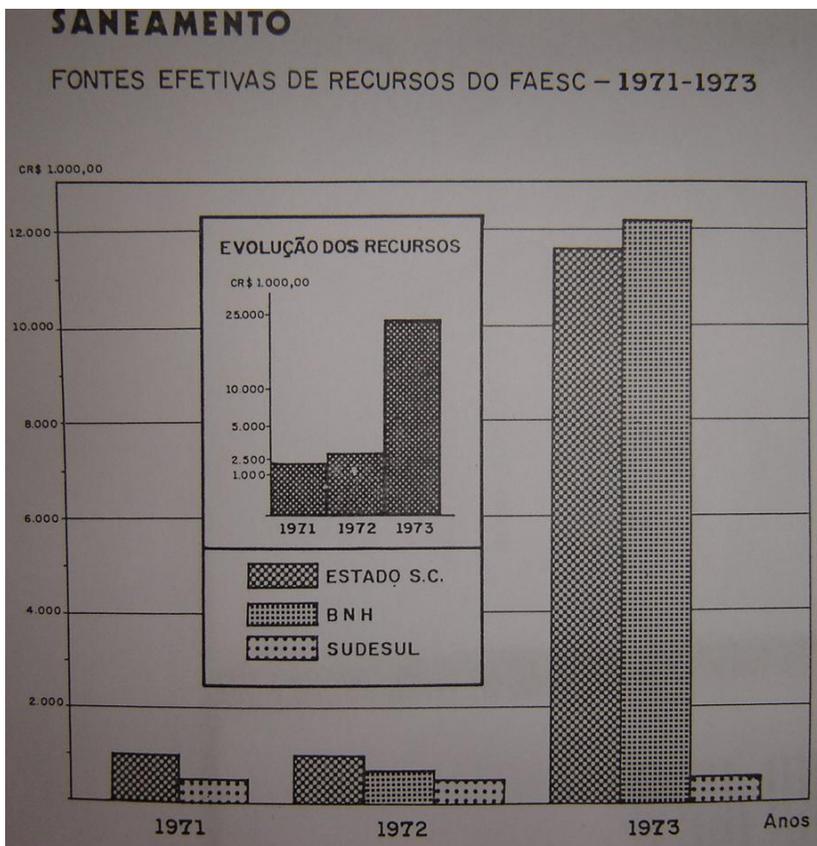
Considerando o vulto dos recursos necessários para assegurar uma ampla melhoria do setor, e o fato de que este constitui um dos grandes programas do Governo Federal, o Estado buscou interessar os órgãos nacionais responsáveis com vistas a um esforço conjunto<sup>106</sup>.

## **2.2 – Tendência tecnocrata; a CASAN em números.**

No triênio 1971-1973, seriam destinados para o setor de saneamento nas microrregiões do Estado, recursos da ordem de Cr\$ 56 milhões. A mensagem do governador à Assembleia Catarinense em abril de 1973 sobre o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, procurava mostrar os seus primeiros resultados alcançados. Segundo o relato do governador, como se pode notar no gráfico que segue, os recursos utilizados na melhoria e expansão do sistema de saneamento no território catarinense eram oriundos, na sua maioria, do próprio estado. A outra parcela provinha do sistema BNH, que remetia aos estados recursos captados através do BIRD. Estes recursos, como o próprio gráfico demonstra, eram administrados pelo FAESC - Fundo de Água e Esgoto de Santa Catarina.

---

<sup>106</sup> Mensagem do governador Colombo Machado Salles à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1973. p. 8. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.



Mensagem do Governador Colombo Machado Salles à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1973. p. 22. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

O ano de 1975 trouxe significativo aumento nos repasses ao FAESC catarinense por parte do BNH, como também nos investimentos do próprio Estado no setor de água e saneamento. Entretanto, já decorridos quatro anos da criação da CASAN - sendo três desses, já com o apoio do PLANASA - a situação estadual ainda era preocupante. Levando-se em conta a população urbana estimada para o Estado no período, em torno de 1 milhão e 500 mil, segundo o anuário estatístico do Brasil, a assistência garantida para 328 970 habitantes presente na mensagem que segue, representava pouco mais de 21,5%. A aprovação de projetos junto ao BNH, também não parecia ser fácil no período. Neste primeiro momento, como podemos ver, o desenvolvimento dos

projetos de saneamento não acompanhava as taxas de crescimento econômico.

O Governo do Estado vem participando do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA desde 1972, tendo, no exercício de 1975, contratado financiamentos no valor de Cr\$ 112. 924. 956, 00 – (971. 094 UPC), para 26 (vinte e seis) cidades que permitiram equacionar a solução do problema da abastecimento de água potável para 328. 970 habitantes.

A participação do Tesouro do Estado, nestes, foi da ordem de Cr\$ 56. 462. 478, 00 (485. 547 UPC<sup>107</sup>), através do Fundo de Financiamentos para água e Esgoto – FAE – SC.

A empresa, no que toca a “estudos e projetos”, submeteu ao BNH 58 (cinquenta e oito) Relatórios Técnicos Preliminares de sistemas públicos de abastecimento de água, obtendo a aprovação de 19 destes. Apresentou, ainda, 18 Projetos Técnicos, dos quais 13 foram aprovados<sup>108</sup>.

A evolução do capital ativo do FAESC pode ser tomado como modelo da evolução das obras e investimentos no Estado. Pouco expressivo nos anos iniciais, apresentando grande crescimento a partir do ano de 1975 e valores elevadíssimos em 1976 e 1977.

#### EVOLUÇÃO DO ATIVO DO FAE (em UPC) 3º Trimestre

1972	17. 022
1973	46. 892
1974	213. 656
1975	608. 586
1976	913.797
1977	1.620,541

Mensagem do governador Antonio Carlos Konder Reis à Assembleia

<sup>107</sup> UPC - Unidade de Padrão de Capital - Considerada como a moeda do Sistema Financeiro da Habitação. Foi instituída com o objetivo de manter a uniformidade do valor unitário em moeda de todas as operações do sistema habitacional.

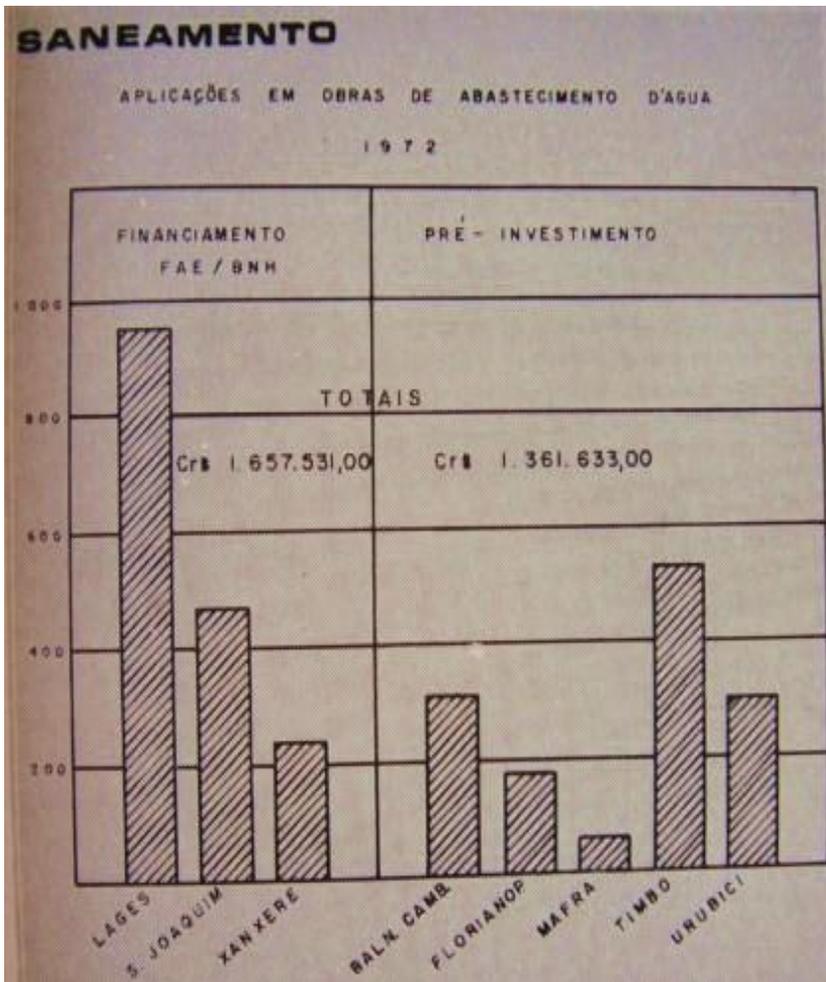
<sup>108</sup> Mensagem do governador Antonio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1976. p. 37. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Conforme já posto, os problemas ligados à água e ao saneamento eram comuns a praticamente todos os municípios do Estado, mas alguns, quando da implantação da CASAN, parecem ter se adiantado nos processos que envolviam a assinatura dos acordos para a realização das referidas obras. Como a CASAN atuava em convênio com os municípios, era imprescindível que estes realizassem sua parcela para o desenvolvimento dos trabalhos. No gráfico que segue, podemos ver como se processou esta prática no primeiro ano de atuação da Estatal. Note-se que Lages<sup>109</sup> foi o município mais beneficiado neste primeiro momento, desbancado com folga, grandes centros como Florianópolis. Fato também conseguido por municípios bem menores. Seria por razões de menos demanda que isso se deu? Não creio! Primeiramente, por que se o problema era posto pelo poder público como comum aos municípios, isso não faria sentido. Além disso, Chapecó que apresentava problemas graves neste quesito como vimos destacando, sequer é mencionada. Seria responsabilidade dos prefeitos pelo não cumprimento da parte que lhes cabia a demora em fazer parte dos gráficos de atuação da nova empresa? Ou existiam outros fatores a definir as prioridades na implantação destas obras?

---

<sup>109</sup>

Cabe lembrar que Lages é berço dos Ramos. Família de forte influência e figura constante no cenário político do Estado de Santa Catarina durante a primeira metade do século XX. Lages que aliás, consegue refazer um governador - Raimundo Colombo – nas eleições de 2010, depois de longo tempo distante do poder de forma direta.



Mensagem do Governador Colombo Machado Salles à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1973. p. 12.  
Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

No início de 1978 a Assembleia Legislativa recebia o projeto da Ação Catarinense de Desenvolvimento que, ao passo que demonstrava os feitos atingidos pela CASAN até o momento, traçava os objetivos futuros:

Início de 40 projetos; conclusão de 25 projetos;  
início de 36 obras; ampliação do número de

Municípios com sistemas operados pela CASAN, para 98; elevação do número de ligações prediais de água para 170.000; implantação de 28 novos sistemas, para atingir um atendimento de 705 dos municípios e 685 da população urbana<sup>110</sup>.

Os feitos eram significativos. Nesse curto espaço de tempo, pouco mais de um mandato e meio, a CASAN já atendia a 70 % dos municípios, chegando a atender 68% da população urbana. No gráfico que segue, é possível perceber a dinâmica de implantação dos projetos de atendimento. Partindo-se de um convênio em 1971 para 141 ao final de 1977, tendo os anos de 1975 e 1976, como os de maior resultado no tocante ao número de convênios firmados entre municípios e Empresa. Interessante mencionar que, embora o ano de 1975 represente o de maior número de convênios firmados entre a CASAN e os municípios, os resultados mais sensíveis dar-se-ão nos anos de 1977 e 1978. A importância dada aos números e aos gráficos nesse período, como já denunciámos, foi algo marcante. A CASAN pode ser vista como um dos principais expoentes da política tecnocrata. O entendimento de que o melhor recurso, tanto para a explanação quanto para a explicação dos fatos residia na aplicação a esses de regras que os transformasse em dados concretos – entenda-se números –, leva os relatórios e mensagens do poder público a se transformarem em verdadeiras planilhas de cálculo. Ao explicar números com números, os responsáveis por essa tendência transferem a vocação desta prática com a mesma impenetrabilidade que apresentavam quando de sua elaboração para os dias atuais. Se na época, a natureza rígida dos números se mostrava de difícil entendimento para todos aqueles que não fossem especialistas nessa área – o que para os técnicos era excelente uma vez que facilitava o convencimento –, também hoje, seu estudo é penoso. Torna-se difícil encontrar alternativas para a análise dos documentos desse período principalmente dentro de uma perspectiva teórica. Silva, ao explicar o processo de substituição da sociologia pela ciência econômica como base fundamental do poder tecnocrático, assim se reporta:

Esta última fornece material mais rico e persuasivo para a retórica do tecnocrata, devido às suas características relativas à facilidade de

---

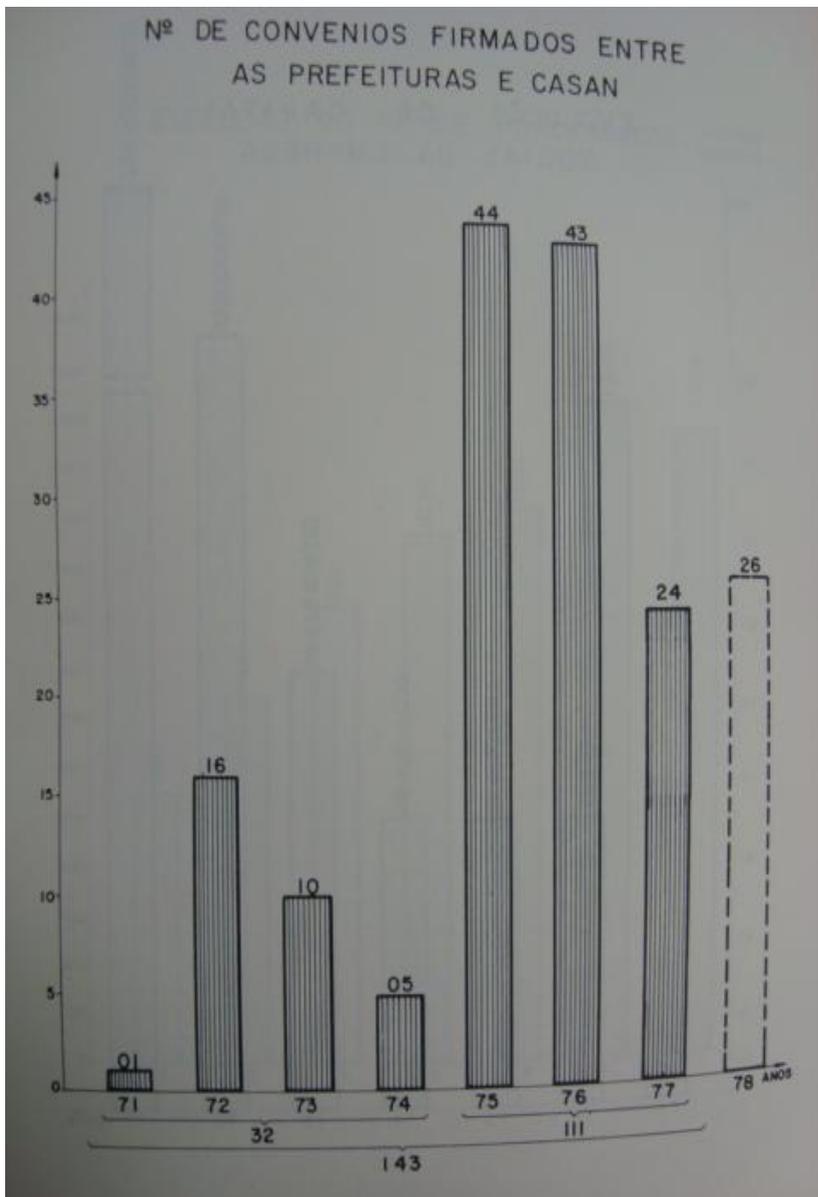
<sup>110</sup> Mensagem do Governador Antônio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1978. p. 17. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

modelização e de quantificação de variáveis, além de seu caráter mais impenetrável ao entendimento do cidadão comum decorrente de sua retórica, o que facilita a justificativa do arbítrio dos especialistas<sup>111</sup>.

Procuramos retratar um pouco desta postura analisando os gráficos que seguem.

---

<sup>111</sup> SILVA, Ricardo, 2004. op. cit., p.244.



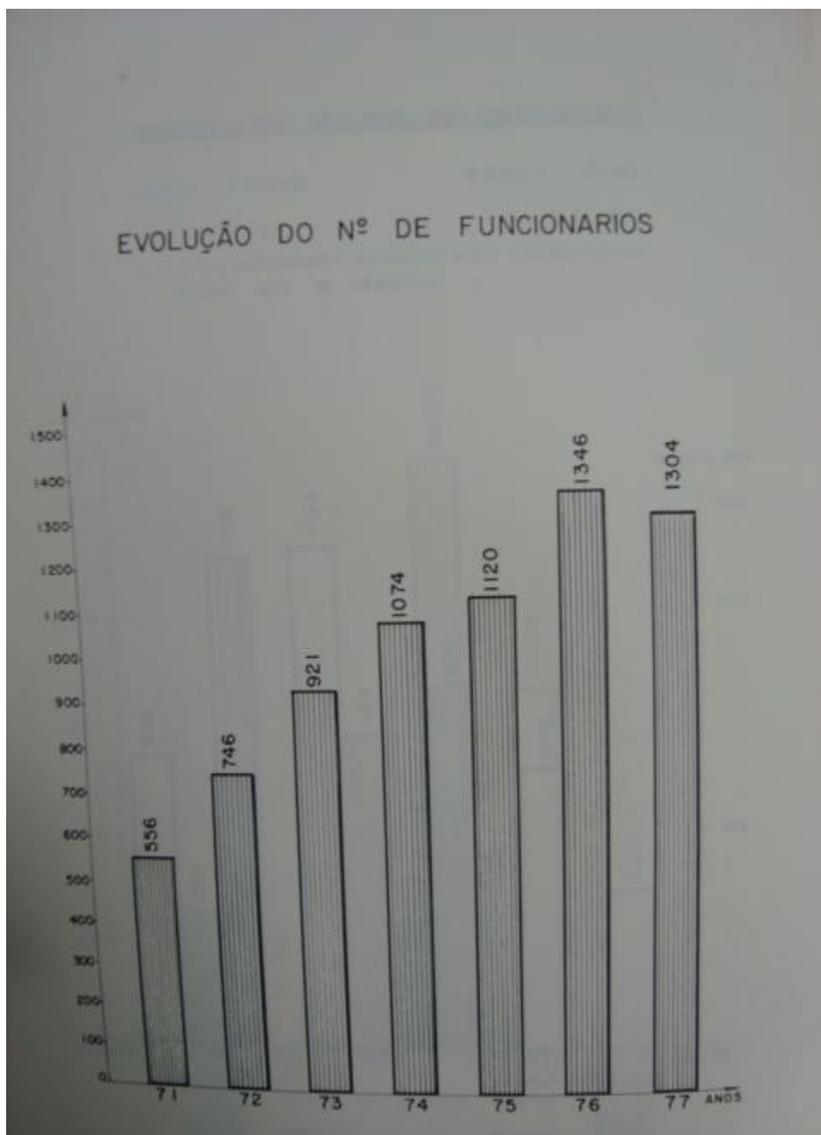
Mensagem do Governador Antônio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1977. p. 46. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Detalhe importante, dentro do que questionamos, parece comprovar-se pelo empenho em se depositar o maior número de informações possível nos gráficos apresentados. No exemplo acima, além dos pontos já destacados, convém destacar, o registro feito das obras estimadas. Para o ano de 1978, o gráfico traz um número de convênios que poderiam ser firmados. Mesmo, possivelmente, estes estando dentro de projeções baseadas em dados anteriores, me parecem demonstrar uma necessidade, quase que incontrolável, por se aplicar uma enxurrada de informações às tabelas priorizando a quantidade em detrimento da compreensão.

Embora seguindo uma lógica de crescimento mais gradual, também é possível perceber o desenvolvimento da empresa pelo aumento do número de funcionários. De um total de 556, no ano de início de suas atividades<sup>112</sup> esse montante cresce progressivamente até atingir a marca de 1346 em 1976, praticamente triplicando. Quando então, pela primeira vez, sofre um pequeno recuo, chegando a 1304 no ano seguinte.

---

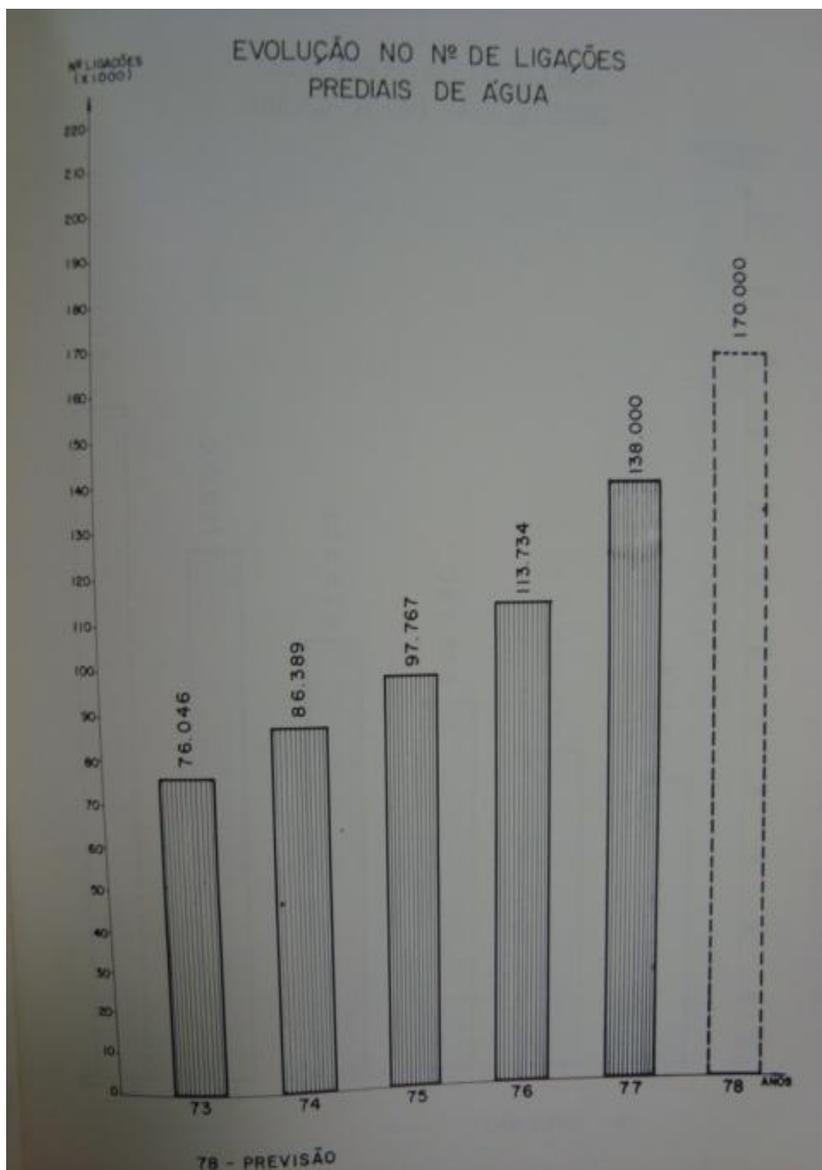
<sup>112</sup> Importante lembrar que quando de sua criação a CASAN incorpora a mão de obra, bem como o capital do órgão que vinha substituir; o antigo DAES.



Mensagem do Governador Antônio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1977. p. 48.  
Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Presente no gráfico que segue está a evolução no número de

ligações prediais de água até atingir-se a projeção de 170 mil, representando os 68 % da população urbana anteriormente mencionada. Embora, tanto a mensagem quanto o gráfico, estejam presentes na mesma mensagem de início de 1978, a primeira traz o dado 170 mil ligações prediais como já efetivadas, quando na verdade, o gráfico mostra como perspectiva para o ano em questão. Nova mostra dessa vontade em se apresentar resultados positivos à população a todo custo, como se a aprovação do governo estivesse condicionada às quantificações apresentadas nos relatórios.



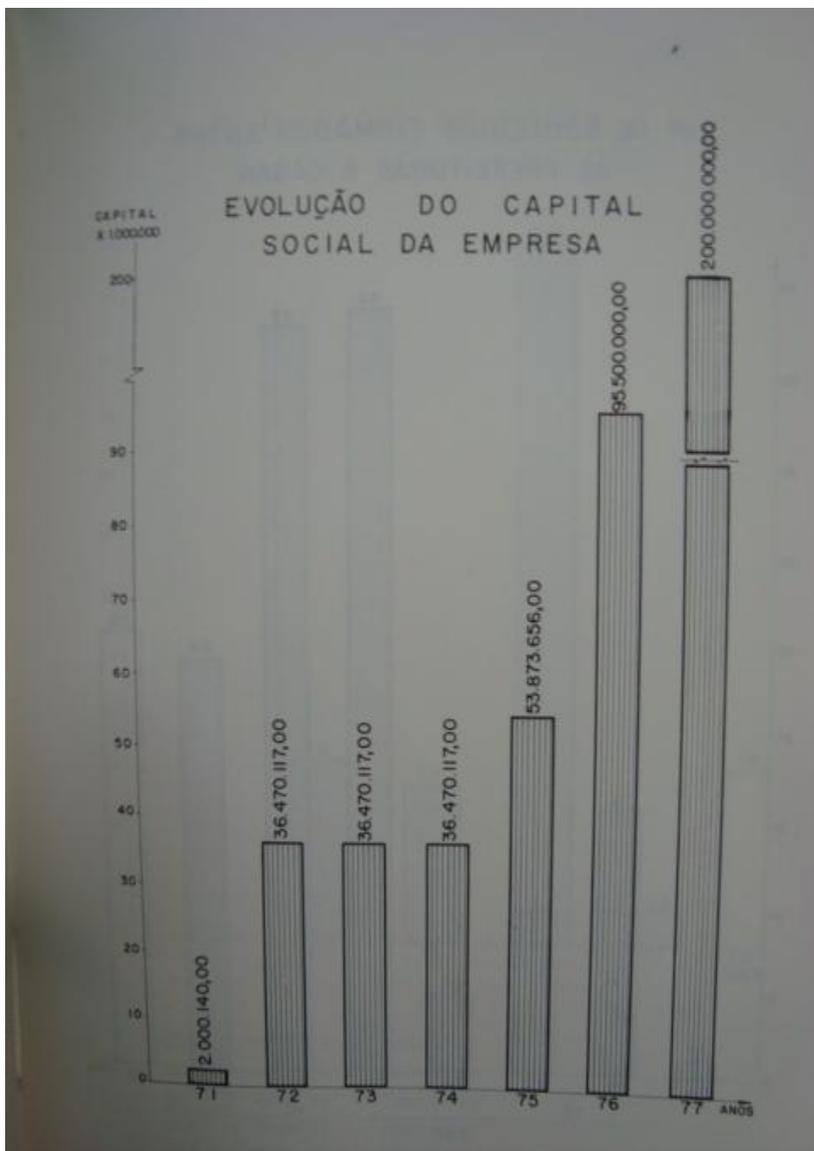
Mensagem do Governador Antônio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1977. p. 44.  
Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Agora, sem sombra de dúvidas, o aumento mais significativo apresentado pela CASAN, no período em questão, ficou por conta de seu capital social<sup>113</sup>. Montante este, que após um crescimento razoável no primeiro ano, se manteve nos três anos seguintes, quando então, começou uma subida vertiginosa chegando à incrível marca de cem vezes o valor inicial no ano de 1977.

---

<sup>113</sup>

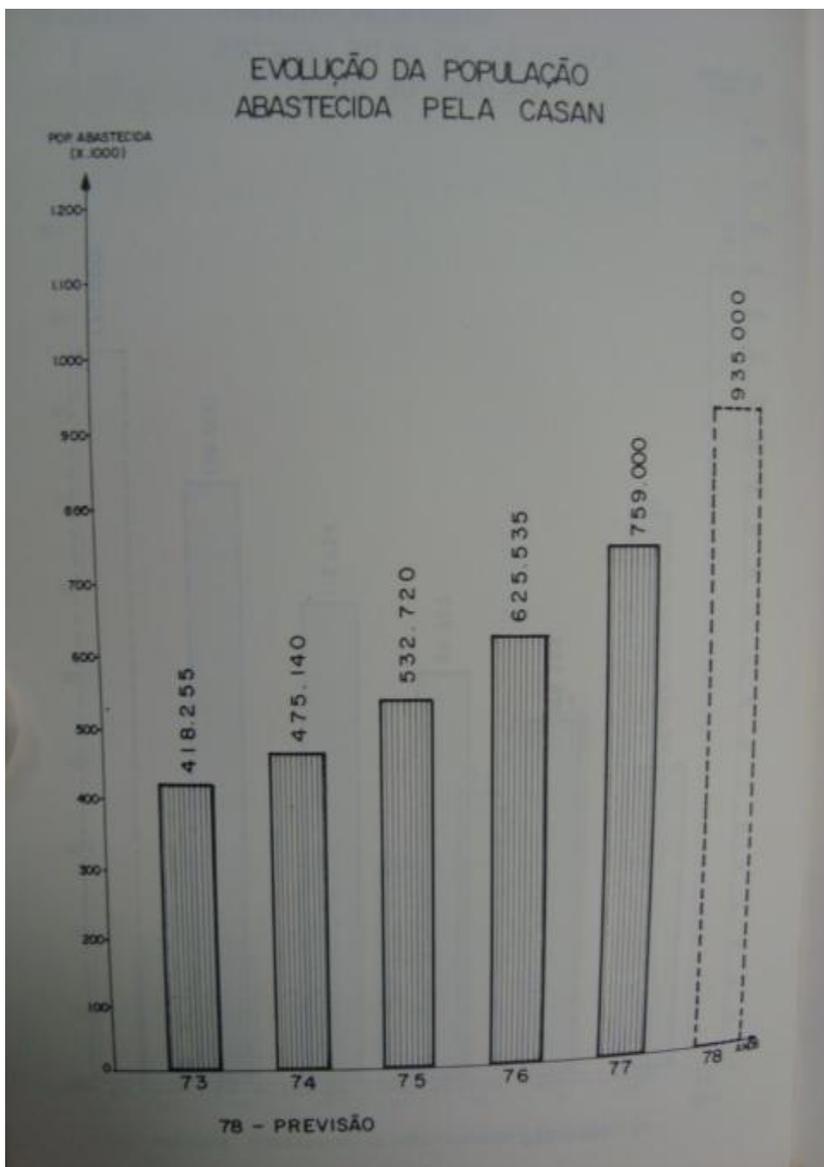
Quantidade de capital que entra na empresa através dos sócios ou acionistas.



Mensagem do Governador Antônio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1977. p. 49. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Um pouco mais tímido, quando comparado com ao aumento do

capital social, foi o aumento da população abastecida pela CASAN. De um total de 418 mil e 255 indivíduos contabilizados em 1973, para cerca de 760 mil em 1977. O que significava, praticamente, o dobro da quantidade de pessoas atendidas.



Mensagem do Governador Antônio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1977, p. 51.  
Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Melhor desempenho ainda se esperava para o ano seguinte. Como se novamente a estimativa parecesse ser mais importante do que o dado concreto já garantido. Nesse sentido, outra prática comum, era a tendência em se fazer projeções otimistas sempre que os dados apresentados parecem não ser convincentes. Situação que não encontrada no gráfico que representa o aumento do capital da empresa. Uma vez atingindo um valor significativo, como podemos observar anteriormente, esse finda-se no ano base, ou seja 1977, não trazendo perspectiva alguma para o ano seguinte. Essa forma de transcrição dos dados que pode parecer simples questão de estrutura e apresentação, quando analisada mais criteriosamente se mostra de uma pontualidade intrigante. O que corrobora com nossa desconfiança quanto à utilização dos dados com fins específicos de convencimento. Sempre que o concreto não demonstra os avanços esperados ou tão somente desejados, recorre-se às projeções para tempos futuros.

### **2.3 – O papel da CASAN dentro da política das cidades polo; a situação chapecoense.**

Conforme já salientado, o problema envolvendo a questão da água em Chapecó parece ter crescido junto com a cidade desde seus primórdios. Bem antes da implantação da CASAN, o governo local já enfrentava esta situação. A Secretaria do Oeste, ainda na década de 60, procurava dar suporte a essa questão. O intento da proposta estadual em tornar Chapecó um polo, visto com bons olhos pelo poder local, possivelmente, tenha impulsionado as ações das duas esferas. Mas, ao passo que esta postura contribuía para o crescimento da cidade, também agravava seus problemas. Uma cidade já carente de água passa a ser vítima de seu próprio interesse. Ao governo cabia tentar solucionar esse problema vital para suas aspirações. As tímidas ações que se desenhavam no início da década de 1970 e que pareciam grandiosas para o momento, provavelmente seriam engolidas pelo crescimento que esse decênio escondia na manga.

A reportagem foi informada de que a Secretaria do Oeste assinou convênio com a Prefeitura Municipal, pelo qual a autarquia estadual entregará 90 mil cruzeiros novos ao Prefeito Rodolfo Maurício Hirech para que possa oferecer uma solução a curto prazo para o problema de falta de água no sistema hidráulico do município.

Essa solução será a construção, já iniciada, de um reservatório no Bairro Aeroporto, com capacidade para 1 500 000 litros de água. Esse reservatório terá condições de abastecer a toda a rede de canos que cobre grande parte da cidade, recebendo água de seis poços artesianos localizados em diferentes pontos da cidade<sup>114</sup>.

Outro exemplo nesse sentido de se buscar soluções para as demandas infraestruturais no quesito saneamento nos é dado pela busca de financiamentos junto à iniciativa privada, ou mesmo, junto a países de maior poder econômico. Com a chamada: “*Alemanha poderá financiar obras na nossa cidade*”<sup>115</sup>, um periódico chapecoense de circulação regional, trazia a seguinte reportagem no ano de 1970:

A fim de manter entendimentos preliminares com o Consulado Alemão, na capital do Estado Gaúcho, viajará na próxima terça-feira para Porto Alegre, o Dr. Ferdinando Damo, prefeito em exercício. Os objetivos que levarão o chefe do executivo chapecoense a este contato preliminar, relacionam-se com obras de água e esgoto em nossa cidade. Como se sabe, são empreendimentos de suma importância para a administração atual, razão pela qual, de todas as formas, procura uma solução viável<sup>116</sup>.

Como mostra-se de fácil modo, a busca por ações visando resolver problemas de saneamento na cidade de Chapecó antecede à criação de uma instituição específica para esse fim. Nossa busca aqui é por um entendimento do papel desempenhado pela CASAN no processo de construção dessa como cidade satélite. Ao apresentar obras anteriores à CASAN queremos atentar para essa disposição existente no município, a priori, capaz de nos conferir melhores condições de análise dos feitos posteriores de incumbência do respectivo órgão.

Como retratavam os discursos políticos e jornalísticos do Período Militar, o Brasil respondeu aos desafios que o momento impunha no tocante as demandas urbanas de saneamento, com a criação

---

<sup>114</sup> Jornal Folha D'Oeste, 03/01/1970. Nº 229. p. 01. Acervo CEOM.

<sup>115</sup> Jornal Folha D'Oeste, 20/02/1971. Nº 284, p 03. Acervo CEOM.

<sup>116</sup> idem.

do PLANASA. Santa Catarina, dentro dessa dinâmica, deu luz ao FAESC e à CASAN. Para a história chapecoense, como para maioria dos municípios, isso criava uma grande expectativa. Implantar o sistema de saneamento em Chapecó exigia um esforço para liberação de verbas tanto do governo federal como do governo estadual. Fazendo uso da política de interesse mútuo em esfera federal e estadual, a administração chapecoense passa a galgar recursos junto a esses.

Como forma de solução do problema, em 1973 a prefeitura assina com a CASAN o convênio N° 22. Por esse, a CASAN acabou sendo incumbida do abastecimento de água na cidade de Chapecó, e também se responsabilizaria pelos futuros projetos de saneamento básico.

Nos primeiros anos após sua criação, a CASAN, como mostra seus gráficos de evolução, pouco fez além de assinar convênios com os municípios. Em Chapecó este só se deu em 1973, sendo também de pouca relevância as obras nos anos que se seguiram. Embora em nível estadual os anos de 1975 e 1976 tenham sido de grande crescimento da estrutura organizacional da instituição, é nos anos de 1977 e 1978 que as obras a cargo da CASAN, se fazem sentir com maior força. Os novos serviços eram apresentados aos habitantes em jornais como o Correio do Sul:

CHAPECÓ – O novo sistema de captação e tratamento de água foi acionado pela CASAN – em caráter experimental, em meados da semana. A água da Barragem do Engenho Braun foi bombeada e injetada na tubulação de ferro fundido que a transporta até a ETA (estação de tratamento de água), no Bairro Aeroporto, objetivando a detecção de possíveis vazamentos.

O coordenador dos trabalhos e diretor regional da companhia, Eng. Altair Wagner informou que, na semana vindoura, será lançada água no sistema de distribuição, primeiramente para lavagem, e, posteriormente, para o efetivo abastecimento. Wagner solicitou aos consumidores de Chapecó que procurem a CASAN para esta fazer as novas ligações. Até o final do ano 2500 novas residências serão integradas ao sistema CASAN. Em razão disso, Altair Wagner pretende agilizar os trabalhos através da antecipação dos pedidos. Atualmente,

dois milhões de litros de água são lançados diariamente na rede urbana, propiciando o abastecimento de grande parcela da cidade com a ativação do novo complexo, a produção será multiplicada.

Atendendo, uma área de 58 municípios, 16 dos quais com filiais já instaladas, o escritório regional da Companhia em Chapecó deverá inaugurar até fins de Dezembro, 10 novas filiais, para cumprir com o previsto no Plano Nacional de Águas e Saneamento, que fixou o abastecimento de 80% das idades brasileiras até 1980. [...] Desde o início das obras em 1975, a CASAN investiu 19,5 milhões de cruzeiros. Em todo o oeste os investimentos da empresa ultrapassaram os 50 milhões de cruzeiros.

Em setembro – finaliza Wagner – o problema de abastecimento de água estará definitivamente solucionado<sup>117</sup>.

O ano de 1977 é o ano em que a CASAN mais parece ser pressionada pela resposta aos anseios dos chapecoenses, ou pelo menos, é o ano em que mais aparecem questionamentos à morosidade das obras e à qualidade dos serviços veiculados nos jornais da época. De fato, até então, conforme já salientado, muito pouco havia sido feito. Esperava-se mais de uma empresa criada com o intuito exclusivo de resolver as questões da água e do saneamento. Diante disso, sua direção, frequentemente, tratava de acalmar o povo reiterando que as obras caminhavam bem e que o problema logo seria equacionado. A mensagem do diretor regional da companhia, Altair Wagner, era promissora. As obras iriam solucionar o problema de abastecimento ainda em fins de 1977. Ocorre que, independente da instalação das referidas obras, o funcionamento da CASAN estava longe de ser unanimidade ainda em 1979. Frequentemente encontramos matérias manifestando descontentamentos ligados às constantes faltas de água, a problemas técnicos, ou a cortes realizados pela própria empresa alegando supostos atrasos nos pagamentos.

Em periódico de início de 1979, acompanhando a imagem de um reservatório da CASAN com a chamada: “CASAN figura quase

---

<sup>117</sup> Jornal Correio do Sul, 06/08/77. p. 06. Acervo CEOM.

*decorativa em Chapecó*”<sup>118</sup>, seguia a matéria:

Mais uma vez, no fim de semana que passou, muitos chapecoenses ao abrirem suas torneiras não conseguiram uma gota sequer do precioso líquido que é comercializado (e como) pela CASAN. O chapecoense de um modo geral já está acostumado com tais irregularidades no fornecimento de água.

Agora, com o verão dizem que a situação se agrava mais.

O munícipe que não tiver em sua residência um reservatório deságua, está sujeito a não poder atender as necessidades de higiene e de sede de seus familiares, porque, normalmente, durante o dia não corre uma “gotinha” nas torneiras. Água só à noite, quando vem.

No sábado que passou, feriado municipal, por exemplo, a zona alta da cidade ficou frustrada mais uma vez. A água não veio à noite quando muita gente já havia transferido o banho para o dia imediato.

Segundo a CASAN, mais um problema surgiu nos motores de recalque ou coisa que o valha. Coincidência ou não, tais fatos quase sempre acontecem nos finais de semana.

Creemos que já está na hora da CASAN tomar medidas energéticas e urgentes para resolver de uma vez por todas com tão angustiante situação que há muito vem enfrentando a operosa gente de Chapecó. Com tão diversificada tecnologia existente no país, não se concebe mais tais problemas. Será que os administradores não estão à altura dos cargos que ocupam<sup>119</sup>?

A importância da CASAN no desenvolvimento de Chapecó pode ser buscada no reconhecimento e nos questionamentos à sua atuação presentes nos jornais de circulação, nas mensagens governamentais locais ou mesmo em obras literárias. Independente da fonte utilizada, sempre veremos contradições e posturas, ora convergentes, ora díspares. Muitas vezes objeto de disputa de poder,

---

<sup>118</sup> Jornal Diário da Manhã, 08/03/79. p. 08. Acervo CEOM.

<sup>119</sup> idem.

muitas vezes no meio do fogo cruzado servindo de munição para atingir desafetos. Mas, de qualquer forma, para o bem ou para o mal, sua presença é constante. São inúmeros os posicionamentos acerca desta empresa. Mas para além de contabilizar o número de prós e de contras, convém verificar os interesses que parecem repousar por trás de tais dizeres. O uso político que se faz desse importante órgão. Passemos à análise da matéria que segue para melhor entendimento:

É do conhecimento publico que, em Chapecó, diariamente ocorrem fatos, até certo ponto, inexplicáveis, quanto ao fornecimento de água, a cargo da CASAN.

Na última semana, por exemplo, o vereador e diretor da empresa Rudy Corretora Ltda, Rodolpho Maurício Hirsch, viu-se forçado pelas circunstâncias a procurar o advogado Ferdinando Damo e solicitar que tomasse providências judiciais contra a companhia fornecedora de água, que, sem mais nem menos, efetuara o corte do fornecimento de água numa de suas propriedades. Como se isso não bastasse, foi multado em quase mil cruzeiros.

De posse dos dados, o advogado Ferdinando Damo impetrou mandado de segurança, que transcrevemos:

“Rodolpho Maurício Hirsch, por seu procurador, com fundamento no Art. 1 da Lei 1. 533 de 31 de dezembro de 1951 e com o Art. 153 e 21 da nossa carta Magna, impetra Mandado de Segurança contra ato do Sr. Diretor da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, desta cidade, Dr. Altair Wagner pela que passa a expor e afinal requer o seguinte:

“A CASAN, por determinação do seu diretor, certamente, sem qualquer notificação ou aviso, achou por bem de cortar o fornecimento de água, invadindo o terreno do impetrante, que é todo cercado, serrando os canos que iam até o depósito. Rodolpho Maurício Hirsch, ciente da situação, procurou o órgão competente a fim de saber o que estava ocorrendo, quando fora informado de que não havia pago o consumo correspondente ao mês de maio de 1978, motivo pelo que haviam lacrado o registro. Acontece, MM Juiz, - continua o

Mandado – que ao verificar pela manhã que não esava tendo entrada de água, o impetrante mandou uma empregada sua verificar o que estava acontecendo então esta forçou o registro tendo aberto o mesmo, sem saber que estava, talvez contrariando determinação da CASAN.

Ocorre, no entanto, que nunca o impetrante recebeu qualquer aviso correspondente ao débito do mês de maio do correspondente ano. O impetrante (Rodolpho Maurício Hirsch) fora informado ainda, quando da visita à CASAN de que o seu débito, e por outra, aquele que levava ao corte no fornecimento de água em sua propriedade era de apenas 40 cruzeiros, mas que havia mais de Cr\$ 906, 00 de multa por ter violado o lacre colocado no registro.<sup>120,</sup>

O resultado da referida ação acabou fazendo com que o juiz concedesse liminar favorável ao Sr. Rodolpho, determinando o imediato restabelecimento no fornecimento de água. Mas meu interesse em expor aqui esta matéria, deve-se a questões maiores que me parecem permear ou, porque não, motivar estes embates. O impetrante em questão, além de vereador no momento, fora prefeito de Chapecó entre maio de 1969 e janeiro de 1970. O impetrado, Sr. Altair Wagner, que no ato exercia a chefia regional da CASAN, por sua vez, fora prefeito entre fevereiro de 1973 e janeiro de 1977, sendo responsável entre outras coisas, pela elaboração do Projeto Chapecoense de Desenvolvimento e pela assinatura do convênio entre a prefeitura e a CASAN nesse ano. Isso nos leva a imaginar que, por trás dessa disputa, onde a CASAN aparece como pano de fundo, poderiam estar embates políticos. Sabe-se que, nesse meio, a distribuição de cargos confere, ainda hoje, uma das principais formas de se arrebatar aliados garantidores de apoio em decisões necessárias ao bom andamento dos mandatos. Dificilmente um órgão de suma visibilidade como a CASAN tenha fugido a essa regra.

Tomemos, na tentativa de criar um espaço de questionamento mais fundado, os dizeres do então prefeito Altair Wagner em 1974, proferido à Câmara de Vereadores do Município e, presente em sua obra de 2005, sobre o desenvolvimento chapecoense e a participação da CASAN em referido feito.

---

<sup>120</sup> Jornal Correio do Sul, 27/10/1978. p. 11. Acervo CEOM.

Preparando para o asfaltamento da Avenida Getúlio Vargas no trecho entre a Rua Marechal Floriano até a Rua Sete de Setembro, procedemos a instalação da rede de esgoto, com previsão de trezentas ligações domiciliares. Foi com facilidade, rapidez e com pouco investimento, mediante a um convênio com a CASAN que assim definiu: A CASAN forneceu a tubulação e a presença de um técnico para orientar e acompanhar a execução da obra. À prefeitura coube somente a abertura das valas, assentamento dos tubos e reposição do aterro. Se tornou insignificante as despesas da prefeitura e da CASAN. Se assim procedessem por esse Brasil afora, a solução para o saneamento seria logo equacionada e se evitaria graves problemas de saúde pública<sup>121</sup>.

Ao se reportar ao processo de implantação da rede de esgoto, o então prefeito, além de enaltecer a participação da CASAN na obra, atenta para a solução que poderia representar este tipo de convênio para as demais regiões do país que apresentavam realidades semelhantes. Claro, a CASAN teve papel importante no processo de construção de Chapecó como cidade polo. Mas será que sua atuação esteve à altura das expectativas geradas quando da sua criação? O relato que acabamos de ver parece depositar grande relevância na participação da CASAN. Não podemos esquecer, porém, que seu emissor, como já abordado, tem forte ligação com a referida empresa. Portanto sua análise sobre a empresa precisa levar em conta essa possível tendência em enaltecer os feitos da mesma. Corroborando para nossas inquietudes a respeito da utilização da CASAN como palco de disputas de interesses e poder.

Sempre que trabalhamos com discurso torna-se muito difícil definir quais são os fatores motivacionais das práticas. Nossa proposta é simplesmente a de levantar situações envolvidas. Este choque de possibilidades pode nos ajudar a construir caminhos mais convincentes e, por vezes, mais reveladores de passagens.

## **2.4 – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada – CURA- ; solução para os problemas do progresso.**

---

<sup>121</sup>

WAGNER, Altair. E... Chapecó Levantou Vão. Chapecó. De Letra, 2005. p. 28.

O mesmo ano em que a CASAN se mostra mais empenhada em solucionar os problemas sob sua alçada em Chapecó – 1977 - é também o ano do Projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada). O que nos leva a pensar que a situação vigente neste momento fosse de elevado grau de complexidade. Este Projeto Nacional, como o próprio nome indica, era uma tentativa de intervenção em curto prazo, na tentativa de superar problemas decorrentes do processo de crescimento acentuado da maioria das cidades brasileiras na década de 70.

O planejamento e o uso do espaço urbano no país emerge, principalmente, a partir da década de 1970; período em que muitas cidades brasileiras triplicam de tamanho, bem como o número de habitantes. Tal fato é agravado com intenso processo migratório que dá uma nova feição à cidade, além de inverter a relação rural/urbano. Em face dessa questão, a Política Nacional Desenvolvimento Urbano ( PNDU) emerge como uma necessidade de disciplinamento do espaço público urbano, promovendo assim uma legislação específica que tem como objetivo imediato fiscalizar e orientar o processo de ordenamento, ocupação e uso do espaço cidadão<sup>122</sup>.

Santa Catarina, como já dito, era um Estado com potencial acima da média. Suas cidades, talvez tenham sido a menina dos olhos de muitos setores do governo nacional, recebendo por isso grande assistência. Chapecó era cidade polo, era expoente da política de integração e desenvolvimento baseado nessa proposta, seu sucesso estava diretamente ligado ao sucesso do planejamento nacional, o que talvez explique sua condição, por vezes privilegiada, no tocante ao repasse de verbas públicas.

O prefeito Milton Sander, acompanhado do Vice-Prefeito Ivan Bertaso e do Presidente da Câmara de Vereadores, Ledônio Migliorini, esteve no dia 22 em Florianópolis, onde, a convite do

---

<sup>122</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A modernização autoritária. In: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campos, 1990. p. 351.

Governador Konder Reis, participaram de um almoço no Palácio da Agrônômica. Estavam presentes o Vice-Governador Marcos Buechler, diretores do Banco Nacional da Habitação, o Secretário João Valvite Paganella, o presidente do Badesc, Plínio Arlindo de Nes e o presidente do Besc, Jorge Konder Bornhausen.

Às 15 horas e cumprindo o principal objetivo de sua viagem, houve, na Prefeitura Municipal de Florianópolis a assinatura da Carta de adesão da Prefeitura Municipal de Chapecó ao Projeto Cura e a assinatura, também, da Prefeitura da capital, em solenidade conjunta.

O Dr. Carlos Alberto Brumberg e o Dr. Carvalho de Meira, diretores do Banco Nacional da Habitação, fizeram questão de mencionar que o processo de inclusão de Chapecó ao Projeto Cura, foi o que teve, até hoje, a mais rápida tramitação: 19 dias.

Registraram, também, que os investimentos do BNH, nos três anos do Projeto Cura em Chapecó, foram os maiores até hoje concedidos a um município do interior, em todo o Brasil<sup>123</sup>.

A rapidez com que se intencionava dar suporte às demandas por infraestrutura no quesito saneamento básico sofria influência de mecanismos exteriores. A necessidade de adequação das cidades brasileiras às normas de qualidade de vida estabelecidas pela ONU pode ser vista como um dos fatores que motivaram estes processos. Cidades, muitas das quais jamais haviam possuído um projeto de desenvolvimento, enfrentavam agora uma total reestruturação. O Brasil, da década de 1970, era um país sedento por reconhecimento externo e queria dar mostra de sua capacidade. Demonstração desse fenômeno, podemos encontrar na mensagem do governador Antônio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado em 1976:

Procurando atender aos padrões de potabilidade instituídos pela Organização Mundial da Saúde – OMS, da água distribuída à população catarinense, foram coletadas amostras para análise

---

123

físico-químicas e exames bacteriológicos. A amostragem incluiu os diversos sistemas em operação e aqueles a serem implantados. Receberam atenção especial as estações de tratamento de água, em fase inicial de operação, com treinamento dos operadores visando a um funcionamento racional das mesmas<sup>124</sup>.

Dentre as ações governamentais de intervenção no espaço urbano, o projeto CURA pode ser tomado como exemplo de um equívoco importante do processo de desenvolvimento nacional das décadas de 1950, 1960 e início da década de 1970. A proposta de crescimento a todo custo parece não ter levado em conta fatores primários para que seu sucesso não se desse sob pena de criar situações desumanas de habitação e qualidade de vida nos núcleos urbanos. A própria preocupação com o “bem estar social”, começa a se mostrar presente de forma mais enfática, pelo menos em discurso do poder estadual, somente após 1975.

Ao discorrer sobre a noção de desenvolvimento presente nos projetos de desenvolvimento dos governo autoritário das décadas de 1960 e 1970, a partir de obras de intelectuais que os fundamentaram, Silva assim o descreve:

Com relação ao desenvolvimento, o primeiro aspecto a se destacar é que este se refere basicamente ao desenvolvimento econômico. As dimensões do desenvolvimento social, político e cultural ou não são consideradas ou aparecem submissas à lógica do desenvolvimento econômico<sup>125</sup>.

Claro que nem todos mediam desenvolvimento apenas pela quantidade de riquezas produzidas e, esse tipo de avaliação, começava a preocupar os governantes. Mecanismos internacionais, camadas desfavorecidas e possivelmente grupos internos tenham influenciado para a busca por soluções, mesmo que paliativas, em curto espaço de tempo. A OMS e seus parâmetros de qualidade de vida, por exemplo,

---

<sup>124</sup> Mensagem do Governador Antonio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1976. p. 42. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

<sup>125</sup> SILVA, Ricardo, 2004. op. cit., p. 269.

conforme visto acima, possivelmente tenha desempenhado papel importante na confecção deste projeto que se explicava por seu título. Podemos ainda reiterar que a execução do projeto CURA em Chapecó demonstra que a situação aí vivenciada não era melhor que a de demais cidades brasileiras, mesmo sendo mais fácil encontrar discursos que insistissem em descrevê-la como cidade modelo, do que aqueles que questionassem sua condição. Mostra dessa preocupação parece ser apreensível na atitude do poder executivo chapecoense quando da sua decisão acerca da definição do perímetro urbano do município.

O Poder Executivo de Chapecó enviou à Câmara Municipal de Vereadores o projeto de Lei que triplica o atual perímetro urbano de Chapecó, atingindo em sua área uma população de 80 mil habitantes. Essa medida possibilitará a inclusão de Chapecó nos projetos do Banco Nacional da Habitação e de outras entidades financeiras, que destinam recursos às cidades com mais de 70 mil habitantes, consideradas de porte médio<sup>126</sup>.

Dentre esses mecanismos citados, provavelmente o de maior importância tenha sido o Projeto CURA, uma vez que a assinatura deste convênio se deu em fins do ano de 1977. Tomando-se como base as próprias áreas mapeadas como ponto de implementação das obras do CURA e sua dinâmica de atuação, podemos ter uma ideia dos problemas que rodeavam a “bela capital do oeste” e o porquê do intento do governo em conseguir auxílio para a sua solução. Rodeavam porque, literalmente, estes problemas, em sua maioria, estavam em espaços de ocupação em torno daquilo que era definido como espaço central da cidade.

Basicamente, o Programa CURA visa dotar os bairros mais populosos e carentes, de uma infraestrutura que vai desde a pavimentação, praças, áreas de esportes e lazer, até saneamento básico, meios de transportes urbanos e coletivos, etc.

As visitas aos bairros feitas pelo Prefeito e sua equipe, têm proporcionado uma visão completa e atualizada dos principais problemas e necessidades das comunidades. Serão atacados

---

<sup>126</sup>

inicialmente os bairros Santa Maria, Maria Gorreti, Presidente Médici, Passo dos Fortes e o grande Aeroporto, compreendendo cinco bairros contíguos.

Como disse o Dr. Carvalho Meira, se executado o Projeto CURA em Chapecó, os imóveis dos bairros valerão 20 vezes mais do que hoje, sem falar na valorização social e humana que as obras irão obrigatoriamente propiciar a todos moradores, dando melhores condições de vida em comunidade<sup>127</sup>.

Segundo a definição, o projeto CURA deveria atender às áreas com mais graves problemas sociais. O que causa estranheza é que, dos bairros tidos como de piores condições de infraestrutura na época, nenhum aparece entre os agraciados pelo projeto. O Bairro São Pedro e o Bairro Vila Maria, comuns frequentadores das páginas jornalísticas como de extrema carência, não são mencionados como prioritários para as intervenções. Uma vez que não se tem conhecimento da existência de alguma definição de perímetro urbano que os colocasse fora da área de abrangência, abre-se uma lacuna na busca pelo entendimento da razão pela qual esses bairros foram deixados de fora da eleição das regiões da cidade a serem contempladas. Sabidamente, estes bairros demandavam ações bem mais vitais que implantação de praças e áreas de lazer, o que nos leva a crer que o compromisso do projeto CURA fosse muito mais com o embelezamento de determinadas áreas – em sua maioria próximas ao centro -, do que com problemas sérios de infraestrutura. Uma espécie de maquiagem, onde o estético sobrepunha-se ao essencial. Convém ainda atentar para um importante dado contido na mensagem: se este projeto era capaz de valorizar as propriedades em mais de 20 vezes, no curto espaço de alguns meses, provavelmente tenha incitado interesses múltiplos, levando o processo de definição das áreas contempladas a sofrer fortes pressões.

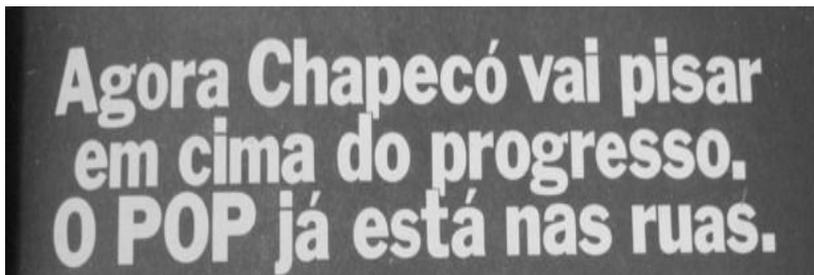
Visivelmente, mesmo tendo sido o Projeto Chapecoense de Desenvolvimento de 1973 o precursor do processo de planejamento urbano, é na administração seguinte que a cidade vivenciará as ações de forma mais significativa. Além do CURA, a administração de Milton Sander, através de sua reforma administrativa reorganiza a CODEC e, submetida a ela, cria o Plano Ordinário de Pavimentação (POP). Sob o

---

127

idem.

slogan: “Agora Chapecó vai pisar em cima do Progresso<sup>128</sup>”, uma série de obras asfálticas começa a ser desenvolvida.



Jornal Correio do Sul, sd/sm/1977, p. 02. Acervo CEOM.

Acompanhando a chamada:

O POP – Plano Ordinário de Pavimentação - será o maior programa de asfaltamento já realizado em Chapecó. Ele está sendo desenvolvido, em conjunto, pela Prefeitura municipal e pela CODEC – Companhia de Desenvolvimento de Chapecó. A meta do POP é pavimentar 400.000 m<sup>2</sup> em apenas 30 meses<sup>129</sup>.

Embora aparecesse frequentemente ligado ao projeto CURA, o POP não tinha vinculação com o mesmo. Tanto no que diz respeito a suas verbas de execução, como no que se reporta à sua área de atuação. O POP era um projeto de cunho local bancado, parte pela prefeitura, parte pelos próprios munícipes que tivessem terrenos dentro da área contemplada pela pavimentação e, inicialmente, estava condicionado às ruas centrais. A garantia de valorização imediata dos imóveis e o pagamento permitido em longo prazo eram os atrativos para garantir a adesão popular ao empreendimento.

O asfalto terá seu preço reduzido e com o Sistema Viário Básico implantado, a cidade mudará para melhor. Mas as vantagens maiores estão reservadas para você. Junto com o asfaltamento da rua, são implantadas as galerias de água pluviais,

<sup>128</sup>

Jornal Correio do Sul, sd/sm/ 1977. p. 02. Acervo CEOM.

<sup>129</sup>

idem.

guias, sarjetas e paisagismo. Isso tudo decreta a valorização do seu imóvel – e a valorização sempre é superior ao preço que você paga pelo asfalto. Com uma diferença: a valorização é imediata e o asfalto você pagará a longo prazo<sup>130</sup>.

O POP e sua proposta de atuação nos servem de exemplo para a análise de uma situação muito comum neste momento de políticas de intervenção e de propagação de discursos de progresso. Trata-se da tentativa de tornar o cidadão parte integrante do processo de reestruturação. Este ponto será melhor abordado no capítulo terceiro, onde nos propomos à averiguação das posturas em um patamar não físico. A menção desta passagem aqui, deve-se ao fato de a experiência do POP constituir uma participação popular direta. Não são discursos construindo uma ideia de povo participante de forma indireta, por serem todos munícipes. Aqui, eles participam diretamente. Embora a prefeitura não seja algo que se possa dissociar do cidadão, uma vez que suas receitas provém dos impostos pagos por esses, mais das vezes ela é pensada como algo autônomo. E no caso das obras do POP, o pagamento é de forma literal. Cada munícipe contemplado teria de arcar com parte dos gastos. Esse tipo de prática não é muito comum nas ações públicas. Possivelmente, por ser essa de mais impacto para o indivíduo, gerando igualmente, maiores resistências. Situação nunca buscada dentro das propostas de intervenção aqui estudadas.

Do ponto de vista das obras infraestruturais, os anos de 1978 e 1979, representam o grande momento das investidas. Mesmo dando mostra, desde meados da década de 60, da preocupação com os problemas que se desenhavam, é neste período que as obras atingem um ritmo extremamente acentuado. Alavancadas pelo projeto CURA, as Obras da CASAN começam a se destacar e, somadas aos feitos do POP, passam a desenhar aquilo que se queria constituir como a Capital do Oeste. As mudanças eram condizentes com as necessidades e com os interesses que se tinha para cidade. Em busca de um polo moderno e desenvolvido o espaço urbano era reorganizado segundo esses preceitos. Por toda parte se via ruas sendo rasgadas, buracos sendo perfurados, canalizações de córregos e tubulações para redes de água e esgoto. Com máquinas, homens e discursos nas ruas, a cidade se transformava em um grande canteiro de obras.

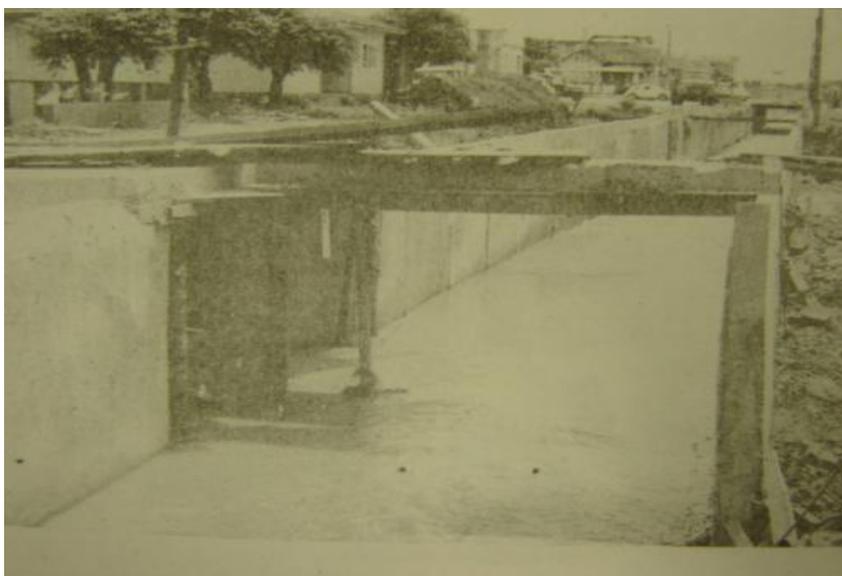
---

130

idem.



Jornal Folha D' Oeste sd/sm/1978. p. 08. Acervo CEOM



Jornal Folha D' Oeste sd/sm/ 1978. p. 08. Acervo CEOM

Imagens como essas eram comumente vistas nos jornais da época. Quase sempre acompanhadas de mensagens enaltecendo os feitos de do governo e o progresso da cidade. Embora as obras demonstrassem nada mais do que um crescimento baseado em um projeto questionável e, sua multiplicação não atendesse às demandas criadas, parecia se querer construir uma ideia de que o crescimento e o progresso se explicassem por si sós. Tomando o aumento no número de obras baseado na situação anterior e não na que ele próprio criava, como se fosse possível usar como referência para essa contabilização, aquilo que havia, ou melhor, aquilo que não havia nos anos anteriores, essa tendência deixava de lado uma realidade de crescimento em níveis grandiosos. Claro que, quando comparados à situação da década de 1960, os feitos eram grandiosos. Afinal, quase nada havia até aquele momento. Mas o que comumente se negligenciava, era que as obras apenas tentavam solucionar problemas que este próprio progresso havia causado.

Desde a implantação da Secretaria do Oeste em Chapecó em 1963, perpassando pela política estadual das microrregiões e das cidades polos do início da década de 70, pela criação do Projeto Chapecoense de Desenvolvimento e seu convênio com a CASAN e a implantação do projeto CURA, podemos perceber uma tendência discursiva em se construir Chapecó como uma cidade, quase sempre, melhor do que ela se apresentava. Todos esses fenômenos contribuíram para que Chapecó irradiasse, dia a dia, maior atração sobre a população das cidades próximas. Como era de interesse do poder Estadual quando da definição dos requisitos de uma cidade polo. Embora a preocupação aparente do governo de que este crescimento não se desse em detrimento da estagnação econômica e populacional dos municípios vizinhos, o que se ocorreu, conforme já posto, foi exatamente isso. Esses fatos, somados aos pontos de indagação mencionados acima, e a situação da exclusão dentro desta política de integração que veremos no capítulo que segue, nos fornecem uma base convincente para o questionamento do êxito deste projeto. Chapecó se tornou polo, mas este processo merece ser melhor pensado enquanto sinônimo de progresso, integração e desenvolvimento regional.

## CAPÍTULO III

### Chapecó: a construção discursiva da Cidade polo e do novo homem urbano.

#### 3.1 – A Urbanização das condutas.

Quando de nossa abordagem inicial acerca das políticas públicas de intervenção no espaço, elaboramos uma cronologia básica, na tentativa de mapear alguns dos principais momentos onde estas práticas se fizeram perceber e de que modo se estabeleceram. Atentamos para as mudanças de tendência que levaram de um processo visto como de exclusão no início do século, para um processo que parece ser de inclusão a partir da tomada do cidadão como alguém que poderia ser condicionado.

A partir da década de 1950 assiste-se a um outro tipo de abordagem sobre as questões urbanas. As intervenções nas cidades, no âmbito do nacional-desenvolvimentismo, ocorreram segundo a perspectiva de que o crescimento econômico seria o fator fundamental das transformações: "o projeto de constituição da nação desloca-se para o eixo econômico", o que implicaria a urbanização do país, pois esta provocaria o rompimento com "as visões localistas prevaletentes nos pequenos povoamentos do interior, desenvolvendo-se em contrapartida uma percepção social identificada com o nacionalismo". Em complemento às campanhas de profilaxia médica e social do início do século e do chamado padrão higiênico funcional do Estado Novo, que visava influir nas condições de vida das camadas populares através de discursos filantrópicos e cívicos, o Urbanismo passa a propor medidas que visavam intensificar o desenvolvimento, tomando a cidade como um espaço de produção, ao qual cada habitante deveria estar integrado<sup>131</sup>.

Este será, justamente, o ponto ao qual pretendemos nos deter nesta terceira parte do trabalho. Quando analisamos a cidade de Chapecó na década de 70, procuramos ver como esse processo de

---

<sup>131</sup>

LOHN, Lindolfo Reinaldo, 2009. op. cit., p. 08.

construção de uma ideia de participação, de pertencimento se constrói. A Chapecó deste período, como já evidenciamos nos capítulos anteriores, era uma cidade que enfrentava um grande crescimento populacional. Essa população, oriunda em sua maioria do campo, era repentinamente acomodada no espaço urbano – na maioria das vezes, mal acomodada – gerando graves problemas de ordem infraestrutural. Todos esses pontos já foram abordados anteriormente. Tentaremos tratar agora, de um outro tipo de problemática ligada a esse processo de ocupação. Trata-se da aparente necessidade de se educar o povo para o convívio cidadão, ou para um novo modo de viver cidadão. Incluso neste processo temos, de um lado, o homem proveniente do campo e seus hábitos de vida que passaram a ser caracterizados como posturas incompatíveis ao convívio urbano; e do outro, muitos cidadãos que, embora acostumados a vida urbana, deparavam-se agora, com outro conceito de cidade e a necessidade de se ajustarem a essa condição. Nesse sentido Pesavento, em seu artigo “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias”, argumenta que:

Ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, fosse pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam. Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos<sup>132</sup>.

Em meio a essa situação, tornava-se necessário o

---

<sup>132</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. [online] Disponível na internet via [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci_arttext). Arquivo capturado em 15 de Outubro de 2009. p. 01.

estabelecimento de premissas básicas de convívio. Premissas essas que obedeciam a uma ordem complexa de criação, difusão e aceitação. É difícil estabelecer uma relação pura e simples quando se trata de analisar políticas públicas de intervenção no espaço, tanto no que diz respeito a questões físicas, como e, especialmente, no tocante à criação de valores coletivos; seja pela própria indissociabilidade daquilo que é ação puramente física daquilo que isso representa enquanto significado abstrato seja pelos interesses que regem a implantação dessas obras ou a alteração desses valores.

O urbanismo e a planificação urbana não dizem respeito nem aos meios puramente instrumentais nem aos valores abstratos. O urbanismo não é ética, tampouco técnica. É prática, na qual os meios e os fins, os fatos e os valores são indissolúveis. Ao escolher seus urbanismos, uma sociedade escolhe a si mesma, determina uma forma de existência e uma arte de viver. Dá-se o mesmo quando uma cidade qualquer toma decisões que dizem respeito ao aproveitamento do seu espaço e à sua organização: esses projetos afetam a maneira coletiva de viver. Daí nostalgias e resistências. Portanto, seria vão pretender colocar de um lado a cultura os valores e os fins, e de outro a ciência e a técnica. Em matéria de urbanismo – como em todas as ações sociais que são operações de sujeitos coletivos, sobre si próprios - a 'arte' e a ciência são inseparáveis a prática é aqui a própria unidade de fins e meios, por que supõe a consciência que uma coletividade tomasse de si própria<sup>133</sup>.

Toda sociedade possui, por natureza existencial, valores que se repassam ao longo dos tempos e outros, porém, que acabam extintos, substituídos ou adequados. Compreender as demandas e a forma como se dá essa passagem, constitui papel importante na compreensão da realidade de determinadas sociedades. Em uma análise mais superficial poder-se-ia atribuir ao poder público a responsabilidade única pela implantação de tais processo. Todavia, sempre se encontra, no jogo de interesses, grupos que motivam o desenvolvimento de práticas que lhes

---

<sup>133</sup> LEDRUT, Raymond. Sociologia Urbana. Rio de Janeiro – São Paulo: Forense, 1971. p 205. (Grafia original)

parecem convenientes, ou mesmo imprescindíveis, em um determinado momento. E através de um discurso proferido em nome de uma coletividade que, na maioria das vezes se resume a pequenos segmentos, constroem-se “novas cidades” e “novos homens” urbanos. A cidade ao se transformar em uma espécie de entidade autônoma, vista muitas vezes como um ser independente, conferiu-se em local privilegiado para ações remodeladoras das práticas coletivas.

Existem várias estruturas de personalidade urbana, as quais correspondem à visão de mundos diferentes, quer dizer, de 'urbanismos', cujos sistemas de valor não são os mesmos. No próprio plano das cidades é possível vislumbrar essa visão global e êsse sistema de valores que correspondem a determinada psique coletiva. A cidade é lugar privilegiado para êsse fenômeno circular que é a ação do homem sobre o homem. A cidade é mediadora: feita pelos homens, ela os educa<sup>134</sup>.

É este o ponto diferencial que queremos tomar para análise. São essas práticas destinadas à educação deste novo homem cidadão. Em um momento em que no Brasil parece querer se aproximar cada vez mais à ideia de desenvolvimento da ideia de higiene, procuramos em Chapecó, referenciais destas práticas. Embora seja de constante presença nos enunciados da época conceitos como modernidade, desenvolvimento e progresso e a similaridade das práticas, muitas vezes, seja grande com outros momentos da história nacional, quando analisamos esse processo na sociedade chapecoense, damos-nos conta de que as proposições de Foucault sobre o perigo da continuidade podem ali ser evidenciadas. Essa política, embora em vários momentos conserve semelhanças e use termos idênticos a outros momentos, possui diferenças essenciais. Dentro de uma mesma linha de projetos de desenvolvimento vemos ressoar posturas muito distintas daquelas da virada do século. São as rupturas dentro de uma aparente continuidade, que embora não possam ser vistas deslocadamente, pois fazem parte desse todo, também não podem ser vistas como manutenção de uma ordem homogênea e gradual. É uma busca por desenvolvimento, insere-se dentro dessa dinâmica com toda certeza, mas, sua forma de atuação e seu intento são

---

134

ibidem, p 205.

outros e, por isso, necessita de fundamentações e justificativas particulares.

A década de 1970 é marcada pela utilização da figura de “Sujismundo”<sup>135</sup>. Um personagem utilizado pelo Governo Federal para disseminar noções de higiene. De modo muito análogo ao que representou o Jeca Tatu de Monteiro Lobato para a campanha sanitária da década de 1920, tendo originado um personagem radiofônico intitulado Jeca Tatuzinho, que dava dicas de higiene às crianças, também o personagem Sujismundo, deu origem à Sujismundinho. Entretanto, pode-se dizer que o primeiro estava mais voltado para a promoção de hábitos ligados ao homem do campo, e o segundo, às práticas urbanas de higiene. Mas se levarmos em conta o fato de a década de 1970 ser, justamente, a década da migração acentuada do campo para a cidade, podemos imaginar que esta postura podia ser dirigida a esse contingente que, agora no espaço urbano aglomerado e mais suscetível a doenças, mais do que nunca, necessitava adquirir práticas de higiene. Resultando daí o deslocamento do espaço a que se dirigia o discurso como fazíamos menção – do campo para a cidade –.

Dentro desta proposta, em 08 de abril de 1978, o Jornal Folha D'Oeste, trazia as seguintes dicas à população:

Asseio – A sujeira é um caminho aberto para todas as doenças. Devemos ter o máximo asseio com o nosso corpo. Nos países de clima quente, como o Brasil, o banho diário é indispensável, e com sabão: o banho de chuveiro é mais aconselhável que o de banheira, pela renovação da água. Banho de bacia e banho de cuia, como se usava até bem pouco tempo, devem desaparecer completamente. O asseio do ambiente é imprescindível: varrer e limpar bem a casa; eliminar os detritos (lixo e excreções); não guardar nada estragado; não permitir animais dentro de casa; combater constantemente os animais nocivos: ratos, baratas, pulgas, moscas, pernilongos etc<sup>136</sup>.

O asseio era apenas um dos itens direcionados à educação do

---

<sup>135</sup> Encontram-se vários exemplos destas campanhas realizadas pelo Governo Militar. A própria internet disponibiliza muitos destes recursos audiovisuais, como o que segue, datado de 1977: <http://www.youtube.com/watch?v=a9S0D5Rbdho&feature=related>

<sup>136</sup> Jornal Folha D'Oeste. Edição N° 671, 08/04/1978. p. 10. Acervo CEOM.

povo. De dicas de vestimenta a práticas de alimentação, o periódico literalmente ditava as regras para a manutenção da saúde e do bom convívio citadino. A menção a fatores como a correta forma de se tomar banho e à necessidade de eliminação do lixo e das excreções, leva-nos a crer que estas não deveriam ser práticas corriqueiras para muitos habitantes de uma cidade que parecia se vangloriar de carregar o status de capital do Oeste e ansiar por ser vista como cidade moderna.

Quem não mora em cidade, onde a água já vem “tratada”, busca a água em diversos lugares, tais como: no poço, nos arroios ou nas fontes.

Com água que vem desses lugares devemos ter certos cuidados, pois ela pode estar contaminada. Sem água não podemos viver. Para podermos utilizar esta água é necessário que a tornemos pura, limpa e saudável.

Como conseguir isso? Muito simples: Primeiro – proteger a fonte de origem da água. Segundo – Ferver e filtrar a água que tomamos. A água fervida e filtrada é água pura. Fervendo e filtrando a água, matamos os micróbios, retiramos os ovos e vermes e outras impurezas que ela contém. Procedendo assim estamos economizando dinheiro, pois água impura traz doenças. Tomando água protegida e filtrada evitamos gastar em remédios para combater doenças que são trazidas com água suja<sup>137</sup>.

Essa citação nos leva a imaginar, dentro da perspectiva que traçamos neste terceiro capítulo, que possivelmente ela fosse direcionada aos moradores de cidades que não eram atendidos pelas redes de água tratada e aos munícipes chapecoenses que ainda não haviam sido contemplados com esse tipo de abastecimento. Quando pensamos esse homem rural trazido para a cidade por força das circunstâncias, sejam elas quais forem, em um primeiro momento podemos vê-lo como relacionado a um personagem típico da representação desse sujeito: o Jeca Tatu e por conseguinte, pensá-lo como detentor de todas as práticas adversas ao convívio citadino. Como se todos os seus costumes fossem ultrapassados. O exemplo do tratamento, fez-me pensar neste homem do campo da década de 1960

---

137

Jornal Oeste, 12/04/1978. p. 08. Acervo CEOM.

que, muito provavelmente, estava habituado a consumir água de sua fonte natural sem qualquer preocupação. Isso porque sabia da qualidade da mesma, uma vez que a poluição no campo, ainda nem era figura conhecida. Deste modo, estranho para ele era portar-se de forma diferente. O que quero ressaltar com isso é que não se trata de condenar os hábitos desse homem rural. Muitos deles não apresentavam nada de errado. Era o meio em que estavam inseridos que não lhes permitia mais executá-los segundo sempre fizeram. Era a cidade e seus problemas, mais das vezes, que exigia a mudança de conduta. Retomamos aqui, portanto, os apontamentos daquilo que definimos como urbanização das condutas. Essa postura adotada de modo a condicionar, a construir os novos preceitos de cidade e os novos homens urbanos.

A questão da água, ainda em 1978, era um problema para a sociedade chapecoense e, aliada a não tomada de consciência do perigo que esta poderia representar neste espaço urbano cada vez mais condensado; gerava, frequentemente, problemas de saúde em um nível alarmante. Em destaque, no Jornal Oestão em fins desse ano, encontrava-se o seguinte artigo:

CHAPECÓ – os três Hospitais, o Centro de Saúde, e os Laboratórios de Análises Clínicas constataram um aumento de 50% nos casos de infecção intestinais, na população urbana, em relação a esse mesmo período do ano passado.

De acordo com o Médico Valmor Lunardi, Chefe do Centro de Saúde, a contaminação dos alimentos pelas moscas, poeira e detritos e a falta de hábitos higiênicos na população são as principais causas das infecções. Elas são denominadas “Gastroenterites” e provocam a Diarreia e, em estágio posterior, a Desidratação.

Além das causas apontadas, Lunardi acrescentou as chuvas dos últimos dias que provocaram o transbordamento dos poços de água potável, contaminando-os com poluentes naturais, e o fato de 50% da população de Chapecó não estar servida de água tratada pela Casan<sup>138</sup>.

Desse modo, ao passo que as mudanças eram vistas como o alicerce de um novo modelo social em edificação, caracterizavam um

---

138

Jornal Oestão, 12/09/1978. p. 18. Acervo CEOM. (Grafia original)

grande desafio para as autoridades da época. Não se tratava apenas da realização de obras públicas de melhoria, era necessário desenvolver todo um projeto, onde o discurso de fundamentação tivesse ampla aceitação e participação popular. Pois, mais importante do que as mudanças físicas, eram as mudanças mentais. Imbuir no povo a ideia da necessidade e da importância das práticas de higiene era tão vital para o sucesso deste projeto, quanto redimensionar ruas ou criar redes de água encanada e de esgoto. De pouco adiantava possuir uma cidade com rede de esgoto e água potável à altura, se o povo no interior de seus lares, não mantivesse condições mínimas de higiene.

Em face desta questão o poder local, associado à secretaria de saúde do Estado, desencadeia um projeto de educação para melhoria das condições sanitárias e alimentares da população do município. Em 1977, o *Jornal Correio do Sul*, trazia sob a chamada “*Educação para a Saúde*<sup>139</sup>”, as seguintes colocações direcionadas a manutenção da boa saúde dos indivíduos.

A ciência que trata da manutenção da saúde se chama Higiene e o indivíduo com saúde se diz “em estado hígido”. Para mantermos a nossa hígidez temos que cuidar de nada menos de uma dúzia de setores, a saber: I) Alimentação; II) Repouso, III) Forma de trabalho, IV) Exercício, V) Ambiente sadio, VI) Asseio, VII) Eliminação, VIII) Prevenção das infecções e contágios, IX) Evitar os vícios, X) Vestuário, XI) Postura, e XII) Cuidados especiais (Olhos, ouvidos, unhas etc.<sup>140</sup>)

Nos jornais de circulação, entre os anos de 1977 e 1979, uma série de apelos ao povo é direcionada com discursos construindo uma aversão às práticas costumeiras e delineando o perfil do homem urbano condizente com o momento a que estava inserido. Educar esse povo era uma das frases mais difundidas nos meios de comunicação. Não bastava o poder público criar obras para melhorar as condições higiênicas da população. Cuidar do coletivo ele dizia estar fazendo, mas cuidar do indivíduo nos espaços e, principalmente, nas ações privadas, era uma tarefa que só seria conseguida mediante a conscientização das pessoas. Era preciso que elas cuidassem da casa, das roupas, da alimentação, de tudo aquilo que fugia ao controle e intervenção direta do governo. Nas

---

139

*Jornal Correio do Sul*, 03/03/1979. p 15. Acervo CEOM.

140

idem.

palavras do Diretor do Centro de Saúde em 1978 “*Temos que educar o povo*”<sup>141</sup>”.

Essa postura de educação parecia cumprir um papel importante neste momento de mudanças sociais. Pois se tratava de espaços inatingíveis pelo poder de forma direta. Tanto nos lares quanto nos corpos, fugiam ao controle e intervenções físicas do governo. Mas, sem seu condicionamento, o projeto que se vislumbrava dificilmente teria êxito. O meio de atingi-los era ideológico ou educacional. Para tanto, “*Cada um deve ter a casa limpa*”<sup>142</sup>, pregava o jornal Correio do Sul no mesmo ano.

Essa postura parecia permear o governo em suas várias esferas de poder. E a água obviamente era um dos fatores mais necessários quando se pensava em posturas higiênicas. Sua disponibilidade em quantidade e qualidade eram premissas básicas para se pensar esse projeto. Durante a gestão do governador Antonio Carlos Konder Reis, em sua mensagem ao poder Legislativo podia-se ler:

O Programa de Abastecimento de Água à comunidades de características singulares constitui um evento de significativa importância pela representação que possui na prevenção de patologias consideradas controláveis e pelo conforto e promoção social que atribui às populações beneficiadas. Tal atividade vem sendo desenvolvida em integração com as prefeituras locais, em programas complementares às atividades da CASAN – já objeto de referência. Através do processo de dotar-se comunidades com água potável devidamente canalizadas consegue-se melhoria de higiene pessoal, da higiene das habitações, um melhor controle dos poluentes e contaminantes da água de ingestão, determinando-se com isto as melhores medidas de prevenção de doenças gastrointestinais”<sup>143</sup>.

Conforme dito, eram vários os apelos nesse sentido. Os enunciados poderiam mudar, mas a mensagem contida, quase sempre, se

---

<sup>141</sup> Jornal Correio do Sul, 27/10/1978. p. 01. Acervo CEOM.

<sup>142</sup> Jornal Correio do Sul, 27/10/1978. p. 02. Acervo CEOM.

<sup>143</sup> Mensagem do governador Antônio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado, 1976. p 34. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

mantinha muito próxima. A ideia de higiene como um valor moral, de asseio como fator indissociável do desenvolvimento e, de limpeza como sinônimo de educação, parecem permear boa parte dos discursos desse período. “*Cidade Limpa, Povo Educado*”, era uma das mensagens contidas no exemplar do Jornal Folha D'Oeste do dia 12/08/1978 em sua página 5.

Das muitas mensagens citadas até aqui acerca dessa tendência, essa em especial, chamou-me a atenção pela utilização feita do termo educação e do aparente deslocamento de seu sentido e função. Aqui, ao contrário da maioria das utilizações anteriores, educação não se apresenta como um meio para alcançar algo. A relação significado, significante parece estar invertida. Não é a educação que garante a limpeza, é a constatação da limpeza que denota educação. Este tipo de utilização parece ter um apelo mais forte o que justificaria sua utilização desse modo.

Uma parcela da população chapecoense alvo dessas praticas intervencionistas era representada pelos novos habitantes do mundo cidadão. A outra gama da população, que enfrentava as políticas de adequação, era formada por aqueles cidadãos que cresceram na cidade ou que aí residiam havia muito tempo e que viam, neste momento de transformações aceleradas, problemas surgindo e crescendo dia a dia e medidas que, visando solucioná-los, acabavam por remodelar, muitas vezes, todo um espaço em questão de dias. Essa condição criava uma situação que demandava abordagens para além da questão física, visto que a cidade é, e representa, muito mais do que um espaço físico. Neste ponto, as ações discursivas de fundamentação, parecem se aproximar muito e, mesmo identificando dois grupos dentro do processo chapecoense, a linha que tentamos traçar para essa divisão vai se tornando tênue até apagar-se por completo, para depois ressurgir mais à frente, sob outra perspectiva de abordagem. Obviamente, não existem políticas dirigidas abertamente para grupos específicos. Elas são postas em nome de e para uma coletividade que, afinal, era a grande protagonista deste momento, mas sua intenção, por vezes, torna-se apreensível.

### **3.2 - Aceitação e resistência: as duas faces da mudança.**

A cidade, como todo espaço social, possui ligação subjetiva e representativa a partir das múltiplas relações que emergem entre e com os indivíduos que a habitam. Essas relações não são ocasionais. Fluem a

partir da materialidade dos espaços, dos discursos que os forjam e os consolidam e das condutas e comportamentos que aqueles impõem como naturais e verdadeiros. Tal composição simbólica acaba por produzir determinado imaginário social que impõe, não sem resistência, sentido e representação à cidade.

Uma cidade é, sem dúvida, antes de tudo, uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais, mas o que importa na produção do seu imaginário social, é atribuído de sentido, que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam<sup>144</sup>.

A cidade de Chapecó na década de 1970 vivenciava um momento conturbado. As contradições do progresso, a cada dia, suscitavam questionamentos. A que custo se daria esse processo? Devia ser uma pergunta frequente. As alterações nas ruas, casas e praças mudava mais do que a rotina. Transformava espaços de memória, representações e modos de vida. Para Sandra Pesavento:

Cidades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo. Cidades pressupõem a construção de um ethos, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano<sup>145</sup>.

Sendo assim, deparava-se o poder público, neste momento, com uma dupla tarefa de mesmo intuito, e dependendo necessariamente de sucesso recíproco. Mas em uma recaia maior importância. Realizar um reordenamento do espaço urbano significava mexer com a cultura popular, com sua memória, com sua identificação em relação aos locais onde muitos construíram toda sua história de vida. Essa parte da população tinha um apego para com a cidade que ia muito além de questões práticas. Isso conferia uma preocupante situação que demandava atenção para além das questões materiais. Como nos lembra Maria Stella Brescianni: *“Ora a cidade é em si uma realidade objetiva*

---

<sup>144</sup> BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 32.

<sup>145</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy, 2009. op. cit., p. 03.

*com suas ruas, construções, monumentos, praças, mas sobre este 'real' os homens constroem um sistema de ideias e imagens de representação coletiva*”<sup>146</sup>.

Deste modo, toda alteração no espaço representa também uma investida em campos que não os espaços físicos. Existe uma simbologia, um espaço de memória, de representação, de significância que não consegue ser absorvida pelos projetos de reestruturação se levarem em conta apenas fatores técnicos. A cidade não é só física, e por isso a necessidade destes projetos trabalharem também nos campos não materiais. Por isso, a preocupação com os discursos capazes de construir novos objetos, novas concepções de cidades e de homens urbanos. A resistência frente à mudança parece só ser vencida, pondo-se este novo, como natural, como necessário, como inevitável e, por certo, melhor.

Inspirados nas leis e nos preceitos das ciências, à luz das mais recentes teorias e conceitos aplicáveis ao fenômeno urbano, a exibir números, fatos e classificações, tais discursos têm sua contrapartida nos ditos saberes populares, fruto de crenças ancestrais e tradições, expressando outras maneiras de enxergar o espaço urbano, seus habitantes e suas práticas sociais. Nessa medida, o povo também identifica, julga, classifica e qualifica espaços, personagens e ações, vaticinando destinos e promovendo também, por seu lado, movimentos de aceitação e repulsa<sup>147</sup>.

Sob esta perspectiva, analisar as modificações ocorridas nos espaços urbanos é pensar sobre as relações existentes entre as formas de representação da cidade e as políticas urbanas e práticas de intervenção. Para Maria Stella Bresciani<sup>148</sup> os saberes constituídos formam imagens e representações das cidades. Estes saberes constituindo formações intelectuais estabelecem campos conceituais que darão suporte para a observação, avaliação e leituras delas. Assim sendo, a análise e a problematização das relações cotidianas no espaço citadino a partir das práticas intervencionistas permite perceber as rupturas, mas também reelaborações culturais das formas de sociabilidade, de trabalho e de lazer.

---

<sup>146</sup> BRESCIANNI, Maria Stella. op. cit., p. 35.

<sup>147</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy, 2009. op. cit., p. 06.

<sup>148</sup> BRESCIANNI, Maria Stella. op. cit.

Existem duas faces antagônicas envolvendo este tipo de processo de reestruturação. Uma caracterizada pela aceitação e, a outra, pela resistência. O objetivo daqueles que as impetram é maximizar os prós – aceitação - e minimizar as resistências – os contras -. Como base analítica, ambos os posicionamentos nos fornecem bom material. Vejamos na notícia que segue posições neste sentido:

Ex-prefeito de Chapecó, pela Arena, engenheiro Altair Wagner, entrou na justiça local com Ação Popular contra a Prefeitura Municipal e a Companhia de Desenvolvimento de Chapecó, CODEC, pedindo que seja alterado o projeto de reforma urbana da cidade<sup>149</sup>.

Fato que torna a situação mais intrigante, vale lembrar, é que o proponente da ação era o ex-prefeito responsável, quando em atuação no executivo, pela elaboração do Projeto Chapecoense de Desenvolvimento que, entre outras coisas, criou o Plano Diretor para a cidade e implantou a CODEC<sup>150</sup>. Poderia ser somente uma demonstração de resistência frente a uma mudança no espaço físico. Mas, o fato de serem recorrentes os nomes envolvidos em questões envolvendo o processo de desenvolvimento chapecoense, leva-me a questionar qual motivação teriam esses grupos para serem sempre figuras presentes, ora no papel de defensores, ora no de questionadores. Possivelmente, havia interesses maiores a motivar muitos homens do que o “progresso” ou o “retardo” da sociedade chapecoense. Possivelmente uma investida a fundo revelaria interessantes aspectos. Entretanto, nossa proposta não pretende tomar para análise esta problemática, deixamos apenas os questionamentos em suspensão. Nosso compromisso é com o discurso e seu papel de construção da cidade.

Desta forma, independente dos fatores motivacionais, é fato que o sucesso deste projeto estava condicionado à capacidade de se construir uma identificação da população das urbes com o novo momento histórico e com as transformações que ele demandava. Difundir a ideia de progresso, de civilidade, construir no imaginário popular a ideia de higiene como um valor moral implicava conseguir as tão necessárias alterações do espaço urbano sem enfrentar uma oposição social capaz de

---

<sup>149</sup> Jornal Correio do Sul, 20/06/1978. p. 07. Acervo CEOM.

<sup>150</sup> Tratamos desses embates no capítulo segundo quando abordamos o papel da CASAN e seu possível uso político na história chapecoense.

inviabilizar tal projeto. Era preciso fazer o povo se sentir parte daquela mudança, convencê-los da sua importância e dos seus benefícios. Desconstruir seu apego ao passado para adentrar em uma nova e mais promissora era, a era da modernidade e do bem estar. Já em seu primeiro projeto de desenvolvimento no ano de 1973, podemos perceber essa inclinação:

O desenvolvimento do município só será alcançado mediante o apoio dinâmico de todos os cidadãos. O ser humano luta pelo bem estar individual e de sua família, enquanto o governo vela pelo bem estar coletivo. A aderência comunitária é ponto vital deste plano<sup>151</sup>.

Nessa ótica, anterior às ações, deveria se disseminar aquilo que Berman identifica como a essência do conceito de modernidade: “*a experiência histórica, pessoal e coletiva, de sentir-se num mundo em transformação e mudar com ele*”<sup>152</sup>. Esta tendência de inclusão será bastante frequente e é a ela que nos deteremos agora.

### **3.3 – Governo Municipal e povo chapecoense, um grande time.**

Como expomos no início deste capítulo, é preciso buscar um entendimento do processo de construção desta Chapecó, capital do Oeste, dentro de uma dinâmica que respeite sua inclusão no cenário nacional e estadual, orientando-se, quando possível, pelas leituras referencias e teóricas, mas, sempre atentando para suas especificidades. Analisamos a aparente busca de uma inclusão conseguida com a educação deste homem urbano incluso no processo de mudanças, atentamos para as práticas intervencionistas e sua tendência em incorrer em espaços de representação e memória, agora tentaremos viabilizar uma análise sobre a utilização da ideia de participação ou pertencimento como medida utilizada para entrelaçar essas questões. Em análise das matérias veiculadas em periódicos da época, as construções discursivas parecem obedecer a ordem de descrever a cidade como um grande time e o município, como peça atuante, dentro desta grande engrenagem.

---

<sup>151</sup> Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, 1973. p. 02. Acervo próprio.

<sup>152</sup> BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986 p. 26.



Jornal Correio do Sul, 12/06/1978. p. 04. Acervo CEOM.

Além do apelo presente na imagem que dispõe todos como um grande time, ou uma grande família feliz, a mensagem que segue, reforça esta postura de participação do povo na construção do progresso da sua cidade.

Chapecó está vivendo verdadeiros tempos de mutirão. Sob o comando da Prefeitura Municipal e através da CODEC/Companhia de Desenvolvimento de Chapecó, o povo participa da construção de uma cidade cada vez mais moderna e humana. Desse esforço coletivo resultaram obras como o novo Aeroporto Serafin Bertaso, com 1500 metros de pista pavimentada e excelentes instalações de apoio. A reforma total e substancial ampliação do Estádio Índio Condá, que acomodará mais de 26 mil espectadoras,

possibilitou, inclusive, o ingresso da Chapecoense no Campeonato Nacional de Futebol. Mas o mutirão não parou aí. As principais ruas e avenidas estão sendo pavimentadas. E para que isso fosse realizado a prazos curtos, a CODEC instalou uma central de britagem e uma usina de asfalto, além de realizar vultuosos investimentos em outros equipamentos. Logo entrará em ação o Projeto Cura. E mais chapecoenses serão beneficiados por redes de água e esgotos, pavimentação e centros de lazer. Como é que tudo isso pode ser feito ao mesmo tempo? Com o povo suando a camisa pela sua terra. Como um grande time<sup>153</sup>.

O objetivo de utilizar esse tipo de apelo parece lógico; na medida em que se colocava os cidadãos como parte atuante do processo de desenvolvimento, estes passavam a dividir com a administração, pelo menos de uma forma simbólica, as responsabilidades pelos referidos feitos. Valendo tanto para os benefícios visíveis, como para as frustrações, por vezes, ocasionadas. Diante do exposto, sobre a busca por parte daqueles que estavam à frente dessas mudanças - seja o poder público, sejam grupos dominantes ou quaisquer outros -, de uma maior aceitação e de uma diminuição das resistências, condicionar todos à participação nesse processo, parecia ser uma alternativa muito viável. Automaticamente, todos poderiam se sentir participantes e, mais importante ainda, pertencentes a esse projeto que representava o progresso. Mapear, nos jornais do período, esse tipo de mensagem não é tarefa difícil: “*Não há Desenvolvimento sem a participação do cidadão*”<sup>154</sup>, dizia o Correio do Sul em Agosto de 1977.

Como observado em outros momentos, embora os enunciados possam variar, a mensagem parece sempre direcionar para um mesmo entendimento. O do cidadão como agente ativo do processo em que estava inserido. Sobre este tipo de prática, nos pautamos para melhor entendimento, nos escritos de Foucault sobre a governamentalidade. Ao analisar o surgimento, dentro do modelo soberano, daquilo que ele define como uma “arte de governar”, o autor nos mostra um processo que traz a população como grande fator motivacional desta mudança. De

---

<sup>153</sup> Mensagem do poder municipal aos munícipes chapecoenses: Jornal Correio do Sul, 12/06/1978. p. 04. Acervo CEOM.

<sup>154</sup> Jornal Correio do Sul, 23/08/1977. p. 01. Acervo CEOM.

um modelo de governo de territórios – soberano -, perpassando por um governo disciplinar – mercantilismo -, chegamos a um modelo de governo de pessoas. Importante atentar para algumas colocações do filósofo sobre este acontecimento. Primeiramente, Foucault nos demonstra como o crescimento populacional passa a suscitar novas preocupações, tornando-a objeto de estudos - ciência de estado-. Uma vez visto que esta podia ser analisada e, a partir disso, gerida e utilizada em prol do bom andamento do Estado, desenhava-se aquilo que acabaria sendo a base do governo nos moldes modernos. Em suas palavras a definição do objetivo desse novo modelo de governo:

Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. E quais são os instrumentos que o governo utilizará para alcançar estes fins, que em certo sentido são imanentes à população? Campanhas , através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar , sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população, etc. A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça<sup>155</sup>.

O segundo ponto que convém mencionar está ligado à predisposição que parece haver em se tomar, frequentemente, o novo como sendo responsável pela substituição total do outro. E aqui talvez possamos relacionar as duas grandes colocações de Foucault que utilizamos neste trabalho; do mesmo modo que não podemos - segundo seus preceitos aqui já discutidos -, utilizar sem análise profunda, a ideia de influência para a explicação de fenômenos semelhantes, também não podemos entender um novo acontecimento, como significante da

---

<sup>155</sup>

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005. p. 289.

aniquilação de seu predecessor. O surgimento de uma nova “arte de governar”, não significa uma total alteração das bases do modelo soberano. Uma vez que esta população vista como objeto do governar precisa, mais do que nunca, ser controlada de forma detalhada, as normas de disciplina desenvolvidas no período mercantilista iriam se mostrar muito necessárias.

Esse novo posicionamento da população dentro do modelo de governo como fim e, também, objeto das ações políticas, demanda, além dos fatores de disciplina herdados do modelo antigo, novas formas de intervenção. A lei que imperava no modelo soberano, precisava ser substituída ou, melhor adequada à nova situação.

(...) no caso da teoria de governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos, isto assinala uma ruptura importante: enquanto a finalidade da soberania é ela mesma, e seus instrumentos tem a forma da lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas<sup>156</sup>.

Ora, segundo estas colocações, quando nos reportamos à sociedade chapecoense e o processo de construção desta cidade como um polo referencial a partir de um projeto governamental e de suas políticas de intervenção, algumas relações podem ser estabelecidas. A finalidade do governo parece estar clara – tornar Chapecó uma cidade polo –, os meios para se alcançar esse objetivo parecem ser as políticas de re-estruturação do espaço, perpassando pela urbanização deste novo habitante da cidade, e as táticas para a boa condução deste projeto, encontram eco na tendência crescente de se reportar ao cidadão chapecoense como parte integrante desse processo. Assim o discurso ao passo que assiste, que constitui o cidadão como objeto de cuidado por parte do estado, também faz uso dele para alcançar seus propósitos. O jornal Oestão, nos aproxima desse método, quando traz em matéria de 1978 o seguinte dizer: *ADMINISTRAÇÃO DE CHAPECÓ E VOCÊ*

---

<sup>156</sup>

ibidem, p. 284.

“JUNTOS<sup>157</sup>”.

Das várias táticas passíveis de utilização pelo governo, uma das mais importantes, ou talvez a mais importante delas, seja o discurso. A dinâmica que possui, seu poder de criação ou de destruição, confere a quem dele pode dispor lugar, perigosamente, privilegiado. Os discursos que constroem Chapecó nos moldes que o governo desejava, embora não uníssonos, parecem convergir em torno de alguns pontos recorrentes. Segundo Foucault:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade<sup>158</sup>.

No que tange à situação chapecoense neste período, naquilo que foi levantado, é de fácil percepção uma busca por organização, seleção, alinhamento e distribuição dos discursos. As mudanças físicas de caráter higienista criavam o imaginário de que a cidade caminhava para o progresso. Os discursos imagéticos davam visibilidade à implantação de uma nova ordem. Ordem esta que o poder público e alguns segmentos da sociedade chapecoense, pareciam ver com bons olhos. As reformas urbanísticas dariam outro tom à “Capital do Oeste”. Era o progresso que se anunciava, e com ele, a modificação de hábitos, valores e costumes. Chapecó preparava-se para adentrar na era do mundo moderno, disciplinado, civilizado e seu povo, segundo o que se fazia sentir pelos discursos proferidos pelo poder público e pelos jornais de circulação, parecia se orgulhar disso.

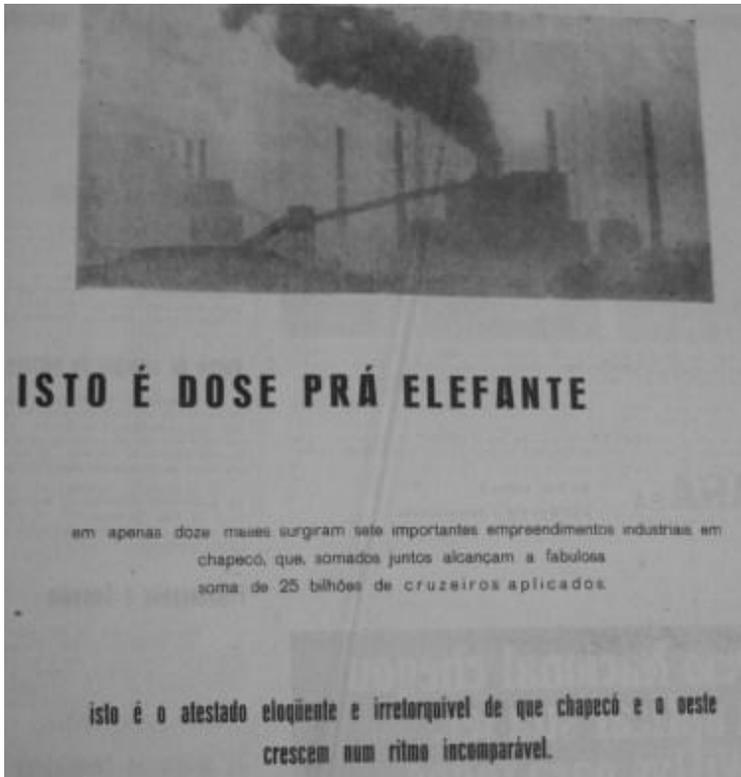
---

<sup>157</sup>

Jornal Oestão. 06/08/1978. p. 01. Acervo CEOM.

<sup>158</sup>

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.



Jornal Oestão, 17/09/1978. p. 10. Acervo CEOM.

Os jornais da década de 1970 trazem grande número de mensagens - escritas ou imagéticas - descrevendo um progresso que parecia ser contagiante. Durante todo este período, é de fácil localização discursos construindo uma cidade moldada segundo os desígnios do progresso e da modernidade. Sua definição como cidade referência parece ser posta como missão e os desdobramentos dessa política como dádiva garantidora de desenvolvimento e bem estar a todos.

Que Chapecó está crescendo de maneira incomparável, isso é indiscutível. De um momento para outro, grandes potências começaram a se implantar no município e provocando conseqüentemente, o progresso a passos largos, ao ponto de causar surpresas, não apenas aos visitantes, mas aos próprios

chapecoenses que, ao levantar-se para um novo dia, viam-se cercados de novas construções<sup>159</sup>.

O jornal Folha D' Oeste do dia 12/07/1975, trazia em seu editorial a seguinte descrição a respeito de Chapecó e sua gente:

Em que pesem certos momentos, se olharmos Chapecó e sua gente pelo prisma certo, veremos que aqui existe um aglomerado de pessoas que tem muita responsabilidade e sabe viver em perfeita união.

Enquanto em outros centros constantes acontecimentos extraordinários roubam a tranquilidade, aqui tudo transcorre normalmente.

Uma reunião da Câmara de Vereadores, pode ser o exemplo da fraternidade chapecoense. Existem discussões, polêmicas, desavenças, mas, tudo chega a bom termo. São problemas analisados, estudados e discutidos da grande família de cem mil membros.

Esse clima é reinante em muitos outros setores e inclusive na iniciativa privada. Poucos ainda usam expedientes escusos para seus negócios. Raramente floresce uma concordata, falência ou mesmo abalo de crédito. Tudo isso é fruto do pensamento e da iniciativa adulta de nossos empresários.

No campo político, em que costumeiramente assistimos o desenrolar de peijas as mais acirradas, ainda podemos vibrar com o lance da vitória do município. É ele o placard que assinala um marcador sempre positivo. Tanto o ataque como a defesa jogam pela conquista de Chapecó, do Município e também do Oeste. A massa de torcedores tem confiança no seu representante.

A administração municipal nas mãos de jovens idealistas e realistas, é um atestado insofismável da maturidade de nossos líderes.

A Secretaria do Oeste, órgão que já comprovou e consagrou sua atuação, não mede distâncias no atendimento indiscriminado.

Nossa Diocese, na preparação, formação e

condução da fé e solidariedade, é firmeza e segurança para nosso Eu. Segundo Batalhão da Polícia Militar, atuação dinâmica e racional na defesa de nossa gente. Enfim, se de cabeça fria analisarmos Chapecó, seu todo, suas destacadas atuações, veremos que, realmente, unidos somos mais fortes. Decidindo em favor do certo, estamos construindo aqui, no longínquo Oeste, já no final do limite físico de nossa pátria, um oásis, que será a sublimação e a aceitação de todos que tiverem o privilégio de aqui viver ou de aqui chegar.<sup>160</sup>

Essa passagem nos apresenta uma cidade quase ideal. Só o fato de ser construída com tamanha perfeição, já seria motivo para questionamentos. Parece ser, demasiadamente poética, para ser fiel. O texto, reiteradamente, frisa que se deve ver a cidade pelo prisma certo, que se deve vê-la como um todo, que é preciso analisá-la de cabeça fria. Colocações que por si, já denunciam uma tentativa de justificativa para possíveis desvios desse modelo de perfeição que se quer passar. Por essa lógica nos perguntamos: Haveria um prisma errado para se ver a cidade? Qual seria ele? O que mostraria? E quanto a “esse todo”, quais seriam os seus fragmentos? Parece-me que a ideia é de que o progresso da cidade como conjunto, justificaria os possíveis problemas que, embora não mencionados diretamente, repousavam nas entrelinhas. Indago-me agora, para concluir estes questionamentos, o que revelaria uma análise de Chapecó, tomada por seus pormenores, feita pelo prisma errado e de cabeça quente? Certamente, esse texto construiria uma cidade bem diferente da que vemos acima. A cidade então, nada mais é, do que aquilo que os discursos constroem.

Para Sandra Pesavento<sup>161</sup>, a cidade moderna encontra-se em processo de constante reconstrução do seu passado a partir do seu presente e, nesse processo de reconstrução, são redefinidos representações, sentimentos, significados e todas as formas de simbologia e significância abarcados por ela. Essa Chapecó construída a partir da descrição acima é a imagem resultante de um processo de negociação de todo um arcabouço representativo. Cada definição proferida não é emanção pura e simples; é fruto de longo embate no campo da representação que a faz ser posta de uma forma e não de

<sup>160</sup>

Jornal Folha D' Oeste, 12/07/1975, p. 03. Acervo CEOM

<sup>161</sup>

PESAVENTO, Sandra Jatahy, 2009. op. cit., p. 04.

outra. Assim:

[...] essa cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no *tempo do agora*, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma. Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma *cara* e um *espírito*, um *corpo* e uma *alma*, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a *sua* cidade<sup>162</sup>.

Fato importante de observar é que, mesmo sendo os últimos anos da década de 1970, os responsáveis pelo exacerbamento das mensagens favoráveis ao modelo de desenvolvimento chapecoense, é possível perceber certa tendência já nos idos dessa década. Antes ainda, do próprio Projeto Chapecoense de Desenvolvimento e, das grandes investidas urbanas de reestruturação trazidas pela CASAN, pela CODEC e pelo projeto CURA, encontramos menções à cidade como polo de crescimento e progresso. Uma página inteira do Jornal Folha D'Oeste trazia em 1969 foto com vista aérea do centro do município enaltecendo seu crescimento e a velocidade com que isso se dava:

---

162

idem.



Jornal Folha D'Oeste, 16/08/69. p. 05. Acervo CEOM.

Na cidade da foto acima, ainda não tínhamos as grandes indústrias que viriam a ser instaladas em curto espaço de tempo, por isso a menção de Chapecó como cidade celeiro ainda demonstra sua identidade rural; como lugar de produção de alimentos<sup>163</sup>. O surto de crescimento populacional também não havia se mostrado e,

<sup>163</sup>

Aqui, ao nos referirmos à produção de alimentos, queremos nos reportar aos alimentos não industrializados. Os grãos, os suínos e demais. Após a instalação das grandes agroindústrias, Chapecó continuará sendo vista como lugar de produção de alimentos, só que agora esses vão ser processados industrialmente, conferindo uma diferenciação importante.

consequentemente, os problemas acarretados ou agravados com ele, também não se faziam sentir. Mas a ideia dos administradores em construir Chapecó como cidade sinônimo de progresso, parece caminhar lado a lado com ela. Dentro de outros moldes, essa visão política mostra-se presente desde a década de 30<sup>164</sup>, atingindo, em fins da década de 70, seu ponto de maior visibilidade.

A busca pela construção de uma imagem de Chapecó como cidade que despertasse em seus munícipes orgulho, é outro fator que, reiteradamente, se faz sentir nos meios jornalísticos: “*CIDADE EM REVOLUÇÃO PREFEITO MALUCO, PROGRESSO DESENFREADO? NA REALIDADE: NINGUÉM SEGURA CHAPECÓ*”<sup>165</sup>, dizia o Oestão em 1977.

Aquilo que a população via a esse respeito não nos é passível de captação. Nossa proposta de trabalhar com fontes jornalísticas e mensagens oficiais, nos limita a analisar as interpelações discursivas, ora do ponto de vista do poder público, ora daqueles que tinham acesso à escrita nestes periódicos. Mas, dentro do proposto, é possível discorrer acerca daquilo que a população, ou parte dela, tinha a seu dispor para formular suas concepções sobre esse momento. É inegável que esses meios de veiculação de opinião tem influência sobre a formação das concepções de uma coletividade. Assim, tentamos colocar sob análise os meios utilizados por esse tipo de construção discursiva na tarefa de construir Chapecó como cidade polo. Até onde podemos perceber, há uma superioridade inquestionável de descrições positivas sobre o seu processo de desenvolvimento, nem por isso, essa ideia se mostra mais convincente do que aquela passada por alguns pequenos mas, contundentes, questionamentos direcionados a ele.

### **3.4 - Nem tudo eram flores na cidade das rosas<sup>166</sup>.**

Ao passo que o discurso do poder público, por vezes, endossado pelos meios de comunicação, tentava construir uma Chapecó em franco desenvolvimento com um povo participando e sendo recompensado por isso, em outros espaços os problemas típicos de centros com crescimento rápido mostravam-se de forma gritante. Com o título: “*A marginalização dos moradores do bairro São Pedro; De onde vieram,*

---

<sup>164</sup> A esse respeito consultar: PETROLY, op. cit.

<sup>165</sup> Jornal Oestão, sd/sm/1977. p. 02. Acervo CEOM.

<sup>166</sup> Chapecó também era, carinhosamente, chamada de cidade das rosas.

como vivem, o que reivindicam<sup>167</sup>”, o periódico *Correio do Sul* abria, em 1978, uma série de reportagens sobre a situação vivenciada por bairros chapecoenses que, ou eram fruto desse processo de brusco crescimento, ou tinham sua situação drasticamente afetada por ele.

O perímetro urbano de Chapecó surgiu com inúmeras famílias de “intrusos” se estabelecendo ao seu redor, formando cinturões de barracos [...] sempre chegavam novos posseiros, eram pessoas pobres, que moravam em barracos nos arredores da cidade [...] em Chapecó estavam instaladas inúmeras madeireiras que atraíam os denominados “intrusos” [...] os “intrusos” vão aumentar a partir da década de 50, com o surgimento do Frigorífico SAIC [...] as famílias de imigrantes vinham à procura de emprego, de melhores condições de vida [...]<sup>168</sup>.



Jornal *Correio do Sul*, 16/09/78. p. 06. Acervo CEOM.

Essa era a imagem que se encontrava neste espaço. Barracos

---

<sup>167</sup> *Jornal Correio do Sul*, 16/09/78. p. 12. Acervo CEOM.

<sup>168</sup> GOMES, Paulo de Oliveira. *A ação da Igreja Católica no bairro São Pedro: um depósito de massa sobrando 1959-1985*. 1998. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1998. In WOLFF, Juçara Nair. *Escritos sobre a cidade: “As mil portas” da modernização de Chapecó (1960/1970)*. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista. *Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade*. Chapecó (SC): ARGOS, 2008. 284p. (Debates ).

feitos com sobras de material e sem condições mínimas de habitação. Acompanhando as imagens encontrava-se uma leitura que nos mostra outra cidade que não a comumente presente nos jornais e, principalmente, nos discursos do governo. É nela que perceberemos alguns dos primeiros questionamentos diretos ao desenvolvimento e seus benefícios e ao alcance que conseguiam atingir.

Nós chapecoenses estamos orgulhosos do crescimento e do progresso da cidade. Porém, será que este crescimento implica em progresso para todos? É evidente que não. A dicotomia “crescimento urbano” e as vias marginalizadas da periferia também são parte da realidade de Chapecó.

No Brasil o aumento populacional das cidades é um fenômeno produzido pelo êxodo rural. A mão-de-obra rural ociosa (ou ansiosa por novos horizontes) encaminha-se às cidades grandes, na procura daquilo que lhes é sonogado no seu meio original, mas, não tendo nenhuma qualificação profissional, acaba engrossando os bairros suburbanos.

Teoricamente isso é uma constante em muitos países.

Os primeiros moradores do bairro eram em sua maioria colonos, que tinham comprado um “direito” de propriedade no lugar chamado “Fazenda Bertaso”, próximo aquele onde atualmente é o bairro. No ano de 1968, foram intimados pelo Oficial de Justiça a abandonar seus lugares de moradia. A própria Empresa Bertaso vendeu-lhes os pequenos lotes que agora ocupam. Os mais antigos do lugar lembram que foi o dr. Serafim E. Bertaso o responsável pelos despejos. E os que se negavam a sair eram “empurrados” e as casas derrubadas com caminhão.

Os lotes reduzidos ainda não puderam ser escriturados mesmo com requerimento dos interessados e pelo que se deduz, por serem pequenos demais. Esta incerteza de serem donos ou não angustia os proprietários. QUE RECLAMAM UMA SOLUÇÃO. A partir do primeiro núcleo o bairro foi se estendendo com a chegada de novos habitantes, vindos de diversos

lugares, inclusive de outros Estados, na esperança de encontrarem trabalho e prosperidade. Hoje – na opinião quase unânime dos moradores – o bairro é dos mais marginalizados de Chapecó (não confundir com bairros de marginais).

O pessoal que trabalha no centro da cidade deve percorrer diariamente, de ida e volta, 3 km. A necessidade de uma linha de “lotação” é inegável.

Mais da metade dos moradores não tem luz elétrica, e a falta de água já se faz sentir para muitos por causa da estiagem e porque não há outro abastecimento<sup>169</sup>.

Essa leitura nos suscita, diretamente, duas importantes constatações. A primeira delas evidencia-se pela existência de uma situação que parece não ser condizente com aquilo que o projeto governamental pregava para Chapecó. Em nenhum dos textos sobre o processo de construção de uma cidade polo, que disseminasse atração sobre os moradores dos arredores, estava posto que este povo seria abrigado em redutos como os que vemos nessa descrição. Aos olhos do governo, possivelmente, eles nunca tenham existido. Uma vez que, no discurso oficial, este tipo de situação parece ser negligenciada. Mas sua aparição em jornais nos mostra que, também uma voz dissonante se fazia ouvir nesta terra distante. E este não era o único exemplo; haviam vários. Temos aqui outros discursos construindo outras cidades. Passemos a mostrar alguns dos pontos que problematizam, não só a ideia da cidade planejada, como o conceito de cidade modelo. Em matéria do Jornal Correio do Sul dentro da série de reportagens sobre os bairros de Chapecó, sob a chamada: “*Os muitos problemas do Bairro Vista Alegre*”<sup>170</sup>, é possível encontrar as imagens que seguem.

---

<sup>169</sup>

idem.

<sup>170</sup>

idem.



Jornal Correio do Sul, 05/06/1980. p. 12. Acervo CEOM.

Acompanhando as imagens a descrição das mazelas de uma população que talvez tivesse sido seduzida pelos discursos difundidos e, que na maioria das vezes, construía uma imagem de cidade que não oferecia como se queria fazer crer.

O nome do bairro é Vista Alegre, mas segundo os moradores o lugar de alegre não tem nada. [...]

Falta energia elétrica, o mais principal. Falta uma ponte na rua Marechal Deodoro, que dá acesso a esse bairro. Não existem ruas em condições de tráfego normal para veículos. Água potável, saneamento, esgoto, etc, não existe.

Mas a principal acusação feita pelos moradores pesa sobre a Empresa Bertaso. Segundo os moradores “a empresa vendedora desses terrenos prometeu a nós compradores que dentro de curto prazo instalariam energia elétrica. Acontece que

fazem aproximadamente 2 anos que esta promessa foi feita<sup>171</sup>.

Diante do quadro são inevitáveis os questionamentos: quantos desses moradores foram vítimas de um crescimento que era posto como solução? Quantos desse foram iludidos pelo sonho de uma cidade modelo? Possivelmente, muitos devem ter lido ou ouvido falar, dessa cidade que vimos descrita anteriormente; essa cidade onde reinava a paz e a tranquilidade; essa cidade do desenvolvimento e do progresso. Quando nos reportamos ao fenômeno do êxodo rural, não podemos afirmar que esta visão de cidade ideal, muitas vezes difundida, tenha responsabilidade direta. Mas, de certo, teve sua influência, senão na atitude de se abandonar o campo, pelo menos, no rumo a se seguir quando da decisão tomada. Outro dado curioso, presente nas duas últimas mensagens, está ligado à menção por parte dos moradores da mesma empresa como sendo responsável pelo despejo do antigo local que habitavam e pela venda dos terrenos onde se originaria o bairro. Trata-se da empresa Bertaso que é nada mais nada menos, do que uma das empresas colonizadoras responsáveis pela comercialização dos lotes na região Oeste dentro do projeto de ocupação governamental já mencionado. A empresa e, por conseguinte, a família Bertaso, possui ligação estreita com a história chapecoense. Muitas vezes ocupando lugar de destaque como potencializadora do desenvolvimento da mesma. Aqui, não é bem este o posto que ela parece ocupar. Não só o desenvolvimento precisa ser melhor discutido, como a atuação dos vários atores envolvidos nesse processo. Tomemos mais alguns exemplos:

---

171

idem.



Jornal Oestão, 10/02/79. p. 06. Acervo CEOM.

Essa é a imagem de uma situação peculiar em termos de localização, mas comum quando se trata de analisar os bairros marginais da cidade de Chapecó em fins da década de 70. Peculiar por que o crescimento da cidade e as poucas oportunidades para os que aí se situavam levavam muitos a se dedicarem à agricultura e agora, equilibrava-se sobre uma linha tênue; nem área rural, nem área urbana. Mas pior ainda que isso era, nem os empregos da cidade, nem a tranquilidade e as condições da vida do campo. A situação de um deles resumia-se, mais ou menos, ao que se pode ler:

Com 261 famílias, o Bairro Universitário é outro que cresceu em proporção direta ao êxodo rural e a atração que o acelerado desenvolvimento de Chapecó desperta. Porém, produto como é de um crescimento sem planificação, padece hoje dos mesmos problemas e deficiências que se evidenciam em outros arrabaldes.<sup>172</sup>

Dois pontos aos quais nos reportamos com frequência nesse trabalho voltam à tona: a atração que Chapecó representava – sempre lembrando que o governo teve parcela nesta construção – e a desconstrução da ideia de Chapecó como uma cidade planejada. Ao definir as razões do problema no bairro, o autor identifica exatamente estes dois pontos. O que só corrobora com nossas proposições anteriores

<sup>172</sup>

Jornal Oestão, 10/02/1979. p. 06. Acervo CEOM.

acerca dos questionamentos sobre esse processo. Passemos a mais uma averiguação.

Compadre, você viu como nosso bairro aumentou? Só aqui pertinho fizeram vinte casa em três meses.

E assim os nossos terrenos vão valorizando barbaridade.

Você lembra do tempo em que a gente caçava tatu ai no bairro Aeroporto?

Eu cansei de encher o bocó de sabiá ai no bairro Bela Vista. E agora ta uma cidade. E vai embora lá no lado da Água Santa.

Ah, queria que você visse como tá o Palmital, o Saic, o Santo Antonio, o Santa Maria, o Jardim América... Até lá pro lado da Hípica virou cidade...

É o progresso, compadre, ninguém mais segura Chapecó, vai até pro Nacional de futebol...<sup>173</sup>

O diálogo acima, retirado de um periódico do ano de 1977, é a introdução a uma análise feita sobre as mudanças ocorridas na sociedade chapecoense e suas consequências. Neste primeiro momento, como podemos ver, a conversa apresenta as mudanças de uma forma positiva, embora seja possível a identificação de certo tom irônico, deixando transparecer também, lampejos de saudosismo. Mas, nesse primeiro fragmento, gostaria de destacar outro fator que nos propomos a analisar dentro deste trabalho e que se mostrar de forma bastante evidente. Trata-se da forma como são descritos os hábitos do homem retratado nessa mensagem. Falar em urbanização das condutas é falar, entre outras coisas, de práticas desta natureza. Certamente a vida dentro dos novos padrões de urbanidade não podia contemplar a maior parte das atividades comuns no espaço rural. É nítida a incompatibilidade de uma prática como a caça dentro daquilo que se define como espaço urbano. Este homem que até bem pouco não conhecia um limite entre o campo e a cidade, entre as práticas possíveis em um e reprovadas em outro, objeto de ação dos processos de adequação nos levou a cunhar o termo e a elaborar essa pesquisa. Afinal, do que mais trata este projeto, senão de urbanizar esse cidadão? E este homem que via o surgimento de problemas que antes não conhecia, pelo menos com tamanha

---

<sup>173</sup>

intensidade, começava a encontrar questionamentos sobre as benesses que se queria fazer crer estariam atreladas ao progresso. Vejamos a definição trazida desse termo, no prosseguir da matéria:

#### PROGRESSO

Amigo leitor, talvez você seja também um entusiasta desta terra, eufórico com o seu crescimento. Talvez esteja feliz com a valorização dos terrenos, com o aumento do comércio e da indústria, com o asfalto que está chegando, com o título da Chapecoense e com muitos outros destaques da cidade que deseja ter 100. 000 habitantes para entrar no Campeonato Nacional de clubes.

Talvez você seja um dos fundadores desta povoação e se sinta orgulhoso com o crescimento da semente que plantou. Eu também me sinto orgulhoso desta terra que me acolheu e na qual estou rodeado de gente de bem e progresso<sup>174</sup>.

Agora, na mensagem, observamos a citação de uma série de feitos. Possivelmente os usados para construir a visão de cidade ideal tão presente em muitos dos enunciados já dispostos. Mas, o que parece repousar nestas linhas e que veremos se descortinar na sequência é a ampla utilização da ironia como mecanismo de linguagem na tentativa de tornar a inquietude mais latente, em uma mostra clara de desaprovação do referido progresso. Tomando posicionamento cada vez mais enfático, a narrativa continua da seguinte forma:

#### PREOCUPAÇÕES

Mas não deixo de ter as minhas preocupações com o futuro desta cidade. Você já observou onde a população desta cidade está crescendo? Não é exatamente nos bairros? Onde vem esta população? Por que abandonou a agricultura pra se localizar nos arredores desta cidade? Quais são as condições de vida desse pessoal? E não para de vir sempre mais gente? Já pensou nos inúmeros problemas sociais e humanos que vão se criando com o crescimento muito rápido da população<sup>175</sup>?

---

174

idem.

175

idem.

Nesse ponto, já vemos desenharem-se observações ao processo de crescimento chapecoense de forma mais contundente. As condições de vida daqueles que representavam em números o crescimento da cidade começam a ser levantadas; apontado que esse crescimento estava se dando, justamente, nos espaços com menos qualidade de vida. Isso demonstrava um processo de crescimento desordenado e perigoso, mas que o texto coloca, novamente, de forma irônica. A mensagem parece querer demonstrar que, boa parte da população, via esse crescimento com bons olhos, pelo simples fato de ser necessário atingir 100 mil habitantes para entrar na disputa do campeonato nacional de futebol. De uma forma sutil, o texto faz saltar aos olhos, sua proposta crítica; como se o importante fosse o crescimento e não em que condições ele se desse. O exemplo do futebol acaba por realçar de forma gritante essa posição de questionamento. Por um propósito esportivo, se torcia por um crescimento populacional. Mesmo que construído sobre a propagação da miséria. Prossigamos com as colocações da mensagem neste sentido:

#### O SUOR DO PROGRESSO

Nos bairros estão se estabelecendo os trabalhadores, os verdadeiros construtores de Chapecó, os incansáveis operários que regam com seu suor o progresso desta terra. Lá estão os que manejam diariamente o dinheiro que nunca será deles; os que constroem as belas casas, mas nunca terão a sua; os que vendem os vestidos, joias e sapatos mais caros, mas que nunca poderão usá-los; os que preparam, nos frigoríficos, a carne que continua faltando em sua mesa; as empregadas domésticas que vestem luxuosamente os filhos da patroa, enquanto não tem o necessário para vestir decentemente os seus, que preparam os melhores pratos para o patrão, enquanto seu marido e filhos comem um feijãozinho com batata, que cansam de recolher as caixas de brinquedos dos filhinhos dos outros, mas não tem brinquedos para os filhos e irmãozinhos<sup>176</sup>.

Aqui o rumo do texto volta-se para a questão dos contrastes. Elencando várias situações do cotidiano, quase que em forma de roteiro,

---

176

idem.

a narrativa nos mostra como podiam ser exacerbadas as diferenças nessa cidade em desenvolvimento, permitindo-nos uma interessante reflexão sobre as condições de pertencimento e exclusão, que discutimos anteriormente. Se a postura do governo parecia alicerçar-se, em vários momentos, sobre a propagação de uma ideia de pertencimento da população, no projeto da nova cidade, vemos despontar as interrogativas: quem participava, que papel desempenhava e o que garantia para si, dentro deste projeto posto como coletivo? A proposta era de inserir a todos, de se construir uma visão de coletividade, mas os problemas eram também individuais. O trabalhador aqui descrito ajudava a construir a cidade, mas, tinha acesso à bem pouco, do que faziam nascer. Vemos assim, um importante posicionamento jornalístico acerca do processo de construção de Chapecó como cidade modelo, ou como cidade polo. Tanto no seu aspecto geral – a própria ideia de progresso como sinônimo de bem estar -, como no quesito utilização do discurso de pertencimento; o fazer parte deste fenômeno. O fechamento da matéria reforça essa questão:

#### OS REVOLTADOS

Nos bairros, a cidade, a indústria, o comércio, as profissões liberais, os que compram as terras dos pequenos proprietários rurais, vão criando também os revoltados, os ladrões, os assaltantes, os menores abandonados, os marginalizados, os doentes, as prostitutas, gente que se obriga a ganhar a vida de um modo desonesto para não morrer de fome...

Pergunto, então: é de se entusiasmar muito com o crescimento, ou... “inchamento” da cidade? Este progresso que está acontecendo é, de fato, um bem para todos: patrões e operários, pobres e ricos, proprietários e inquilinos, autoridades e povo<sup>177</sup>?

Alguns dos aspectos negativos de todo grande centro urbano, nos são postos aqui, como fatores, senão criados por esse processo de “inchamento” - como o texto mesmo se refere -, pelo menos potencializados por ele. Novamente as duas ideias centrais que discutimos a partir dessa mensagem sobressaltam. Ideias essas, que se tornarão a base de questionamento das principais matérias desse teor no

---

177

idem.

período. Veremos uma tendência crescente, nesse momento, em se discutir o crescimento; até mesmo seu conceito. Fazendo emergir, por um lado, uma diferenciação etimológica de *cincho*, obviamente, crítico. E de outro, uma manifestação crescente de posturas visando polemizar não os feitos, mas o alcance deste progresso. É o nascer de uma ruptura dentro da construção da cidade modelo, tão presente nos discursos do governo e de boa parte dos periódicos da época.

O Governo através do Presidente Geisel, tem repetido inúmeras vezes, que a meta de todo o desenvolvimento é **HOMEM BRASILEIRO**.

Nos discursos de implantação de obras públicas e de empresas particulares são sempre ressaltados os benefícios que as mesmas trazem à população. Os presentes acabam quase sempre se convencendo de que são importantes e de que o Governo e os empresários querem, de fato, o bem-estar deles.

O problema é saber qual é o sujeito deste bem estar... Quero que você, amigo leito, me ajude a descobrir o sujeito beneficiado pelo progresso. Para tanto, vamos analisar alguns fatos locais e regionais. Ao final, você dará a resposta.

#### **PROGRESSO MAS SEM MASSACRE**

O amigo deve ter lido, nesta edição, o fato dos danos causados pelas explosões na localidade do Porto Goio-En, ninguém nega a necessidade das explosões e, conseqüentemente, os estragos. Se estes podem ser evitados ou não, é problema dos técnicos. Se vai haver indenização ou não, é problema da Companhia de Seguros. Tenho certeza que haverá indenização pelos danos materiais. Mas eu pergunto: E O **HOMEM**, meta do desenvolvimento, ONDE FICA? Enquanto sua casa não é reconstruída, ele fica aos cuidados de quem? Os que comandam as explosões, as companhias de seguros pensam nisto? O importante é o **HOMEM BRASILEIRO**, A **PESSOA**, ou o progresso? Se o importante é a **PESSOA**, promova-se o progresso sem esquecer os problemas humanos...

voltemos agora para a cidade; O projeto de tirar os canteiros do meio de algumas ruas da nossa cidade tem como meta o **HOMEM**

CHAPECOENSE?? Primeiramente, os canteiros tornam mais humana a cidade ; suas árvores dão sombra; servem de proteção para os que atravessam as ruas; são uma das características de Chapecó...

A PESSOA ou O PROGRESSO.

Perguntemo-nos então: É necessário o asfaltamento das ruas da cidade? Deve ser projeto prioritário, quando há necessidades muito mais urgentes, quando há bairros e ruas e inúmeros HOMENS CHAPECOENSES sem as mínimas condições de moradia, higiene, segurança, etc? E os que não podem pagar o preço da pavimentação?? E os colégios?? E o aumento dos impostos sobre os terrenos e casas por onde passará o asfalto? Não estamos pagando um preço muito elevado pelo progresso?? Será que muitos chapecoenses não podem inverter o slogan do POP? Vamos “pisar por cima do progresso” ou “o progresso vai pisar por cima de nós”??

Ao finalizar, desejo repetir a pergunta inicial: QUEM É O BENEFICIADO PELO PROGRESSO?? Será que o Desenvolvimento tem como FIM o HOMEM, ou muitas vezes, se torna o FIM DO HOMEM?? O aumento da miséria não é resultado do Progresso??

E daí<sup>178</sup>??

Em um momento em que o discurso nacional, de ampla repetição nos estados e municípios, pregava o desenvolvimento mediante o planejamento e apresentava o homem como meta desse projeto, a matéria acima, propõe-se a analisar a concordância ou a discordância desses dizeres como as ações desenvolvidas regionalmente. É fato, que aqui encontramos questões viscerais no tocante ao estudo do progresso e seus efeitos: os benefícios de uma obra versus seu impacto social – ou mais recentemente ambiental -; os automóveis ou os pedestres - em se tratando das cidades -; as obras físicas, ou as sociais. Todas essas questões são complexas e nossa intenção não é entrar em discussão de mérito. Queremos, tão somente, atentar para a disposição da reportagem, em questionar essa postura política oficial, que definia os rumos com eloquentes promessa de garantia de acerto e, que

---

178

ibidem, 22/10/77. p. 11.

sabidamente, não lidava bem com críticas e questionamentos. O fato, diante disso, de existirem visões de embate, ideias divergentes e discursos dissonantes no processo de construção desta Chapecó, mais das vezes, tomada como coesa em entendimento e aceitação são mostras das rupturas que discutimos amplamente em nosso embasamento teórico. São essas aparições pautadas por dados comprováveis que nos fazem aparecer uma cidade mais fiel com seu passado e com sua gente. Transitando em meio às tendências; uma comprometida exclusivamente com o exaltar e, a outra, debruçada sobre a crítica desmedida, tomando-se cuidado em atentar, quando possível, para os interesses outros, que podem motivar essas posturas, tentamos construir a Chapecó mais próxima do que deve ter sido quando desse período. Em meio a essa efervescência, quem tomasse em mãos o jornal Diário da Manhã do dia 30 de setembro de 1980, encontraria como matéria de capa o que segue:



Jornal Diário da Manhã, 30/09/80. p. 01. Acervo CEOM

Dentro desse intento, de construção de Chapecó como cidade referência, podemos perceber muitas contradições. O projeto transformou a cidade em polo regional, mas os problemas gerados com esse crescimento, talvez tenham alcançado índices inimagináveis quando da construção da proposta. Cabe lembrar, que não querendo fazer análise das vantagens e desvantagens, apenas colocamos narrativas das duas tendências e tentamos desconstruir uma ideia que parecia mais solidificada de Chapecó com cidade modelo. Muito dessa tendência de grandeza era motivada pelo poder público local e seus discursos, construindo uma cidade melhor e maior do que ela realmente era, diziam alguns e publicavam os jornais:

Era nisso mesmo que teria que dar, a cada

discurso feito por Sander, a população de Chapecó aumentava em 10 mil pessoas. Na verdade, o que subia mesmo eram e são os impostos”.

Essa é a opinião do vereador Rodolpho Maurício Hirsch (PP), tão logo foi divulgado o número de habitantes do município, 84 mil pessoas, quando na verdade eram apregoados 100 mil, talvez mais. “ A população de Chapecó pode muito bem ser comparada com o orçamento deste ano apresentado pela Prefeitura: ambos são fictícios”, diz Hirsch<sup>179</sup>.

Esse relato nos mostra a construção discursiva de uma Chapecó pautada em ideias de grandeza e parece deixar transparecer uma espécie de vitória do vereador da oposição com os números que mostravam uma Chapecó menor do que a Prefeitura pregava. Para além das questões político-partidárias, o que queremos discutir é, justamente, essa fixação pelo crescimento numérico da população chapecoense. Certamente, não era apenas para alcançar o número exigido para a disputa do campeonato nacional de futebol, como anteriormente discutido. O que parece haver na Chapecó da década de 1970, é uma busca por grandeza, por reconhecimento. Algo que transcende as questões físicas e naturais de crescimento. Talvez daí tenham se ocasionado boa parte dos credos que tentamos desconstruir; da cidade planejada; da cidade modelo; do progresso para todos. E talvez essa mania de grandeza tenha sido fruto das tendências tomadas como explicativas e inequívocas do período, onde crescimento e desenvolvimento eram medidos e explicados por números, e os sonhos abarcados por prognósticos e projeções. Como nos coloca Pesavento: “*A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitat em proximidade propicia*”<sup>180</sup>. A Chapecó dessas leituras é construída e apresentada por um discurso de integração, de participação, de modernidade e de grandeza, parecendo não haver muito espaço ou aceitação para o contraditório. É preciso garimpar minuciosamente nos espaços de difusão, as passagens onde as várias abordagens que constroem essa cidade se fazem ver. Assim

179

Correio do Sul, 10/11/ 1980. p. 02. Acervo CEOM.

180

PESAVENTO, Sandra Jatahy, 2009. op. cit., p. 03.

podemos nos aproximar, não da cidade que se construía, mas do arcabouço discursivo que se direcionava para que cada um construísse sua visão de cidade dentro daquilo que se queria. Não há como saber como cada cidadão incluso neste processo concebeu sua cidade, essa apropriação, nesse tipo de estudo – através de fontes discursivas -, é inatingível. Mas por meio dessas análises, podemos tecer aquilo que essa população dispunha para formular uma visão de cidade polo, de desenvolvimento e de progresso. Deste modo, não se trata da utilização que a população faz do discurso para formular sua concepção de cidade, e sim, da utilização que o discurso faz de vários fatores, inclusive da população, para construir uma visão de cidade que se quer fazer prevalecer.

## Considerações Finais

Uma vez tomado para análise o processo de construção discursiva da cidade de Chapecó como polo regional, através do planejamento e das práticas intervencionistas em espaços físicos e hábitos respaldados pela difusão de conceitos ligados a higiene como uma premissa moderna e necessária ao progresso que traria bem-estar a todos, muitas facetas deste projeto se evidenciaram. Algumas atendidas e discutidas com mais profundidade, outras apenas de modo introdutório, necessitando, como é da natureza da historiografia, de abordagens complementares e revisionais.

Podemos propor dentro do que se revelou neste trabalho, que o desejo de se construir Chapecó como cidade referência acompanha boa parte da história de existência do município. Desde a sua criação até o advento da política das microrregiões, perpassando pela implantação da Secretaria do Oeste, o desenvolvimento chapecoense sempre foi pensado dentro de projetos pré-estabelecidos pelo governo estadual. A aparente vocação do poder local e seu empenho em contagiar o povo com esse ensejo, também parecem caminhar lado a lado com os interesses do governo estadual.

Com o advento da segunda onda da tecnocracia de caráter econômico em substituição a postura anterior onde predominava em sua base de sustentação técnico-científica as ciências sociológicas, o planejamento em moldes quantitativos torna-se o grande promotor da modalidade de intervenção na década de 70. Planejar-se sobre dados estatístico, planilhas ou gráficos, parecia ser a única possibilidade capaz de garantir o desenvolvimento nacional, e era essa esperança que se queria difundir à população. Sobre ela boa parte do discurso que tentava construir Chapecó como cidade polo foi pautado.

Entretanto, muito do que se projetava ou pelo menos que se queria passar, não se mostrou condizente com o proposto. A divisão do território catarinense em microrregiões e, dentro destas a eleição de cidades polo, era a proposta do Governo estadual no início da década de 70 para garantir a integração de todas as pequenas cidades catarinenses. Estas cidades polos, deveriam se desenvolver e dessa forma garantir a infraestrutura para as cidades satélites, servindo de atrativo para estas e aproximando-as do poder governamental. Ocorre que o crescimento de Chapecó eleita uma delas, vai se dar, justamente, em detrimento da estagnação de boa parte dos pequenos municípios que deveriam crescer com ela. O que vemos hoje é uma série de cidades com crescimento

insignificante ou mesmo regredindo, enquanto a cidade polo concentra toda a infraestrutura e os próprios habitantes anteriormente moradores dessas pequenas cidades. Uma integração que se dê mediante a, quase extinção de muitos municípios, no mínimo, apresenta algo de questionável.

Não fosse o bastante, esse crescimento de Chapecó, imaginado ou não, deu-se de forma muito mais rápida do que a infraestrutura urbana pode suportar. E a cidade já carente de água e saneamento passou a amargar vários problemas sociais ligados a essas e outras questões desencadeadas nesse processo. A CASAN, criada exclusivamente para solucionar problemas de água e saneamento, mesmo tendo assumido o controle desses trabalhos ainda em 1973, no decorrer da década, não conseguiu suprir as expectativas geradas quando de sua criação. Haja vista que, embora tenham sido desenvolvidas obras importantes, principalmente a partir de 1977, o problema da água na cidade persiste até os dias atuais. Recentemente vimos desencadearem-se importantes debates acerca desta questão, com a prefeitura municipal assumindo o controle do abastecimento de água sob a alegação de que a empresa jamais adotara uma política responsável e condizente com as necessidades do município.

Os vários problemas enfrentados por Chapecó na década que tomamos para análise nos permite questionar o sucesso desta proposta de intervenção governamental de caráter tecnocrático, mas não o sucesso discursivo em se construir uma cidade polo. E para além do seu desenrolar na cidade objeto de estudo, nos proporciona traçar uma ideia de como podem ter se dado em outras cidades Brasil a fora. O projeto CURA, implantado em âmbito nacional em fins da década de 70, é um grande exemplo de que o período militar desencadeou problemas que cresceram em ritmo proporcional ao sucesso do seu desenvolvimento econômico.

Observando-se outros emissores, percebemos que havia outras visões de cidade além daquela que parece ter sido a mais difusa. Não deveria ser diferente. Partindo-se do pressuposto adotado, de que os discursos constroem os objetos de que falam e que por isso os transformam constantemente, por vezes até sua total descaracterização, era de se esperar que houvesse outras cidades. Cidades analisadas a partir de outras concepções, desenvolvimento pensado através de outras premissas e progresso medido por outros parâmetros. Essa construção e reconstrução constante dos objetos e os entrelaçamentos, rupturas e às vezes continuidades que permeiam a ação discursiva, constitui-se em

esplendido espaço para análise histórica, e nos permite averiguar, dentro do processo de construção de Chapecó como cidade polo, para além das intervenções de caráter físico, práticas intervencionistas que visavam a constituição de um novo homem urbano. Como pregávamos de início, o que buscamos como primordial, não são os interesses que levam um discurso a ser de determinado modo e não de outro, e sim, o que esse discurso representa em sua condição de existência, qual sua possível parcela de influência no que se propõe a fazer. No caso, construir uma cidade de Chapecó polo regional, desenvolvida, com povo ordeiro e urbanamente adaptado.

Mantido o cuidado em não se tomar as práticas como influenciadas ou decorrentes naturais de dinâmicas de outros processos ou de outros momentos, mas também não como desligadas de qualquer relação, identificamos os dois grupos alvos dessas medidas. Tanto os antigos habitantes da própria Chapecó ou provenientes de centros menores que precisavam se adequar as novas premissas de convívio de uma cidade que crescia de forma acelerada e exigia adequação em igual ritmo, quanto e, principalmente, os novos moradores que, oriundos do campo, deveriam abrir mão de vários dos seus antigos hábitos para entrar em uma nova e promissora era, a era da modernidade. Em consonância com a prerrogativa proposta quando de nosso questionamento teórico inicial, Chapecó é pensada e construída por um discurso que averba desenvolvimento, progresso, modernidade, participação e educação. Todos esses fatores desse momento político de tendência técnico/econômica. Como vemos, o processo de construção discursiva de Chapecó está diretamente ligado a entrada em cena, como fator principal sobre o qual são pensados os projetos de intervenção, da questão econômica em substituição às questões de saúde. É de ordem econômica, embora esteja atrelado à práticas interessadas na manutenção da saúde e do bom convívio social, o projeto que constrói a Chapecó que hoje é polo e o homem chapecoense que hoje conhecemos. Se no final do século XIX e início do século XX angustia dos centros urbanos brasileiros é constituir uma cidade civilizada aos moldes dos costumes europeus, em meados da década de 1970 era definir condutas condizentes com o convívio urbano às massas que se deslocavam no fluxo campo/cidade.

À medida que crescia, Chapecó - como é da essência das cidades - tronava-se palco de disciplinamento e de construção daqueles que a constituíam. Era objeto condicionado e condicionante. A essa postura discursiva que constrói novas cidades e, para essas, novos

homens, convenciamos chamar de urbanização das condutas. Essa discussão, em torno da qual procuramos desenvolver essa Dissertação, apresenta-se como espaço carente e merecedor de análises maiores. O que propomos aqui e tentamos explicitar nos três capítulos que compõem este trabalho, é apenas um esboço de como se constrói, discursivamente, um objeto, nesse caso uma cidade. Nossa abordagem das políticas públicas de intervenção em Chapecó pautadas no planejamento, nas microrregiões e nas cidades polos, a utilização da CASAN como espaço de constituição e de valoração dos discursos de saneamento para construir uma nova concepção de cidade e de homem urbano merecem ser revisitadas e, sempre que possível, melhor estudadas. Há pouco dito sobre este processo que parece fecundo. Fica o desafio próprio de retomar esta problematização – da urbanização das condutas – em trabalhos futuros, ou a outros, que pretendam adentrar neste espaço de tempo representado pela década de 1970 e sua efervescência técnica, econômica e social. Só assim entenderemos mais de cidades e homens.

## **4. Fontes**

### **Arquivo Assembléia Legislativa de SC**

- Projeto Catarinense de Desenvolvimento 1971
- Plano de Ação 1972- 1979
- Plano de Governo e Orçamento Plurianual de Investimentos, 1976-1978;
- Mensagens a Assembléia Legislativa, 1971 -1978
- Projeto Nacional de Desenvolvimento, 1971-1975;

### **Arquivo Público do Estado de SC**

- Regulamento para implantação de abastecimento de água potável em Chapecó – 1975
- Regulamento para implantação de sistema de esgoto em Chapecó década de 1970
- Projeto C.U.R.A [ Comunidade urbana de Recuperação acelerada] em Chapecó. Projeto desenvolvido com financiamento do BNH
- Relatórios da CASAN. Exercício 1975-1980
- Relatório técnico preliminar sobre a implantação do sistema de abastecimento de água potável e implantação do sistema de esgoto em Chapecó 1972-1975
- Planta baixa das instalações da CASAN em Chapecó 1975

### **Acervo CEOM**

- Jornal Diário da Manhã, 1969 -1989
- Jornal Correio do Povo, 1972-1990
- Jornal Correio do Sul, 1974-1990
- Jornal Folha D' Oeste, 1978 1989
- Revista Celeiro, 1974- 1979
- Imagens iconográficas sobre a instalação do sistema de abastecimento da rede de água de Chapecó pertencente ao Arquivo da Secretaria dos Negócios do Oeste e sob a tutela do CEOM

## 5. Referências bibliográficas

ALBA, Rosa Salete. Espaço urbano: Os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do Litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira República. PUC, São Paulo, 1989.

ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões. São Paulo: EDUSC, 2000.

BELLANI, Eli Maria. Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai: O processo de colonização do Velho Município de Chapecó 1917-1950. Florianópolis: UFSC, 1991.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOCH, Marc. Introdução à história. 6. ed. Mira-Sintra: Europa – América; [s/d]

BLUME, Luiz Henrique dos Santos. O porto maldito. In: Revista pesquisa em História-cidades. São Paulo: PUC, Novembro de 1999.

BOLLE, Willi.. Fisiognomia da cidade moderna. São Paulo: EDUSP, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

BRUNO, Ernani Silva. História e tradição da cidade de São Paulo: Metrópole do café 1872 - 1918 - São Paulo de agora 1918 - 1953. 3.v. São Paulo: José Olympio, 1953.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: 3. ed. 2. re. Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. [1v].

\_\_\_\_\_. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. [2v].

FEBVRE, Lucien. Combates pela história. Lisboa: Presença, 1977.

FERRAZ, Célia de Souza, PESAVENTO, Sandra. Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

FIGUEIREDO, Anna Cristina C. M. Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada. publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São paulo: HUCITEC, 1998.

FLORES, Maria Bernardete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Chapecó: Argos, 2005.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. A Ordem do discurso. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

HALL, Peter. Cidades do amanhã. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HASS, Mônica. O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Argos, 2003.

\_\_\_\_\_.; ALDANA, Myrian; BADALOTTI, Rosana Maria. O Plano Diretor de Chapecó (SC) e a possibilidade de um pacto social à luz dos

princípios do Estatuto das Cidades. [online] Disponível na internet via: **208a219\_art05\_hass**. Arquivo capturado em 06 de Agosto de 2009.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LEDROUT, Raymond. Sociologia urbana. Rio de Janeiro - São Paulo: Forense, 1971.

LE GOFF, Jacques. História: novas abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. História: novos problemas. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

\_\_\_\_\_. História: novos objetos. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEME, Maria Cristina da Silva; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurelio Filgueiras (org.) Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

LOHN, Lindolfo Reinaldo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). [online] Disponível na internet via [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100013). Arquivo capturado em 10 de Outubro de 2009.

MARANHÃO, Ricardo. O estado e a política populista no Brasil (1954/1964). In: História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano. Tomo III. Sociedade e política. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

MATTOS, Fernando Marcondes de. Santa Catarina: Nova dimensão. Ed. UFSC, 1973.

MICHELS, Ido Luiz. Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento. Campo Grande: UFMS, 1998.

PELUSO JUNIOR, Víctor Antonio. Estudos de geografia urbana de Santa Catarina. – Florianópolis: Ed. Da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PEREIRA, Torres. Chapecó vista por um forasteiro. 3. ed. Chapecó: Gráfica Cometa, 1999.

PERROT, Michele. Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra J. O imaginário da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. [online] Disponível na internet via [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci_arttext). Arquivo capturado em 15 de Outubro de 2009.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. Um desejo de cidade, um desejo de modernidade (Chapecó, 1931-1945). Florianópolis, 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

PIAZZA, Walter. Santa Catarina: Sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983.

POCOCK, J. G. A. Linguagens do ideário político. São Paulo: EDUSP, 2003.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar – Brasil - 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RAMOS. Átila. Saneamento básico em Santa Catarina. Florianópolis: IOESC. 1994.

REIS, José Carlos. Escola dos Annales: A inovação em história. São

Paulo: Paz e Terra, 2000.

RENK, Arlene. A luta da erva: Um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

\_\_\_\_\_. Sociodicéia às avessas. Chapecó: Grifos, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RICARDO, Cassiano. Marcha para o Oeste. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 [2 v].

RONCAYOLO, Marcel. A produção do espaço. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Casa da Moeda, 1998.

\_\_\_\_\_. Região. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.

SABOYA, Renato. Urbanismo e planejamento urbano no Brasil. [online] Disponível na internet via <http://urbanidades.arq.br/2008/11/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992/>. Arquivo capturado em 17 de Outubro de 2009.

SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999.

SCHMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual: A experiência catarinense com o plano de metas do governo – PLAMEG 1961/1965. UFSC, 1985.

SOUZA, Célia Ferraz de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In Imagens urbanas os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

SOUZA. Maria Adélia. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEAK. Csaba; SCHIFFER. Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP. 1999.

SILVA, Ricardo. A ideologia do Estado Autoritário no Brasil. Chapecó:

Argos, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A modernização autoritária. In: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campos, 1990.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

WAGNER, Altair. E... Chapecó Levantou Vôo. Chapecó: De Letra, 2005.

WOLFF, Juçara Nair. Escritos sobre a cidade: “As mil portas” da modernização de chapecó (1960/1970). In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista . Dimensões do urbano: Múltiplas facetas da cidade. Chapecó (SC): ARGOS, 2008. 284 p. (Debates ).

